

Nossa América

Revista do Memorial da América Latina nº 59 | 2022

Entrevista | O passado
não escraviza o futuro

A pintura e a construção
das identidades nacionais

Novo Museu do
Ipiranga atualiza a
memória brasileira

Para os que virão
Artigo de Almino Afonso

1822 - 2022

200 anos da Independência do Brasil...





Juramento de Sua Magestade o Imperador
D. Pedro I à Constituição do Império



NOSSA AMÉRICA 59

Conselho Editorial

Alexandre Barbosa
Eduardo Rasco
Jorge Damião de Almeida
Luciana Latarini Ginezi
Margarida Maria Krohling Kunsch
Milton Flávio Marques Lautenschlager

Editor
Alexandre Barbosa

Edição, redação, preparação de textos e revisão
Eduardo Rasco
Maristela Debenest

Projeto gráfico
Rafael Bezerra

Pesquisa iconográfica
Maristela Debenest

Produção
Magaly Pereira de Amorim
Raiane Kely Carvalho Félix

Textos: Alexandre Barbosa, Almino Afonso, André Sanches, Anna Carolina Longano, Bruna Kalil Othero, Camila Lazzarini, Cica Carboni, Eduardo Rasco, Guilherme Maffei, Irakadju Ka'apor, José de Almeida Amaral Jr., Karal Nhevanga, Lília Maria Silva Macêdo, Luciana Camara, Mara Rúbia Sant'Anna, Maria Lígia Coelho Prado, Mário Ramão, Maristela Debenest, Regiane Gouveia, Ricardo Carlos Gaspar, Sara Ramos, Soraya Matos de Freitas, Suelen Karini Almeida de Matos, Tadeu Kaçula e Takua Yju

Ilustração
Elinaldo Meira
Filipe Trajano

Fotografias
Alass Derivas, André Sanches, Ana Clara Gaspar, Dasha Fiorita, Hélio Nobre José Rosael, Karal Nhevanga, Paola Tauana (Peeh), Margarida Quintal e Werner Garbers

Imagens: Arquivo Nacional; Museu Imperial; Museu Nacional, Brasileira; Centro de Estudos Simón Bolívar (Venezuela) Centro de Memória da Bahia, Fundação Pedro Calmon; Instituto Samba Autêntico; Museu do Ipiranga - Museu Paulista da USP; Museo Blanes (Uruguai) e Wikipedia Commons; Mandacaru Editorial

Os textos são de total responsabilidade dos autores, não refletindo o pensamento de *Nossa América*.

É expressamente proibida a reprodução, por qualquer meio, do conteúdo da revista.

NOSSA AMÉRICA É UMA PUBLICAÇÃO DA FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
Redação: Av. Mário de Andrade, 664, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil. CEP 01156-001

Tel. 55 11 3823-4600
www.memorial.org.br

ISSN 0103-6777

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rodrigo Garcia
Governador do Estado de São Paulo

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA

Conselho Curador

Almino Monteiro Álvares Afonso
Presidente

Matheus Gregorini Costa
Vice-presidente

Sérgio Henrique Sá Leitão Filho
Secretário de Estado da Cultura e Economia Criativa

Zeina Latif
Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico

Carlos Gilberto Carloti Junior
Reitor da Universidade de São Paulo - USP

Antonio José de Almeida Meirelles
Reitor da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Pasqual Barretti
Reitor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp

Marco Antonio Zago
Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

Ruy Martins Altenfelder Silva
Membro Conselho Curador

DIRETORIA EXECUTIVA

Jorge Damião de Almeida
Diretor-presidente

Luciana Latarini Ginezi
Diretora do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina

Antônio Eduardo Colturato
Diretor Administrativo e Financeiro

Fabício Raveli Bolzan
Diretor de Atividades Culturais

Sumário

- 4 Editorial
- 6 Novo Museu do Ipiranga atualiza a memória nacional
- 10 Florão da América
- 14 O passado não escraviza o futuro
- 22 A pintura e a construção das identidades nacionais na América Latina
- 28 A atualidade do pensamento do Patriarca da Independência
- 30 Se fosse grito de mulher, não seria História, mas histeria
- 33 Uma mulher que muda a regra do jogo
- 36 O visível, o apagado e o político dos corpos femininos
- 41 Uma viagem pelos sons do primeiro Brasil
- 44 A longa gestação da independência sonora
- 49 As digitais negras do samba construíram nossa identidade cultural
- 52 Modos de viver e vestir no período da Independência do Brasil
- 56 A pompa da corte e a estratégia de poder
- 60 Os povos originários e o Estado, 200 anos de uma história ingloria
- 67 O Haiti, a escravidão e a Independência do Brasil
- 72 Três autoras brasileiras opacas e fugitivas contra a máscara branca da (in)visibilidade
- 76 Por trás da mistificação, uma heroína da independência latino-americana
- 80 Conheço o monstro, já vivi em suas entranhas
- 84 Economia brasileira: as veias continuam abertas
- 89 Para os que virão



Secretaria de Cultura e Economia Criativa



Foto: José Rosael | Divulgação Museu do Ipiranga

Editorial

Há duzentos anos surgia uma nova nação com características diferentes de todos os outros países que, nas Américas, vinham conquistando a independência desde 1776. O nosso Brasil, claro. Mas quais as especificidades do processo político brasileiro? Ele é tão diferente assim ou faz parte de um mesmo movimento histórico que atravessou os continentes americano e europeu no final do século XVIII e início do XIX? Quais os mitos construídos em torno dos eventos heroicos dos fundadores da pátria? E, mais importante, como a atualidade olha esses fatos antigos? Ou, em outras palavras, quais as perguntas que o presente endereça ao passado?

Essas são questões que norteiam a edição da *Nossa América* que o leitor tem em mãos. O epicentro paulista da festa cívica do Bicentenário da Independência do Brasil é, sem dúvida, a reinauguração do Museu do Ipiranga. Que bela obra foi realizada lá! A instituição dobrou de tamanho e está modernizada. É importante notar que as doze exposições que se espalham pelos espaços expositivos

não só apresentam o acervo histórico, como o contextualizam e convidam à reflexão crítica.

É o que faz o professor João Pimenta, na entrevista em que ele aborda os fatos históricos e os mitos que construíram a memória e a identidade brasileiras. A historiadora Maria Lígia Coelho Prado também reflete sobre a gênese da nossa nacionalidade, mas o faz comparativamente, por meio da análise de pinturas históricas do Brasil, Uruguai, Venezuela, México e Argentina.

Com exceção do Haiti, cuja história também contamos, as independências latino-americanas foram protagonizadas por homens brancos da elite, como José Bonifácio, sobre o qual publicamos um texto. Mas o que poucos sabem é que as mulheres também participaram dessa luta. *Nossa América* traz ensaios, crônica e ficção que relatam a atuação de Maria Leopoldina, Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica, no Brasil, e de Manuela Sáenz, na Grã-Colômbia e Peru. Elas aparecem como símbolos e representantes do feminino na construção de seus países, cuja participação foi apagada por certa história oficial.

Aliás, o apagamento histórico da maioria dos brasileiros não conseguiu eliminar a sua resistência cultural, como fica evidente nos textos que tratam das estratégias de sobrevivência das populações escravizadas e dos povos originários. Seja na literatura, seja na música, seja na moda, as mulheres, os negros, os indígenas, os pobres, os explorados — são eles que dão o tom do que o Brasil tem de melhor.

Intitulada “Para os que virão”, esta edição termina com uma bela homenagem de Almino Afonso, presidente do Conselho Curador do Memorial da América Latina, ao bardo amazonense Thiago de Mello, falecido este ano. Para concluir, faço minhas as palavras do poeta “Não importa que doa: é tempo/de avançar de mão dada/ com quem vai no mesmo rumo,/mesmo que longe ainda esteja/ de aprender a conjugar/ o verbo amar.” Boa leitura.

Jorge Damião de Almeida
Presidente da Fundação
Memorial da América Latina



BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Novo Museu do Ipiranga atualiza a memória nacional

*Instituição paulista dobra área
construída e reabre com 12
exposições repensando momentos
cruciais da nossa história*

Alexandre Barbosa



À esquerda, detalhe do restauro da obra de Pedro Américo. Acima, o rasgo na nova murada que permite a visão do Jardim e suas fontes

Foto: Ana Clara Gaspar

A reinauguração do Museu do Ipiranga em 7 de setembro de 2022 será um marco nas comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. E uma pausa para reflexão. Além de conferir o exuberante edifício-monumento projetado pelo arquiteto italiano Tommaso Bezzi – com suas características iniciais restauradas e ampliadas –, é uma oportunidade para se refletir sobre as formas pelas quais a sociedade brasileira tem criado e recriado a memória nacional. Isso porque o modo como será apresentado o acervo coloca sob escrutínio a versão oficial da nossa história.

Fazem parte das 12 novas exposições do Museu do Ipiranga obras artísticas que homenageiam figuras e situações controversas, como estátuas de bandeirantes e quadros com representações que celebram a destruição de missões e populações indígenas. Os curadores do museu, porém, tiveram um cuidado especial com essas obras, que devem ser tratadas como documentos históricos, portanto, como obras que nos informam sobre um modo de pensar de determinados grupos sociais em um determinado período de nossa história. O objetivo é dar ao visitante os elementos necessários

para que ele possa compreender criticamente essas criações.

Espaço mais importante do Museu, o Salão Nobre possui 182m² e mais de 10 metros de pé-direito. Foi projetado para abrigar a tela de Pedro Américo, que figura o momento em que se anunciou a ruptura política com Portugal – o mítico Grito do Ipiranga é abordado nas matérias seguintes, nas páginas 14 a 27. É o ponto culminante do chamado Eixo Monumental, que começa no saguão, no piso térreo, passa pelas escadarias, até chegar no ponto central do edifício. Das janelas do Salão Nobre é possível ver o Jardim, o Parque da Independência, a Av. D. Pedro I e, no horizonte, o extremo norte de São Paulo.

Todo o acervo artístico do Eixo Monumental é patrimônio cultural tombado pelos órgãos de preservação, e foi conservado em sua integridade. Parte dos quadros aí expostos foi encomendada e produzida cerca de 100 anos atrás, para as celebrações do primeiro centenário da Independência. Outros, porém, são mais antigos, como o próprio *Independência ou morte*, concluído em 1888.

A construção de um novo auditório, em conjunto com a entrada mais ampla, permitirá receber grandes grupos escolares e, para enfrentar esses temas,

promover aulas e cursos no próprio Museu. Como pensar os monumentos que glorificam heróis que não queremos mais exaltar? Que perguntas o presente faz ao passado? Analisar processos históricos nunca é um trabalho neutro; por isso, foi fundamental tornar transparente o modo de produção desses conhecimentos, buscando distinguir memória, uma categoria social, de História, uma categoria cognitiva que permite o fenômeno social da memória.

Essas e outras questões informam os curadores da exposição temporária “Memórias da Independência”, que ocupa a área de expansão do Museu sob a esplanada. Ela aborda diferentes práticas memoriais e comemorativas relacionadas ao processo de Independência, que resultaram em sucessivas celebrações ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. E mostra como o processo de ruptura foi disputado por projetos celebrativos e festividades em São Paulo, no Rio de Janeiro (a antiga capital) e em Salvador (onde a Independência só foi concluída em 1823).

A exposição trouxe acervos de outras instituições brasileiras, especialmente do Rio de Janeiro e da Bahia. No total, estão expostos 3.058 itens pertencentes ao acervo do Museu, 509 itens de outras



Os ladrilhos hidráulicos que precisaram ser substituídos foram fabricados pela mesma empresa que produziu os originais

Foto | Dasha Horita

coleções e 76 reproduções e fac-símiles. A maior parte dos objetos data dos séculos XIX e XX, mas há itens mais antigos, que remontam ao Brasil colonial. São pinturas, esculturas, moedas, documentos textuais, fotografias, objetos em tecido e madeira que foram conservados e preparados para fazer parte do novo projeto expográfico.

O corpo docente do museu também elaborou o eixo curatorial “Para entender a sociedade”, que se relaciona a processos sociais ligados aos imaginários que alimentam histórias do Brasil, ao universo do trabalho, e à constituição dos espaços domésticos como lugares de formação de identidades.

O outro eixo curatorial chama-se “Para entender o museu”. As exposições deste eixo trazem infor-

mações sobre a história do edifício, da instituição e seu ciclo curatorial (aquisição, conservação, catalogação, exposição). Além de uma exposição introdutória sobre esses temas, o eixo conta com mais quatro exposições, que exibem as maiores coleções do Museu – medalhas, moedas, imagens e objetos do cotidiano, brinquedos e louças nacionais e estrangeiras. Elas são utilizadas para demonstrar o funcionamento do ciclo curatorial, discutidos a partir de quatro atividades chamadas de 4C – coletar, catalogar, conservar e comunicar.

Leia a seguir um resumo das exposições que compõem os eixos “Para entender a sociedade” (1 a 6) e “Para entender o museu” (7 a 11):



O minucioso e delicado trabalho dos restauradores do majestoso quadro foi simultâneo à reforma e recuperação do prédio

Foto: José Rosael | Divulgação Museu do Ipiranga

1. Uma história do Brasil: a exposição compreende o hall, a escadaria principal e o Salão Nobre e tem como acervo principal as obras de arte que estão integradas à arquitetura, como a tela *Independência ou morte*, de Pedro Américo. Essa decoração constitui uma versão da história do Brasil produzida para as comemorações do centenário da Independência em 1922. A mostra coloca em questão a noção de realidade dessa narrativa, a escolha dos seus personagens e o modo como ela se subordina à história paulista.

2. Passados imaginados: exibe as telas de grandes dimensões, além da maquete de gesso representando a cidade de São Paulo em 1841. O texto que a acompanha demonstra que os acon-



tecimentos representados nessas obras não são uma janela para o passado que está ali representado, e sim o processo de criação de artistas em determinadas épocas. Acostumado a entender estas representações como cenas verídicas, por conta do modo como foram apresentadas nos livros didáticos, o público encontra nessa exposição a recontextualização das obras de arte para serem

compreendidas dentro do sistema que as produziu.

3. Territórios em disputa: expõe os objetos ligados à colonização mais antigos do Museu, que remontam aos séculos XVI e XVII. São objetos, cartas de sesmaria, mapas e outros documentos que contam como os europeus implantaram nas terras coloniais noções de território que se materializaram não apenas por meio de legislação ou da força bruta, mas pelo uso de objetos inéditos para os povos indígenas.

4. Mundos do trabalho: a exposição trata do universo do trabalho num amplo espectro de atividades, desde o período colonial até os dias atuais; lança luzes sobre o trabalho anônimo de indígenas, negros escravizados, forros, homens livres, migrantes, imigrantes e, com isso, apresenta questões centrais para a compreensão do trabalho nos dias de hoje. Por exemplo, o trabalho manual ou seriado não pode ser desconectado do trabalho intelectual.

5. Casas e coisas: expõe o processo de transformação dos espaços da casa que levou ao esvaziamento de suas funções produtivas. A casa era um lugar multifuncional – o lugar onde se cultivava alimentos, se praticava o comércio, se produziam coisas, onde as crianças recebiam educação, se realizavam encontros culturais. Ao longo do tempo, essas atribuições foram sendo transferidas para instituições específicas fora da casa. Ao perder essas funções tradicionais, a casa se volta para uma experiência inédita: fazer parte da formação da identidade. É no século XIX que a palavra “interior” passa a conectar artefatos e espaços da casa ao interior psíquico de seus moradores.

6. A cidade vista de cima: a última exposição do eixo “Para entender a sociedade” fica num espaço que leva ao mirante do edifício-monumento. Nela, são apresentadas imagens que mostram os diferentes momentos da história da cidade de São Paulo.

7. Para entender o Museu: exposição introdutória sobre o eixo. Conta a história do edifício e da instituição, explicando como é o trabalho na área de História e Cultura Material, como surgiu o Museu e porque ele foi instalado em um edifício projetado para ser um monumento à memória da Independência.

8. Coletar: imagens e objetos. Amostras das coleções são utilizadas para explicar as mudanças nas políticas de coleta de documentos, que levaram tanto a uma ampliação da cadeia de segmentos sociais representados quanto a uma variedade de materiais e técnicas.

9. Catalogar: moedas e medalhas. A prática da catalogação explorada a partir da tradicional coleção de moedas e medalhas, que tem formas muito estabelecidas de identificação e descrição de seus materiais e suas simbologias.

10. Conservar: brinquedos. São centenas de objetos de brincar de casinha ao lado de carrinhos, espaçonaves e foguetes. É possível mostrar o trabalho de conservação desde a avaliação na entrada do item na coleção, as atividades de higienização e restauração, os modos de embalar e a guarda nas reservas técnicas.

11. Comunicar: louças. Reflete sobre como se produz uma exposição, bem diferente da prática de simplesmente expor os objetos, relacionada à seleção, criação e interpretação, portanto, um processo de conhecimento que está longe de ser neutro ou de atestar uma verdade.

As molduras das obras reviveram com a recuperação e pintura cuidadosa de todos os seus detalhes

Foto: José Rosael | Divulgação Museu do Ipiranga



Alexandre Barbosa • Gerente de Assuntos Acadêmicos do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Doutor e Mestre em Comunicação pela USP

BICENTENÁRIO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Florão da América

*O edifício-monumento erguido para celebrar a
Independência e construir a memória nacional ganha
modernização, ampliação e restauro do acervo*

Alexandre Barbosa

Foto | Dasha Hória

Nasce um novo Museu do Ipiranga - ampliado, com mais espaços para exposições fixas e itinerantes, novo auditório, áreas de recepção e acolhimento, bem como café com vista para as fontes do Jardim Francês. E, o que é fundamental, obras de arte e preciosidades da história brasileira preservadas e

restauradas. Tudo isso com acessibilidade renovada e moderna segurança contra incêndio. Tarefa hercúlea pelas dimensões do edifício-monumento e suas colunatas, arcos, escadarias de mármore e pisos de cerâmica; e, ao mesmo tempo, artesã e minimalista pela riqueza de ornamentos e detalhes que exigem um acabamento perfeccionista. Não é fácil restaurar as formas, cores e texturas originais de adornos de um prédio tombado pelo patrimônio histórico.

O palácio no bairro do Ipiranga sedia o Museu Paulista da Universidade de São Paulo. O edifício, tombado pelo patrimônio histórico municipal, estadual e federal, foi construído entre 1885 e 1890 e está situado dentro do complexo do Parque Independência. O projeto é de Tommaso Bezzi. Concebido originalmente como um monumento à Independência, tornou-se em 1895 a sede do Museu do Estado, criado dois anos an-

tes, sendo o museu público mais antigo de São Paulo e um dos mais antigos do país. Está, desde 1963, sob a administração da USP, atendendo às funções de ensino, pesquisa e extensão.

Nossa América visitou o canteiro de obras no início de abril e constatou essa e outras mudanças, principalmente na acessibilidade e no delicado trabalho de restauração das particularidades arquitetônicas originais do museu. Por exemplo, o restauro artístico das colunas do corredor principal, em que até detalhes mais escondidos dos olhares dos visitantes passaram pelo trabalho de recuperação.

Rosaria Ono, diretora do Museu do Ipiranga, conta que houve também adaptações e aprimoramentos, da acessibilidade à segurança contra incêndios, passando pelo fluxo de visitantes. Por exemplo, todas as salas, originalmente, eram voltadas para o corredor frontal, o que obrigava o visitante a entrar e sair pelo mesmo corredor. O vai e vem provocava choques quando o trânsito





O elegante Jardim Francês defronte ao Museu, com seus espelhos d'água: tanques, fontes e ornamentos inteiramente recuperados

Foto: Ana Clara Gaspar

era grande, principalmente nas visitas escolares. Agora, neste novo projeto, há interligação entre as salas, facilitando o fluxo pelas exposições.

Com investimento de R\$ 211 milhões, obtidos por meio da lei federal de incentivo à cultura, a obra foi executada em duas frentes: restauro do edifício-monumento e ampliação do conjunto arquitetônico. Para a ampliação, uma escavação em frente ao prédio, na área da esplanada, retirou 35 mil metros cúbicos de terra (2 mil caminhões). Com o novo espaço, o Museu do Ipiranga passa a ter 6.800m². A expansão abriga a nova entrada integrada ao Jardim Francês, além de bilheteria, café, loja, auditório para 200 pessoas, espaços e salas para atendimento educativo e uma grande sala de exposições temporárias, com 900m². Do café, veem os 8 espelhos d'água do Jardim Francês, graças a um arrojado corte na murada do prédio.

O Jardim Francês em frente ao museu também foi recuperado a um custo de R\$

19 milhões. A obra inclui a restauração de toda a área construída e do paisagismo, reforma da antiga administração para instalação de um restaurante, infraestrutura para *food bikes*, modernização da iluminação pública, requalificação das vias de acesso, reativação da fonte central e – grande novidade – a recuperação de duas fontes presentes no projeto original do jardim que haviam sido destruídas na década de 1970.

No edifício-monumento foram restaurados os detalhes da arquitetura. A fachada de 7.600m² pela primeira vez passou por limpeza, decapagem, recuperação dos ornamentos, aplicação de argamassa, tratamento de trincas e, por fim, pintura. Para pintar, foi utilizada uma tinta mineral – desenvolvida especialmente para o Museu – que permite a troca de umidade entre o prédio e o ambiente. Um estudo estratigráfico (ramo da geologia que estuda as camadas de rochas) e o processo de decapagem também tornaram possível recuperar a

cor original da construção do século XIX.

Tetos e paredes do interior receberam tratamento similar. Os elementos de marcenaria, como as 450 portas e janelas, foram catalogados, retirados e restaurados em oficinas no canteiro de obras, e recolocados no mesmo lugar, bem como os 1900m² de assoalho que revestem o piso da edificação. Os 1500m² de pisos de ladrilho hidráulico franco-alemão também passaram por um refinado processo de restauro. Cerca de 1300 ladrilhos foram restaurados, enquanto aproximadamente 700 foram reproduzidos e substituídos.

Um sistema híbrido e ecológico de refrigeração e circulação do ar faz com que o museu esteja apto para receber acervos de outras instituições, inclusive internacionais, e ao mesmo tempo preserve a integridade da construção histórica. Muitas instituições culturais estão repensando o uso de ar-condicionado em seus espaços, devido ao alto custo de manutenção e de consumo de energia, além de possíveis

patologias ao edifício e ao acervo. Igualmente, a iluminação é controlada ponto a ponto via sistema de automação, com lâmpadas LED que gastam menos energia e emitem menos calor.

Plano museológico

O quadro mais conhecido do acervo do Museu – a tela *Independência ou morte*, de Pedro Américo – foi um dos primeiros trabalhos a serem restaurados, em 2019. Mas a pesquisa para o restauro do quadro começou ainda em 2017. Devido ao tamanho da tela (com dimensões de 415 cm x 760 cm, maior do que as portas e janelas do salão, montada originalmente no local onde está até hoje, sem nunca ter sido retirada) não havia possibilidade de transferência e o

restauro foi realizado simultaneamente à obra, no Salão Nobre, espaço onde o quadro permaneceu.

Juntamente às obras de restauro e ampliação, aconteceram os trabalhos de conservação dos mais de 3 mil objetos do acervo expostos na reabertura. Dentre eles, encontram-se 122 pinturas e duas maquetes de grande porte. Ao longo da história, os acervos sempre foram tratados e conservados e, em momentos pontuais, algumas peças passaram por restauro, mas essa é a primeira ocasião em que as coleções são objeto de um plano amplo de restauração, com diversas obras sendo restauradas ao mesmo tempo.

Desde 2013, quando o Museu foi fechado, diversas medidas foram tomadas para garantir a segurança e tornar possível a realização do projeto de restauro do acervo. Após realizar o plano de logística para esvaziar todo o edifício e transferir o acervo presente no edifício-monumento para as reservas técnicas localizadas no bairro do Ipiranga, foi lançado novo plano museológico, que norteou a criação das 12 novas exposições, contemplando cerca de 3.500 itens do acervo. No total, o acervo do Museu do Ipiranga chega a 450 mil itens e documentos.

Multissensorial

Uma das premissas do novo projeto do Museu do Ipiranga é a acessibilidade. “Havia o desafio de montar doze exposições temáticas ocupando quase cinquenta espaços que antes não estavam disponíveis para expor”, conta Rosário Ono, diretora da instituição. Com soluções engenhosas e inovadoras, “cem por cento desse edifício vai ser visitável e de livre circulação para os visitantes”, vibra,

Sobre os andaimes, o delicado trabalho de verificação dos acabamentos nas colunas e no teto, dez metros acima do chão

Foto | Dasha Horita

orgulhosa. Além da acessibilidade física do edifício, que foi equipado com elevadores e rampas de acesso (por exemplo, a antiga entrada para carruagens foi derubada e reconstruída com a inclinação correta para cadeirantes), as exposições também foram pensadas para oferecer condições mais amplas de exploração do acervo por parte do público.

Para isso, 379 peças ganharam tratamento multissensorial. Telas táteis, reproduções em metal, dioramas (maquetes tridimensionais feitas a partir das obras do Museu), plantas táteis para localização dos visitantes, dispositivos olfativos, reproduções visuais e táteis (reproduções de imagens com aplicações de texturas para o toque), reproduções 3D e em outros materiais semelhantes aos objetos originais (como pedra e metal), cadernos em braille, amostras de texturas e objetos originais adquiridos especificamente para o manuseio dos visitantes. As ações e estratégias de mediação elaboradas pelo programa educativo levam tudo isso em consideração.

Por meio de rede *wi-fi* aberta pode-se baixar propostas específicas de experiências dentro da instalação – mais rápidas ou mais direcionadas, por exemplo, a pessoas com deficiência visual. Também é possível programar passeios em condições diferentes, com menos estímulos e informações mais objetivas, o que pode auxiliar pessoas com autismo e outras deficiências intelectuais. São recursos que não apenas dão condições de maior entendimento para pessoas cegas, surdas ou com deficiência intelectual, como também ampliam a experiência de todos os visitantes.

A expectativa é de que o novo museu receba entre 900 mil e 1 milhão de pessoas por ano.

Alexandre Barbosa • Gerente de Assuntos Acadêmicos do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Doutor e Mestre em Comunicação pela USP



O passado não escraviza o futuro

Historiador analisa os mitos em torno do processo de Independência do Brasil, bem como a criação da memória e da identidade dos brasileiros

Alexandre Barbosa
Eduardo Rascov
Maristela Debenest

O professor da USP, João Paulo Garrido Pimenta, conhece profundamente a história do surgimento de novos países na América Latina no início do século XIX. Sobre isso, escreveu *Brasil y las independencias de Hispanoamérica; Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*; e, com a historiadora Andréa Slomian, *O “nascimento político” do Brasil: origens do Estado e da nação*, entre outros estudos. No final do ano passado, João Pimenta lançou o aclamado *O livro do tempo - Uma história social*, pela Edições 70.

Acervo pessoal de João Paulo Garrido Pimenta



Nossa América: O Grito do Ipiranga é um mito? O que afinal aconteceu em 7 de setembro de 1822?

João Paulo Garrido Pimenta: Algo aconteceu nesse 7 de setembro relacionado à Independência. Nós não sabemos exatamente o quê, mas temos certeza que foi muito menos do que a memória histórica atribuiu a esse acontecimento. Ora, no dia 7 de setembro, Dom Pedro estava de passagem entre São Paulo e Rio de Janeiro quando recebeu um conjunto de cartas em caráter de urgência. Ele deve ter se dirigido à sua comitiva em termos contundentes sobre a necessidade de oficializar a ruptura política. Há 4 relatos produzidos posteriormente por pessoas da comitiva, mas nenhum deles é confiável a ponto de assegurar que houve um grito “Independência ou morte” ou um conjunto de gestos solenes. Nada disso deve ter acontecido. Mais importante para o processo de Independência foi a aclamação pública a Dom Pedro, em 12 de outubro, e a sua coroação como imperador, em 1º de dezembro de 1822. Esses são os grandes marcos de ruptura. No entanto, nenhuma memória histórica é construída somente com a verdade – ela se vale de algumas verdades para construir versões do passado que interessam ao presente. Nenhuma memória histórica está preocupada com o passado pelo passado, mas sim as funções que o passado pode desempenhar no presente. Após os acontecimentos de setembro, outubro e dezembro, que fazem parte de um processo, essa memória começa a ganhar corpo e o 7 de setembro vai obtendo destaque como o momento central da história da Independência. Isso na perspectiva da memória e não na perspectiva da própria história da Independência. Durante o XIX, essa memória vai sendo construída em função dos interesses do presente. É, portanto, uma mistificação na medida em que distorce, exagera, acrescenta e omite coisas.

Quando essa memória chega ao final do XIX, conhece uma representação inigualável no quadro do Pedro Américo. Ele não quis descrever a verdade histórica, mas sim criar uma imagem que servisse à exaltação de um sentimento nacional de pertencimento à nação brasileira. O senso comum atribui a Pedro Américo um caráter de falsificador da história, como se ele tivesse interessado em realmente convencer as pessoas de que aquele cavalo era branco, que as pessoas estavam vestidas daquele jeito, que a cena ocorreu exatamente assim... Não, ele estava criando uma representação, e não uma imagem perfeita para descrever a realidade histórica. Se ele queria criar um sentimento, ele precisava inventar uma cena digna do que ele entendia como sendo aquele sentimento. Não é uma falsificação. E não é uma representação da nacionalidade brasileira, aproveitando-se de um episódio ligado à Independência do Brasil.

NA: Neste bicentenário da Independência, há um aumento do interesse pela História do Brasil? E, em função dos interesses atuais, como a memória nacional tem sido modificada?

JPGP: É impressionante como a Independência do Brasil, assim como outros temas históricos, vão sendo ressignificados em função das novas demandas do presente. Neste 2022, o bicentenário da Independência ganha importância e interesse social talvez devido à confluência de crises — crise política, crise econômica, crise sanitária, crise moral — e à inserção do Brasil no contexto mundial. Muitos brasileiros entendem que respostas às perguntas mais difíceis – por que o Brasil chegou aonde chegou? O que aconteceu com a democracia brasileira? Por que esse grau de conflito na nossa sociedade? Quais são os futuros próximos que a História nos reserva? – podem

ser encontradas no estudo do passado. Ou pelo menos algum tipo de inspiração. A minha hipótese é que num momento muito turbulento da nação brasileira, a História parece ser capaz de fornecer, senão respostas a perguntas muito atuais, pelo menos alguma amortização do sofrimento daqueles que estão preocupados com o futuro do Brasil.

A Independência do Brasil está sendo revitalizada. Historicamente, é um tema visto como cheio de distorções e invenções. Os brasileiros associaram a Independência a comemorações oficiais, a regimes autoritários, sobretudo à ditadura de 1964. Mesmo em 1922 o governo de Epitácio Pessoa, da República Velha, utilizou muito o centenário a seu favor. É um tema antipático. Mas os historiadores se desvencilharam disso há um bom tempo. Eles sabem que, para pensar o mundo, é necessário olhá-lo com uma certa distância; nós não podemos nos misturar, nos confundir 100% com ele. Isso nos permitiria explicar algumas coisas, mas nos impediria de explicar muitas outras. Então, os ritmos de valorização da Independência na historiografia seguiram um curso próprio, com altos e baixos. Já desde os anos 1980 a Independência é um tema muito estudado pela historiografia.

Estamos num ponto interessante em que muitos historiadores se dedicam ou se dedicaram recentemente ao estudo de um tema que está sendo fortalecido no senso comum do brasileiro. Nós temos uma enorme mobilização da parte de historiadores, jornalistas, comunicadores, outros intelectuais, cientistas sociais para oferecer à sociedade recursos de entendimento da realidade. Tem muitos historiadores produzindo textos, vídeos, que estão tentando se comunicar diretamente com a sociedade em linguagens não acadêmicas, de modo muito acessível, com fundamento de comunicação de massa, ainda que sejam tentativas pontuais. Isso é muito interessante. Está

mostrando uma tentativa de aproximação entre a academia e a sociedade em geral. Das duas partes parece haver o entendimento de que isso é necessário para a gente entender um pouco o que a Independência está fazendo em nossos dias, qual é a atualidade da independência e de muitos outros temas da História do Brasil.

NA: O Brasil é herdeiro de certo pensamento civilizatório eurocêntrico e branco. Nos separamos de Portugal, mas somos herdeiros dele. Quais os impactos dessa ruptura na formação brasileira?

JPGP: A Independência foi uma importantíssima ruptura, uma das grandes rupturas da história deste país, porque o Brasil não existia como nação, como Estado tal qual ele existe hoje, antes dessa ruptura fundadora. No entanto, não existe nenhuma ruptura absoluta na história da humanidade. A ruptura na história do Brasil, como quaisquer outras grandes rupturas históricas, se fez também em meio a continuidades. Nenhuma ruptura é absoluta. Nunca existiu uma ruptura completa numa sociedade, algo sempre se mantém. A Independência criou um Estado que não existia antes. O Estado brasileiro, esse estado existe até hoje, com muitas reconfigurações nos últimos 200 anos. Ele se houve com códigos legais, com território bem definido, onde se exerce determinada soberania, com sistema eleitoral, sistema tributário, exército nacional, estruturas administrativas que conectam diferentes regiões do país em direção à capital. Tudo isso foi sendo reconfigurado ao longo do tempo, mas começou a ser criado há 200 anos. O Estado brasileiro, existente até hoje, é uma criação da Independência. A nação brasileira, que também existe hoje, ela é também uma criação da Independência. O que é a nação brasileira? É uma comunidade, um grupo bastante amplo de pessoas que se reconhecem

como integrantes dessa comunidade identificada como nação brasileira; e, por sua vez, é identificada por outras comunidades como sendo uma nação brasileira. Não existia nação brasileira antes da Independência. E não existia o sentimento de pertencimento a essa comunidade. Não existia a comunidade e não existia a aspiração, uma ideia vaga de pertencimento a essa comunidade. Porque muitas vezes as pessoas querem criar uma comunidade porque elas se sentem parte disso que está para ser criado. A identidade nacional, isso não existia antes da Independência. A nação e a identidade, hoje elas existem e são criação da Independência. Isso já bastaria para caracterizar a profundidade desse processo histórico, porque criou 3 coisas importantíssimas que formatam o ser brasileiro até hoje — Estado, nação e identidade. A Independência não criou isso de maneira exclusiva e imediata. A Independência criou as condições de existência de um Estado, uma nação e uma identidade nacional, que foram sendo modificadas, mas sem perder a condição da sua substância inicial.

No entanto, a Independência não subverteu a ordem social, não inverteu papéis, não fez ricos se tornarem pobres, pobres virarem ricos, não aboliu formas de dominação social, não criou subitamente estruturas econômicas. A Independência manteve as estruturas sociais? Ela manteve a escravidão? Ela manteve a economia agroexportadora? Não exatamente. Ela reconfigurou essas coisas todas. Ela reconfigurou o território, reconfigurou a monarquia, reconfigurou a escravidão, reconfigurou as estruturas sociais. Quando digo reconfigurou, é que ela colocou algumas coisas novas nisso tudo, mas sem abolir as estruturas sociais e econômicas. Foi o caso então das estruturas coloniais que se observaram ainda no Brasil, mas não mais exatamente como estruturas coloniais, mas como estruturas nacio-





Retrato de D. Pedro I,
de Oscar Pereira da Silva (1926). 193cmX193cm.

No Brasil, a ruptura também foi feita de continuidade

Acervo do Museu do Ipiranga

nais. É claro que isso passou despercebido pela maior parte das pessoas, que continuaram pobres, que continuaram escravas, que continuaram no mesmo lugar em que elas estavam na sociedade. Mas muita gente, os protagonistas desse processo, sabiam que eles estavam criando coisas fundamentalmente novas – mas eles não queriam criar coisas totalmente novas.

NA: Qual a relação desse processo político brasileiro com o restante da América Latina? Por ser uma monarquia escravista em meio a repúblicas, o Brasil era visto como inimigo? E os brasileiros, como viam e veem os processos de independência da América espanhola?

JPGP: Em 2013, pesquisando as atitudes e as relações dos brasileiros em geral com o seu passado, e mais especificamente com a Independência, concluímos que os brasileiros sofriam uma tendência a menosprezar a nossa história e considerá-la menor e menos importante do que a história de outros países. Isso, no entanto, é combatido por outros brasileiros com uma atitude oposta de glorificação e heroicização da história. Então, tem muito brasileiro que acha que o Brasil é um país insignificante, medíocre pela sua história, enquanto outros brasileiros, de uma maneira oposta, acreditam que o Brasil é uma nação com uma história gloriosa, construída por heróis que devem ser exaltados. Há uma atitude pendular dos brasileiros. Ora, nenhuma história de um país é menos importante do que a história de outro país, salvo quando essa história tem, digamos, alguns impasses mundiais. Não existe um processo importante que seja desprezível em comparação com um processo importante de outro lugar, de outro tempo, de outro espaço. Não existe Independência menos importante neste contexto do século XIX, inclusive porque a Independência do Brasil não foi um processo isolado.

A Independência do Brasil foi toda marcada pela independência da América espanhola e o inverso também é verdadeiro. Claro, o Brasil foi mais marcado do que o contrário porque as da América espanhola começaram antes. Analisei pontos de conexão, como que pessoas do Brasil liam notícias da América espanhola, como elas reagiam a isso, como impactava a alta política no Brasil e em Portugal. Ou seja, o processo histórico pode criar o que eu chamei de *experiência*. Um conjunto de aprendizado consciente e inconsciente, direto e indireto, um conjunto de modelos, de paradigmas, de exemplos a serem seguidos ou rejeitados. As independências da América espanhola ofereceram parâmetros para quem estava fazendo ou querendo evitar a Independência do Brasil. Por exemplo, desde 1808, Brasil e Portugal tomaram uma série de medidas militares preventivas nas fronteiras com a América espanhola. Eles negociavam com as potências europeias e ao mesmo tempo negociavam com os governos independentes revolucionários da América espanhola. Essas independências compõem uma unidade histórica. Separá-las, como se elas tivessem acontecido de maneira isolada, é uma violência contra a própria história. As pessoas que viveram essa história, não a viveram separadamente. Claro, elas viveram algumas coisas mais intensamente do que outras, a depender do grupo social, a depender da época específica, da região em que as pessoas estivessem, mas o processo de Independência do Brasil foi todo atrelado aos processos de independência da América espanhola. Todos eles fizeram parte de um conjunto de mudanças políticas que diz respeito à revolução do Haiti de 1804, às guerras napoleônicas, que terminaram só em 1815, à revolução francesa, e até à independência dos EUA lá em 1776. Tudo isso é cheio de idas e vindas, de ênfases, de variações, mas é uma mesma unidade histórica.

NA: Então, é também um mito essa ideia de que o processo sócio-político do Brasil, no século XIX, foi totalmente diferente dos outros países latino-americanos?

JPGP: O que a imensa maioria das pessoas faz é seguir as tradições históricas posteriores à Independência, tradições essas que se misturaram à própria construção das memórias nacionais de cada um desses países. As memórias históricas nacionais pretenderam que cada país seja diferente e superior. O mito da singularidade brasileira no século XIX é um mito porque é exagerado. É claro que o país foi diferente, mas os outros países também eram diferentes entre si. Esse mito da singularidade brasileira encontra correlatos muito parecidos, por exemplo, no mito da singularidade chilena, no mito do isolamento paraguaio, no mito da singularidade mexicana. Cada processo foi específico, é evidente, mas todos foram muito articuladas, alguns mais articulados do que outros.

As diferenças entre monarquia no Brasil e república em quase todo o resto da América Latina no século XIX foram reais – essas diferenças existiram, inclusive influenciaram as formas políticas, econômicas e culturais de existência desses países –, mas elas não podem ser exageradas. Se a gente exagerar nas diferenças perdemos as conexões, os pontos em comum. Por exemplo, durante alguns meses o Brasil não foi a única monarquia das Américas. O México também foi uma monarquia. O império mexicano deixou de existir, o brasileiro continuou. Mas ninguém garantia que o império

Sessão das Cortes de Lisboa. Pintura a óleo de Oscar Pereira da Silva (1922), 317cmX259cm

As notícias dos processos de independência da América espanhola impactavam o Brasil e Portugal

Arquivo do Museu do Ipiranga
Foto: Hélio Nobre / José Rosael





mexicano deixaria de existir. Entre 1814, 1815, até 1820, existiam muitos projetos políticos para transformar o Rio da Prata em uma monarquia, inclusive com a possibilidade de um herdeiro da dinastia portuguesa de Bragança assumir o trono. Veja que loucura. O que hoje é a Argentina e o Uruguai poderia ter se tornado um conglomerado de territórios monárquicos, com um príncipe ou um rei português. Essas possibilidades estavam em aberto durante os processos de independência. Então, eu repito. A existência de uma monarquia no meio de repúblicas é um fato do XIX que pautou algumas questões importante da existência desses países e suas relações, mas essa não é uma diferença absoluta, porque houve muitas relações entre eles. Por exemplo, a monarquia brasileira lutou ao lado da república argentina e da uruguaia contra a república do Paraguai. Ora, na guerra da tríplice aliança essa diferença foi muito menor. Uma monarquia e duas repúblicas se aliaram contra uma terceira república.

Atualmente, vejo com certa melancolia que os conhecimentos históricos dos países latino-americanos se cruzam ainda muito pouco. Estão muito mais voltados para dentro de cada um dos países e de cada um dos países para fora, mais para a Europa e os EUA, do que para os outros países latino-americanos. Os estudantes de história do Brasil conhecem muito pouco da história dos historiadores peruanos, por exemplo. No Peru, quase ninguém lê em português os historiadores brasileiros. No México se conhece muito mais a história dos historiadores norte-americanos do que a história dos historiadores paraguaios, chilenos, brasileiros... Esse afastamento intelectual, que é uma parte do afastamento cultural, faz com que nós nos dirijamos não uns aos outros - com algumas exceções, como Uruguai/Argentina e Venezuela/ Colômbia - e muito mais para outros países. Nós sabemos que essa

integração se dá por critérios políticos e econômicos que têm a ver com a geopolítica do sistema mundial - e não com tradições ou com projetos políticos.

NA: A experiência mencionada pelo senhor deve incluir as notícias que chegavam desde o início do XIX sobre a Revolução do Haiti. Como ela impactou o nosso processo de Independência?

JPGP: Muita gente na época temia a repetição ou pelo menos a inspiração do que tinha acontecido na colônia francesa de Saint Domingue, que quando se tornou independente adotou o nome de Haiti. De fato, havia o temor de uma haitização do Brasil. No entanto, esse temor é muito exagerado pela historiografia porque a escravidão brasileira foi um sistema sócioeconômico bastante estável e seguro. Havia um medo de uma revolta de escravos que desembocasse numa revolução? Havia. Mas havia possibilidade de isso acontecer? Era baixa. A elite inclusive sabia disso, por isso convém não exagerar esse medo. A revolução do Haiti foi uma revolução social, mas também uma revolução anticolonial, contra a metrópole francesa. A Independência do Brasil não foi uma revolução social, foi só política e anticolonial. A Independência dos EUA também foi uma revolução política e anticolonial, mas não foi uma revolução social. E nem por isso foi menos revolucionária. Na América espanhola, as independências em geral foram revoluções políticas, anticoloniais e somente em alguns casos, revoluções sociais.

NA: Pode-se dizer que a primeira constituição brasileira foi conservadora também por esse medo do Haiti?

JPGP: A primeira constituição brasileira, de 1824, tem dimensões conservadoras do ponto de vista social, uma vez que ela expressa uma revolução política e antico-

O Príncipe Regente D. Pedro e Jorge Avilez a bordo da fragata União. Óleo de Oscar Pereira da Silva (1922)

Acervo do Museu do Ipiranga
Foto: Helio Nobre / José Rosael

lonial que não foi uma revolução social. Essa constituição outorgada por Dom Pedro I traz aspectos do conservadorismo, inclusive social. No entanto, convém não esquecer que a mera existência de uma constituição no Brasil já traz em si um aspecto revolucionário. O Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII não tinha constituição. A constituição chega no Brasil como um princípio político revolucionário. Esse princípio vinha sendo praticado em outras partes do mundo e no caso do Brasil ele chegou por ação direta da revolução portuguesa de 1820, que foi uma revolução constitucional cujos princípios foram adotados no Brasil. E mesmo quando o Brasil se separa de Portugal, ele mantém princípios dessa revolução portuguesa, entre eles, a constituição. Dom Pedro I jurou ser um imperador constitucional. Mesmo depois, quando ele fechou a assembleia que estava encarregada de fazer a constituição, em 1823, o imperador preservou a promessa e o princípio, que era um princípio revolucionário – o império deveria ser constitucional.

NA: Mas houve lutas pela Independência com participação popular no Brasil? Ou foi apenas um arranjo pacífico de transferência do poder entre as elites?

JPGP: A Independência do Brasil teve participação popular, embora essa participação não tenha sido central no processo. Como dissemos, a Independência não foi uma revolução social. O fato de ela ter tido participação popular não significa que tenha sido decisiva. Significa apenas que ela existiu. O fato que tenha existido constitui um fator de importância que não nos autoriza, do outro lado da moeda, considerar a Independência como se tivesse sido simplesmente um acordo entre elites, ou um movimento puramente conservador.



NA: De que modo aconteceu essa participação popular?

JPGP: Basicamente em duas frentes. Uma difusa ao longo do processo, com a ampliação dos grupos sociais interessados em discutir política e que viram nas convulsões do processo de Independência oportunidade para conseguir interesses específicos. Isso se deu em várias frentes, com uma politização da sociedade à época. Houve uma ampliação da participação política nesse momento de convulsão

política: motins de rua, participação na imprensa, discussão em lugares públicos, projeção de vantagens que grupos poderiam obter... Essa participação se espalha por muitos grupos, que incluíam homens pobres, mulheres pobres, escravos, principalmente ex-escravos, indígenas e descendentes de indígenas, homens brancos pobres. Tudo isso que a gente poderia chamar de uma maneira genérica e imprecisa de povo.

Houve guerras de independência entre 1822 e 1824 na Bahia, Maranhão,

Piauí, Pará e na província Cisplatina (que hoje é o Uruguai, mas na época era uma província brasileira). Em alguns desses lugares teve guerra aberta. Em outros, foi mobilização militar, pessoas em armas que não chegaram a se enfrentar ou se enfrentaram em pequenos grupos. Mas houve guerras de Independência que opuseram dois projetos majoritários – ou o Brasil seguiria sendo parte do reino unido português ou ele se tornaria uma entidade política própria, o império do Brasil. No meio dessas duas tendências majoritárias, também tinha um monte de gente que pegou em armas não exatamente porque estava preocupado com o Brasil, mas com sua região, em derrubar o governador da sua província, em assegurar a propriedade das suas terras, ou conquistar novas terras, obter vantagens comerciais... As guerras de independência, que opuseram um projeto português e um projeto político brasileiro – não era uma nacionalidade brasileira, mas um projeto político de interesses do Brasil – mobilizaram muita gente popular, inclusive porque o próprio exército da época tinha um monte de gente pobre. Então, ou lutava porque ganhava um soldo militar ou porque era obrigado. Teve muita gente em armas, entre 1822 e 1824, grupos que a gente poderia chamar, de maneira imprecisa, de grupos populares ou do povo. Significa então que o povo tomou o poder? Não, não significa nada disso. Significa que não teve participação popular? Também não. Teve. E foi importante, embora não tenha sido central. E isso está cada vez mais sendo estudado pelos historiadores.

NA: Por que esses processos são ou foram apagados no ensino de história brasileira nas escolas, por exemplo?

JPGP: Há um mito constitutivo da memória histórica brasileira, que é o mito da independência pacífica. A ideia que o Brasil é um país sem conflito, que resolve

tudo na base do acordo, da negociação, mesmo que seja negociação obscura ou secreta. Uma das origens desse mito do brasileiro pacífico e da sua história não violenta é justamente o mito da Independência pacífica e não violenta, criado durante a própria Independência e apropriado pelos construtores da memória histórica nacional que quiseram afirmar o Brasil, não só no contexto latino-americano, mas mundial, como uma nação pacífica. Tem muita gente que acredita nisso até hoje. Como nós sabemos, a história do Brasil, no passado e até hoje, é extremamente violenta. Mas esse mito que interessa a uma autoimagem brasileira foi criado na Independência e foi sendo reconfigurado de muitas formas ao longo do tempo, até chegar com muita força nos dias de hoje.

NA: Quais seriam então as maiores feridas abertas pelo período colonial que ainda não estão cicatrizadas?

JPGP: Acho que as grandes feridas abertas pela história colonial poderiam ter sido perfeitamente fechadas, suturadas, cicatrizadas pela nossa história nacional. As grandes mazelas do Brasil se remetem à nossa história colonial, mas elas não são responsabilidade da nossa história colonial, porque a história colonial não era uma história imóvel, nada garantia a perenidade dessas feridas. Acho que as maiores feridas do Brasil são resultado da nossa história nacional, e não da nossa história colonial, e se eu pudesse eleger uma delas, eu nomearia a desigualdade social. A desigualdade social, embora tenha raízes na história colonial, é um produto da nossa história nacional dos últimos 200 anos.

NA: E isso já está na própria Independência, quando a constituição não trata da questão social e manteve a escravidão e todos os males estruturais dela decorrentes...

JPGP: É verdade. Mesmo que a Independência não tenha sido uma revolução social, nós tivemos muitas outras oportunidades de fazer uma revolução social, inclusive revoluções não violentas. E até agora não fizemos. Eu acho que continua aberta essa possibilidade, o passado não escraviza o futuro. O passado condiciona algumas coisas do futuro, mas o nosso passado colonial certamente não escraviza o nosso futuro. Claro, a desigualdade social, o racismo, a violência policial, a violência institucional de uma maneira geral – não há nenhuma dúvida que tem a ver com o nosso passado escravista. Não apenas com o passado escravista, mas por um passado escravista duradouro e que foi reforçado quando esse passado escravista deixou de ser colonial para se tornar nacional. A escravidão acabou faz tempo. Mesmo que ela tenha sido duradoura, mesmo que tenha fundado alguns dos fatos mais essenciais da nossa existência como nação independente, ela acabou faz tempo. Se houvesse um empenho nacional em escala significativa para diminuir ou mesmo acabar com os efeitos mais negativos do nosso passado escravista, isso já teria resultado certamente em esforços muito bem sucedidos. Então, nós ainda convivemos com mazelas decorrentes do nosso passado escravista, não porque ele tenha sido um passado forte – embora ele tenha sido um passado forte – mas sim porque não houve empenho suficiente para combater e para eliminar essas mazelas. A culpa não é do passado – o passado dificulta as coisas – mas a culpa é do presente.

Alexandre Barbosa • Gerente de Assuntos Acadêmicos do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Doutor e Mestre em Comunicação pela USP

Eduardo Rascov • Jornalista e autor do romance *O Filósofo Voador*

Maristela Debenest • Graduada em Ciências Sociais e em Pedagogia, redatora do Memorial da América Latina

A pintura e a construção das identidades nacionais na América Latina

Os quadros sobre a independência revelam especificidades dos processos políticos e impactam a memória nacional dos países latino-americanos

Maria Ligia Coelho Prado

Na segunda metade do século XIX, a pintura de história foi um instrumento poderoso para a produção de imagens que se tornariam símbolos definidores das identidades nacionais na América Latina. Os temas favoritos dos artistas – que, em geral, recebiam encomendas de seus respectivos governos — referiam-se a acontecimentos históricos do período colonial e à conquista das independências.

A escolha do tema da independência se explica por esta ser entendida como o tempo por excelência das “origens”, ou seja, o “momento mítico” do nascimento das jovens nações. Considero interessante mostrar como esse acontecimento foi tratado de maneiras diferentes em alguns países da América Latina, quando a pintura de história era considerada o gênero pictórico mais valorizado.

*Independência ou morte (1888).
Óleo sobre tela, 4,15m por 7,60m*

Pintura emblemática do artista brasileiro Pedro Américo, feita especialmente para a principal sala do Museu de História Natural, inaugurado em 1895, hoje Museu do Ipiranga. É a mais consagrada e difundida representação pictórica do conturbado período de conflitos e lutas para tornar o Brasil independente de Portugal

Acervo do Museu do Ipiranga



Para iniciar, visitemos, comparativamente, as representações da independência realizadas pelo brasileiro Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), *Independência ou morte*, de 1888 e pelo uruguaio Juan Manuel Blanes (1830-1901), *O Juramento dos 33 Orientais*, de 1877 (fig. 2), obras que se transformaram em imagens fundacionais das duas nações. O termo “orientais” faz referência ao nome da chamada *Banda Oriental do Uruguai*.

O quadro *Independência ou morte* foi pintado por encomenda da Comissão do Monumento do Ipiranga, ocupando um lugar de honra no Museu desde sua inau-

guração em 1895. Pintura sobejamente conhecida, retrata o momento em que D. Pedro, montado a cavalo, levanta a espada e proclama a independência do Brasil. Saliento, nessa obra, a pompa em sua composição que sobressai em todos os detalhes: na postura de D. Pedro, nos uniformes, nos cavalos, nas armas. Além disso, note-se que a luz esplendorosa que ilumina os personagens vem do alto, do céu.

A tela do maçom Blanes representa o juramento de 33 homens, liderados por Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe que, em 25 de agosto de 1825, iniciam a

O juramento dos 33 Orientais (1875-1878).
Óleo sobre tela, 3,11m por 5,64m

Obra do uruguaio Juan Manuel Blanes, que se inspirou no comando informal da luta pela independência da Banda Oriental. Esse comando, conhecido por Los 33 Orientales, articulava a luta a partir de Buenos Aires e, em abril de 1825, desembarcou no território a ser libertado. Ali teriam feito o juramento de lutar pela independência até o fim, evento que ganhou contornos heróicos e simbólicos

Acervo do Museo Juan Manuel Blanes



chamada Cruzada Libertadora, que se lança à reconquista militar da Província Oriental e culmina com a independência nacional. Ênfase nesta pintura que os homens pisam num terreno plano, todos à mesma altura, e usam roupas comuns, como a do gaúcho ajoelhado bem à frente. Uma forte luz, que brota da terra, os ilumina, mostrando sua força e determinação interiores.

Assim, Pedro Américo revestiu seu tema com pompa, brilho e grandeza, ressaltando as aparências exteriores. De outra parte, o uruguaio salienta as virtudes que vinham de dentro dos heróis,

fazendo dos trajés apenas acessórios menores que não ofuscam a magnitude da cena histórica. Na minha visão, as escolhas pictóricas de Pedro Américo estão relacionadas ao imaginário simbólico da monarquia e as de Blanes foram inspiradas pelo ideário republicano. São as afinidades políticas que nos fazem entender as concepções diferentes dos dois pintores sobre o mesmo tema da independência.

O México oferece um contraponto interessante à visão glorificadora da independência imaginada por Pedro Américo e Blanes. Os pintores mexicanos desse período não se dedicaram ao tema da

independência. Foi preciso esperar os Muralistas do século XX, em especial, Diego Rivera (1886-1957) e José Clemente Orozco (1883-1949) para que os feitos da independência recebessem imagens consagradas e amplamente divulgadas.

Mas no final do século XIX, os artistas produziram notáveis obras sobre o período colonial em que denunciavam a violência da conquista espanhola com relação aos indígenas. Félix Parra (1845-1919), por exemplo, pintou dois quadros de grande impacto: *Frei Bartolomeu de Las Casas*, realizado em 1875, e *Episódios da conquista. A matança de Cholula*, de 1877.

Mas vou me deter na composição de Leandro Izaguirre (1867-1941), *O suplício de Cuauhtémoc* (abaixo), terminada em 1893. Nesse quadro, a figura do último imperador asteca aparece como a única iluminada por uma luz que vem de fora. Retratado como herói, encara com altivez os espanhóis que o torturam. A violência da cena mostra a coragem de Cuauhtémoc que contrasta com a insensibilidade dos demais presentes que assistem à cena, à espera das revelações do imperador a respeito das supostamente escondidas riquezas astecas.

Para entender essas diferenças, é preciso considerar o momento histórico

de cada país. Pedro Américo produziu sua obra no ocaso do Império, quando era preciso valorizar os feitos de Dom Pedro I e da casa de Bragança. Blanes pintou nos anos de consolidação do Estado Nacional uruguaio, procurando marcar o lugar soberano do país em relação ao Brasil e à Argentina. Já, no México, as condições políticas eram bastante diversas. O país havia enfrentado uma guerra com os Estados Unidos (1846-1848) e, sendo derrotado, perdeu metade de seu território para o vencedor. Na década de 1860, vários acontecimentos dramáticos se sucederam: uma guerra civil entre liberais e conservadores, uma invasão eu-

ropeia (França, Espanha e Inglaterra) e, finalmente, a tomada do poder, em 1864, pelo imperador austríaco Maximiliano de Habsburgo, sustentado pelo exército francês e apoiado pelos conservadores mexicanos. A derrota dos conservadores monarquistas e a restauração da república liderada pelo liberal Benito Juárez, em 1867, foram seguidas por uma onda nacionalista facilmente explicável.

Os pintores — estimulados pelos liberais vencedores — buscaram o *genuinamente* nacional e se voltaram para as raízes indígenas, que passavam a encarnar e simbolizar a resistência nacional diante dos estrangeiros. Não se pode



deixar de mencionar que o líder Benito Juárez era um índio zapoteca natural de Oaxaca e que Porfírio Díaz, presidente do México desde 1876, também tinha ascendência indígena.

Voltando à América do Sul, a Argentina surge com uma característica muito peculiar. A república do Prata não possui uma pintura marcante ou de grande repercussão que retrate sua emancipação. Na minha perspectiva, essa ausência se deve a questões políticas específicas que impediram o patrocínio do Estado. As disputas entre unitários e federalistas retardaram a organização de um Estado nacional centralizado que só se concreti-

O suplício de Cuauhtémoc (1893)
Óleo sobre tela, 2,94m por 4,54m

A obra do mexicano Leandro Izaguirre exalta a imagem heróica de um dos chefes indígenas que lutou contra a dominação colonial. A cena remete à prisão do chefe Cuauhtémoc, pouco antes da rendição de Tenochtitlan, em 1521. Altivo, ele suporta a tortura das chamas em seus pés enquanto outro nobre indígena se retrai, tentando aliviar as dores da tortura. É provável que Izaguirre tenha se inspirado em imagens barrocas de tortura de mártires cristãos

Museo Nacional de Arte, México | Domínio público via Wikimedia Commons

El ensayo del Himno Nacional en la sala de la casa de María Sánchez de Thompson (1909)
Óleo sobre tela, 3,04m por 2,21m

O pintor chileno Pedro Subercaseaux Errazuriz criou essa obra especialmente para o centenário da Revolução de Maio de 1810, primeiro movimento independentista de sucesso na América do Sul. Na obra o artista reconstrói o ambiente do salão da casa de Mariquita Sanchez. Em uma tertúlia litero-musical desse salão teria sido cantado o hino nacional argentino pela primeira vez.

Museo Historico Nacional, Argentina | Domínio público via Wikimedia Commons

zará em 1862, com a eleição de Bartolomé Mitre como presidente da República.

Apenas na celebração do Centenário da Independência em 1910, o governo argentino propôs um concurso sobre esse tema. Não houve interesse da parte de artistas argentinos. O concurso foi vencido pelo chileno Pedro Subercaseaux (1880-1956) que apresentou duas obras: *O cabildo aberto de 22 de maio de 1810* e *O ensaio do Hino Nacional Argentino em casa de Mariquita Thompson* (abaixo), que mostra no plano central Mariquita – considerada a figura feminina mais ativa em favor da independência — cantando o hino nacional argentino, pela primeira vez, sendo acompanhada ao piano. Uma seleta plateia ouve atentamente, salientando-se líderes do movimento de independência como San Martín e Juan Martín de Pueyrredón. Mas o quadro, ainda que importante, não se transformou em símbolo nacional da emancipação.

Subercaseaux relatou nas suas memórias que o júri do concurso resolveu não outorgar nenhum primeiro prêmio. Ele recebeu o segundo prêmio. Um dos membros do júri aproximou-se dele e teria dito: “Todos estamos de acordo de que o Senhor merece os dois primeiros prêmios, mas desgraçadamente o Senhor não é argentino”.

Fechando essa breve sequência de imagens sobre as independências da América Latina, não seria possível faltar uma referência à Venezuela, terra natal de Simón Bolívar. Quero destacar a obra prima do pintor venezuelano Martín Tovar y Tovar (1827-1902) que, entre muitas outras pinturas de história, produziu um monumental quadro, *A Batalha de Carabobo*, em 1887. Na década de 1880, ele recebeu encomendas do presidente Antonio Guzmán Blanco para elaborar diversas obras, em especial sobre as principais batalhas pela independência. Este era um movimento por



parte de Guzmán Blanco (que dominou a política venezuelana entre 1870 e 1888) que pretendia reforçar a ideia de uma nação unida e coesa, enquanto punha em prática um deliberado e autoritário processo de centralização política.

Carabobo foi a mais importante batalha dos insurrectos contra os espanhóis, que decidiu o rumo da guerra e garantiu a conquista da independência. Sob o comando de Bolívar, ela ocorreu em 24 de junho de 1821, com um elevado número de soldados (aproximadamente 4.300 realistas e 6.500 insurgentes).

Na pintura, Tovar y Tovar coloca Bolívar num lugar de honra, como herói, montado em seu cavalo branco, com a espada numa das mãos, conclamando à luta (abaixo). Entre os muitos detalhes da batalha, Tovar y Tovar confere um

lugar de preeminência à figura de um lanceiro, Pedro Camejo, conhecido como “Negro Primero”, apelido que recebeu por sua valentia. Dizia ele que “diante de mim, só a cabeça do meu cavalo”. Morto na batalha, Tovar o retratou com grande dignidade, vestido com seu uniforme vermelho com os botões reluzentes da farda e o lenço costumeiro na cabeça (abaixo, à direita). O quadro foi idealizado para ser colocado na cúpula do Salão Elíptico do Palácio Federal Legislativo em Caracas.

A pintura de história, nesse período, feita sempre sob encomenda oficial, tem como característica geral mostrar os heróis da independência, indicando a atuação dos então chamados *grandes homens*. As representações sobre a independência apresentam uma visão





Palácio Legislativo da Venezuela | Centro de Estudios Simón Bolívar.

La Batalla de Carabobo
(1827-1902)
Óleo sobre tela, 13m por 26m (nos maiores raios)

A obra monumental do venezuelano Martín Tovar y Tovar cobre inteiramente a grande abóboda do Salão Elíptico do Palácio Legislativo da Venezuela. Trata-se de um conjunto de telas interligadas, pintadas especialmente para o local, onde foram instaladas com o apoio de engenheiros

bastante elitista que não deixa espaço para identificarmos outros importantes aspectos dessas lutas como, por exemplo, a participação popular.

Mesmo assim, vale a pena chamar a atenção para as maneiras também diversas dos olhares dos pintores sobre o lugar dos grupos subalternos nas suas concepções das telas. Pedro Américo imaginou um caipira à frente, no canto esquerdo do quadro, passivamente observando a cena. Blanes mostrou uma presença popular mais efetiva, destacando-se a figura logo à frente de um gaúcho. Subercaseaux escolheu uma mulher – ainda que representante da elite portenha – como figura principal da sua representação. E, finalmente, Tovar y Tovar foi o único a

conferir um espaço de importância a um lanceiro negro.

As diferenças das concepções dos artistas sobre as representações da independência – ou a ausência delas – devem ser entendidas em razão das especificidades dos contextos históricos de seus respectivos países na segunda metade do século XIX. No entanto, creio não haver dúvidas quanto à utilização da pintura de história como elemento fundamental para a construção das identidades nacionais na América Latina. Afinal, o impacto sobre a memória da independência – evento fundamental na história dos países latino-americanos – permanece até hoje.



À esquerda, em detalhe da obra *La Batalla de Carabobo*: Simón Bolívar comanda o chamado Exército Patriota contra as forças fiéis aos reis de Espanha. Carabobo tornou-se a batalha-símbolo das lutas pela independência venezuelana

Acima, detalhe de *La Batalla de Carabobo*, representa a morte de Pedro Camejo, chamado de Negro Primero. Ex-escravo, a mando de seu senhor lutou com os realistas, mas desertou e juntou-se aos independentistas. Sua bravura nas batalhas fez dele tenente do exército patriota. Morreu sem ver a conquista da independência

Este texto se baseia em dois trabalhos já publicados: “Política e nação na pintura histórica de Pedro Américo e Juan Manuel Blanes”. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 39; e “Repertorio de imágenes y construcciones de identidades nacionales en el Cono Sur (1870-1920)”. In: LINHARES BORGES, Maria Elisa; MÍNGUEZ, Víctor. (org.). *La fabricación visual del mundo Atlántico 1808-1940*. 1ed., 2010.

Maria Ligia Coelho Prado • Professora Titular aposentada de História da América do Departamento de História da USP e Professora Emérita da FFLCH da USP.

A atualidade do pensamento do Patriarca da Independência

José Bonifácio de Andrada e Silva teve participação na construção do Estado brasileiro, mas também desenvolveu pesquisas nos campos da mineralogia e do meio ambiente

Alexandre Barbosa

Petalita, Espodumênio, Escapolita e Criolita. Esses são minérios descobertos por José Bonifácio de Andrada e Silva. O patriarca do Estado brasileiro tinha formação em filosofia e direito pela Universidade de Coimbra e estudou mineralogia pela Universidade Freiberg de Minas e Tecnologias.

Uma das figuras mais lembradas nos 200 anos da independência é a de José Bonifácio (1763-1838) pelo seu papel decisivo neste processo, como argumenta o professor José Augusto Pádua, do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “A grande questão era conquistar a unidade das elites regionais brasileiras em torno de um projeto de ruptura com Portugal. Naquele contexto muito conservador,

de uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos, a presença do Príncipe Pedro, de uma dinastia europeia legítima, ajudava muito na obtenção do apoio das elites regionais à criação de uma monarquia independente. Mas a presença de Bonifácio foi igualmente importante. Ele era respeitado como um velho sábio, um professor da Universidade de Coimbra que havia alcançado a posição de secretário perpétuo da Academia das Ciências de Lisboa. Sua presença representava um equilíbrio e ilustração na relação com o Príncipe jovem e impetuoso”, afirma Pádua.

Foi essa erudição que levou Bonifácio a ser convidado para ser um dos principais ministros de D. Pedro. “Bonifácio tomou algumas decisões políticas e militares que foram fundamentais na implementação da independência.



Retrato de José Bonifácio de Andrada e Silva (1922),
Óleo sobre tela, 191,5cm por 191,5cm

O pintor Oscar Pereira da Silva concebeu o retrato do chamado Patriarca da Independência durante o período em que foi ministro e conselheiro de Dom Pedro, no início do processo de constituição da nação brasileira

Acervo do Museu do Ipiranga



Mas, para além desse momento inicial, não se pode dizer que tenha sido um político bem sucedido. Ironicamente, o seu próprio brilho intelectual, que gerou respeito em uma primeira ocasião, logo dificultou sua permanência no centro do poder daquela sociedade elitista e conservadora. Um exemplo disso foi a dura e profunda crítica que ele se sentiu obrigado a fazer, na Assembleia Constituinte de 1823, ao tráfico de escravos e à própria escravidão. Creio que essa posição ousada contribuiu bastante para o seu exílio no final daquele mesmo ano”, analisa o professor Pádua.

Um lado pouco conhecido de Bonifácio era sua experiência como mineralogista. “Ainda não existia o termo geólogo”, lembra o professor Alex Gonçalves Varela, do Departamento de História da UERJ. Ele estudou mineralogia pela Universidade Freiberg de Minas e Tecnologias, na Alemanha. Viajou pela Europa realizando pesquisas sobre minérios, quando em 1800, descobriu quatro novos minerais

O patriarca da pátria brasileira também é reconhecido como geólogo e naturalista

– Petalita, Espodumênio, Escapolita e Criolita – e os descreveu no importante periódico alemão *Allgemeines Journal der Chimie*, “A partir dessa descoberta, José Bonifácio passou a pertencer a um grupo de mineralogistas reconhecidos”, relata o professor Varela.

“Apesar da mineralogia ser o centro das suas pesquisas, na pedagogia do Iluminismo era necessário sempre adquirir um saber amplo e multidisciplinar”,

esclarece José Augusto Pádua. “Tanto que ao longo da vida ele escreveu sobre minerais, sobre química, sobre a vida das baleias, sobre a importância das florestas e da nascente silvicultura, sobre as melhores práticas de agricultura, sobre filosofia, história, literatura e outros campos, inclusive poesia.”

De acordo com o professor Pádua esses conhecimentos o levaram a ser muito respeitado em Portugal. “Ele foi nomeado para uma série de trabalhos relacionados com o que hoje chamaríamos de ‘manejo da natureza’: foi intendente-geral das minas, responsável por projetos de reflorestamento, diretor de obras hidráulicas e outras posições.”

E é essa característica de José Bonifácio como analista do que hoje são conhecidos como problemas ambientais que merece ser mais pesquisada. “Tomando os devidos cuidados analíticos, me parece evidente que o problema atual das queimadas e do desmatamento deve ser entendido em sua dimensão histórica. As inquietações e observações de Bonifácio são um marco para esse tipo de análise”, argumenta Pádua.

O professor aponta que ele fez estudos sobre o desaparecimento das florestas, sobre as intervenções nos rios e fez sugestões sobre práticas agrícolas de um ponto de vista muito atual: a qualidade e o custo dos padrões de consumo em relação à destruição do ambiente.

Para Pádua, Bonifácio “deve ter o seu nome cada vez mais reconhecido na vanguarda dos pensadores ilustrados que foram chamados de ‘estadistas-filósofos’ ou ‘pais fundadores’ do período das independências nas Américas”.

Alexandre Barbosa • Gerente de Assuntos Acadêmicos do Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. Doutor e Mestre em Comunicação pela USP

Se fosse grito de mulher não seria História, mas histeria

As lentes feministas da autora de Sussurros: o que aconteceu antes do grito mostram o apagamento do papel histórico das mulheres na Independência

Anna Carolina Longano

A Independência do Brasil foi assinada por uma mulher. Dei um grito quando li pela primeira vez essa frase! O ano era 2018, e eu estava em uma biblioteca, debruçada nos estudos do processo de independência do nosso país. Um homem, duas mesas ao lado, me olhou com cara feia, e tenho quase certeza que ouvi um “shiu!” me censurando. Olhando para os papéis, sussurrei para mim mesma: como assim, uma mulher?

Sempre que eu pensava na Independência, a primeira coisa que vinha à minha cabeça era Pedro, não aquele que seria o I, mas outro Pedro, o Américo, e a sua famosa tela *Independência ou morte*. Sim, eu sei, não tinha os cavalos majestosos, os homens bem vestidos e espalhados de maneira harmônica pelo Ipiranga, e nem um grito deve ter sido dado. Tudo isso é ficção, são criações para formação de memórias de um fato considerado grandioso e importante em nossa história.

Toda vez que contamos alguma história, entramos no campo da ficção, afinal, sempre contamos algo partin-



*Sessão do Conselho de Estado (1922),
Georgina de Albuquerque*

A arquiduquesa Maria Leopoldina da Áustria atua como regente em nome de seu marido, o príncipe Pedro (mais tarde imperador Pedro I do Brasil), durante reunião com o Conselho de Ministros e outros personagens importantes, em 2 de setembro de 1822. Decidiu-se ali apoiar a independência do Brasil e enviar um mensageiro ao príncipe Pedro que se encontrava então na província de São Paulo, levando ao mítico Grito do Ipiranga de 7 de setembro

Museu Histórico Nacional | Domínio público via
Wikimedia Commons

do do nosso ponto de vista. E, por mais ampla que seja nossa visão, sempre vai ter aquele ponto cego, aquilo que não enxergamos e será excluído.

As mulheres, por exemplo, durante anos estiveram no ponto cego da História. Por isso, quando descobri que a assinatura do documento da Independência do Brasil tinha sido de uma mulher, de D. Leopoldina, primeira esposa de D. Pedro, levei um susto! Com medo de que meus olhos cansados estivessem me pregando uma peça, peguei a caixa de meus óculos de estudos, abri com cuidado, não queria ser novamente repreendida por

atrapalhar a paz do homem que estudava ao lado. Limpei pacientemente as lentes feministas. Com as lentes límpidas, coloquei os óculos e a informação continuava lá: em 1822, uma mulher era a regente interina do Brasil e assinou o documento da Independência.

Segurei o novo grito que se formava em minha garganta, não queria que ninguém achasse que sou histérica. Mas meu corpo não conseguia parar de se mexer, tamanha a empolgação! Por que tanto se fantasia sobre um grito dado por um homem, mas não se fala sobre a assinatura de uma mulher? Decidida a contribuir para tirar as mulheres do ponto cego da História, saí da biblioteca e corri para casa, precisava me colocar em

Ao criar uma representação de D. Leopoldina, pude partir de outras referências: sai o coração bom da princesinha, entra a cabeça estratégica da monarca

movimento sem ser julgada e silenciada por ninguém. Agora eu não tiraria meus óculos feministas nem por um segundo!

Só tem um detalhezinho que ainda não falei: não sou historiadora, sou artista. Muitas historiadoras estão empenhadas em arrumar esse *probleminha machista* de nossa historiografia tradicional, pesquisando História das Mulheres. Mas as memórias não são feitas apenas de fatos, mas também de ficção. E se pode ser feita uma ficção sobre um príncipe gritando, por que não fazer uma ficção sobre a princesa que realmente assinou a Independência?

Esse foi o ponto de partida para a criação do livro *Sussurros: o que aconteceu antes do grito*, uma dramaturgia feminista que traz D. Leopoldina como protagonista dos bastidores que resultaram na Independência do Brasil, imaginando como Leopoldina pensava, agia e reagia durante esse processo, desde a saída da família real portuguesa do Brasil até um dia depois do famoso grito.

Meu primeiro passo foi olhar, através das lentes, as representações de Leopoldina. A maioria delas segue um ideal de feminilidade, aquele estabelecido no século XIX, apresentando uma Imperatriz doente, a mulher

bobinha traída, a amiguinha benevolente do povo. As lágrimas estavam prontas para saltar de meus olhos e molhar minhas lentes, mas não foi preciso, pois pesquisas mais atuais, amparadas por estudos de documentos históricos e artísticos, já trazem outras formas de pensar sobre D. Leopoldina: uma mulher inteligente, muito culta, que era ouvida por D. Pedro I nos assuntos governamentais; uma princesa bela, porém não muito vaidosa; e uma mulher que, aparentemente, teve uma relação com seu marido marcada por traições, sim, mas também por momentos de afeto.

Ao criar uma representação de D. Leopoldina, pude partir de outras referências: sai o coração bom da princesinha, entra a cabeça estratégica da monarca. Quem assinou a Independência não foi a mulher ideal, mas uma princesa europeia, poliglota, que tinha visto e vivido uma Europa modificada pela Revolução Francesa e por Napoleão, e que sabia das batalhas e divisões que estavam ocorrendo nas terras vizinhas do Brasil, colonizadas pela Espanha. Uma mulher que havia sido educada para ser uma princesa, para entreter, encantar e casar. E para proteger sua família, seus bens, suas posses e seu reino.

Enquanto ia escrevendo o livro, imaginando essa *nova* D. Leopoldina deslizando, se articulando, interagindo no ambiente político, parei muitas vezes, mantendo meus óculos feministas, mas tirando meu olhar do passado. Esfregando meus olhos, olhava para o presente e me questionava: quanta coisa poderia ser diferente se nossa História não tivesse sido severamente míope para as mulheres por tantos anos? Cem anos depois da assinatura de D. Leopoldina, em 1922, mulheres brasileiras lutavam há tempos para serem entendidas como “cidadãos”, aqueles que estavam registrados na Constituição da República brasileira, que podiam votar e serem votados. Passados mais cem anos, votamos e somos eleitas, mas ainda somos minoria e constantemente violentadas ao nos enfiarmos no meio político.

Pensando nisso tudo, muitas vezes quis gritar. Gritar de raiva, de dor, de cansaço. Se D. Leopoldina, uma princesa branca, europeia, rica e influente é tão apagada de nossa História, como não pensar que tantas outras mulheres foram apagadas, esquecidas, silenciadas?

Mas eu não gritei, apenas sussurrei para mim mesma que eu devia continuar. Afinal, se uma mulher gritar, vai virar História ou histeria?

Anna Carolina Longano • Escritora, atriz, pedagoga e pesquisadora, doutoranda pela EACH/USP e cofundadora da produtora artística Cia. Ruído Rosa



Uma mulher que muda a regra do jogo

Bruna Kalil Othero

Onde o imperador fez xixi
Caetano Veloso

O texto que segue é parte do livro, ainda inédito, *Tinha um Pedro no meio do caminho*, premiado pela Secretaria Especial de Cultura, em 2019, em celebração aos 200 anos da Independência. Eis alguns fragmentos de um diário imaginado da Imperatriz Leopoldina, cuja atuação na política brasileira é pouco conhecida.

Retrato de Dona Leopoldina de Habsburgo e seus filhos
(1922), Domenico Failutti

A pintura a óleo de Failutti, em que ele recria cena doméstica com a Imperatriz e seus filhos, contrasta vivamente com a representação de Georgina de Albuquerque (página 31) em que a princesa atua na cena pública, como regente do Brasil

Acervo Museu do Ipiranga
Foto: José Rosael - Hélio Nobre

04.04.17

hoje recebi um retrato dele. meu deus! é um homem extraordinariamente belo, tem uns olhos magníficos e um belo nariz. gostei até de seus lábios, embora sejam mais grossos que os meus. fico pensando o que vai acontecer comigo quando o vir todos os dias. ai! não sou bonita, isso já sei há tempos. mas sua beleza há de contar por nós dois em breve, no meu ventre.

07.05.17

se estar apaixonada significa não ter outra coisa na cabeça a não ser o Brasil e Pedro, então estou. 13 de maio: que linda data! a cada dia mais próxima. além de ser para sempre o marco do meu casamento, é também aniversário de meu querido futuro sogro.

14.05.17

ontem contrai matrimônio ao meu amado Pedro, que não estava presente. ele foi representado pelo arquiduque Carlos Luís, meu tio. a cerimônia me cansou demais porque usei um vestido terrivelmente pesado e adorno na cabeça. mas Deus me deu força espiritual suficiente para suportar com firmeza todo aquele ato sagrado comovente. agora sou esposa. Leopoldina do Brasil.



05.11.17

depois de oitenta e cinco dias de uma viagem extenuante, finalmente hoje pus meus olhos sobre a costa fluminense. estou absolutamente maravilhada. a primeira impressão que o paradisíaco Brasil dá a todo estrangeiro é impossível de descrever com qualquer pluma ou pincel. quase desmaiei quando finalmente conheci o meu amado Dom Pedro. meu deus! como é bom estar viva & ser esposa. Pedro me deu uma caixa de ouro cheia de brilhantes incrustados. “são frutos desta terra”, me disse.

07.11.17

hoje acordei e contemplei, com satisfação, a paisagem de minha janela. neste clima, é um grande prazer viver nos andares altos. ontem à noite tivemos nossa primeira noite de núpcias. me despi junto de meu marido, assistido na sua tarefa pelo rei e o infante dom Miguel. meu querido esposo, que não me deixou dormir a noite toda, parece-me não somente belo, mas também bom e sensato. antes, não sabia os detalhes das inconveniências do casamento, mas agora que conheço, creio que não sejam tão inconvenientes assim. estou pronta para amar Pedro ardentemente. e ser amada, caso ele assim deseje.

02.12.17

aqui é preciso paciência para tudo. sobretudo para educar um marido.

01.01.18

em todos os países do sul é preciso ter muito sangue frio. embora estejamos sempre assando de calor.

28.03.18

nos poucos meses que vivo entre outra gente e em outra terra, tive tantas experiências que me tornei um pouco desconfiada e cautelosa, tendo experimentado tantos dissabores... o Brasil não é um trono dourado, mas uma canga de ferro.

10.12.19

só me resta ter paciência. tornei-me mansa e suave como um cordeiro com ele. se eu ficasse livre hoje, não me casaria, pois, embora a lua de mel seja um belo período, o sagra-

Dom Pedro I e Dona Leopoldina visitando a Casa Dos Expostos - atualmente o orfanato Romão Duarte no Rio de Janeiro (1822), Arnaud Julien Pallière

A princesa em segundo plano quando se tratava de atividades e compromissos aos olhos do público

Domínio público via Wikimedia Commons





Estudo para Desembarque de Dona Leopoldina no Brasil
Óleo sobre tela, 44,5cm X 69,5cm, Jean-Baptiste Debret

Representação da chegada da arquiduquesa austríaca ao Brasil, já casada com o príncipe D. Pedro, a quem não conhecia. A cerimônia de casamento fora realizada em Lisboa, sem a presença do noivo, representado por um procurador

Museu Nacional de Belas Artes | Domínio público via
Wikimedia Commons

do estado do casamento traz consigo muitas preocupações, problemas e sacrifício.

10.12.21

converso muito com Pedro e falamos do futuro desta nação. ele está mais bem-disposto para os brasileiros do que esperava, mas é necessário que algumas pessoas influam mais, pois não está tão positivamente decidido quanto eu gostaria. muito tem me custado alcançar tudo isso – só desejaria insuflar uma decisão mais firme.

09.05.22

é uma verdadeira sorte que tenha sido decidida nossa permanência no Brasil. segundo meu modo de ver, e pensando em política, esse é o único meio de evitar a queda total da monarquia portuguesa. nós, brasileiros, nunca seremos capazes de sofrer as extravagâncias da Pátria mãe e percorreremos sempre o caminho da honra e da felicidade.

02.09.22

na ausência de Pedro, hoje me reuni com o Conselho de Estado como presidenta. estive muito preocupada esses dias,

não somente pelos meus cinco meses de gravidez, mas porque chegaram notícias de Lisboa com a ameaça de que as tropas portuguesas atacariam o Rio antes do retorno de meu marido. sem demora, eu e Bonifácio escrevemos ao senhor dom Pedro lhe propondo a independência desta terra. um dos conselheiros leu minha carta e se surpreendeu pela minha “sagacidade”, ao que meu caro José lhe respondeu: “meu amigo, ela deveria ser ele!”

07.09.22

em sua missiva, Bonifácio escreveu:
senhor, ninguém mais que vossa esposa deseja vossa felicidade, e ela vos diz em carta que com esta será entregue que Vossa Alteza deve ficar e fazer a felicidade do povo brasileiro, que vos deseja como seu soberano.

e eu, na minha:

Pedro, o Brasil está um vulcão. [...] meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. sabemos bem o que tem sofrido nosso país. o rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das cortes que perseguem e humilham os soberanos a quem devem respeito. [...] o Brasil será em vossas mãos um grande país. o Brasil vos quer para seu monarca. com vosso apoio ou sem vosso apoio, ele fará sua separação. o pomo está maduro, colhei-o, senão apodrecerá. [...] já dissestes aqui o que ireis fazer em São Paulo. fazei, pois.

02.12.22

ontem foi a coroação e consagração de meu amado Pedro como imperador do Brasil. escolhemos, para colorir este novo país, o verde – de Portugal – e o amarelo – cor da minha amada Casa de Habsburgo. emocionei-me quando Pedro jurou, respeitando a santíssima trindade de nossa vida, Deus Pátria Imperador, como ordem de prioridade.

07.04.25

estou de novo em estado interessante. como todos desejam que tenha um filho, eu também desejo.

03.12.25

dei à luz com muito esforço, e não sem ajuda do parteiro, às três horas da manhã do dia 2 de dezembro de 1825, a um menino muito grande e forte. esta pequena criatura, tão miúda e já tão amada, corresponde a todos os meus anseios. se chamará Pedro.

Bruna Kalil Othero · Escritora, performer, pesquisadora e professora. Atualmente, cursa PhD na Indiana University (EUA).

O visível, o apagado e o político dos corpos femininos

Conheça os perfis de Joana Angélica, Maria Felipa e Maria Quitéria, lutadoras durante a Independência do Brasil

Ciça Carboni

Retrato de Maria Quitéria de Jesus Medeiros, óleo sobre tela de Domenico Failutti (1920)

Acervo do Museu do Ipiranga



Maria Quitéria é hoje até nome de Pombagiras, entidades temidas e respeitadas dos terreiros das religiões de matrizes afro-brasileiras

Foto de Paola Tahuana (Peeh)



Duzentos e oitenta e sete anos depois da chegada dos primeiros africanos escravizados em terras baianas, têm início as guerras de independência do Brasil – no plural. E, não, não foi no grito essa independência, mas à custa de guerras e sangue, principalmente em território nordestino, lugar onde o Brasil resistiu, resiste e, sobretudo, se reinventa.

A história que não se cala — como nos ensina Eduardo Galeano e nos relembra Pedro Almodóvar no filme *Mães paralelas* — nos evoca neste 2022 a falar das mulheres durante a Independência do Brasil, movimento político precedido de guerras além-mar que demonstravam os desalinhos geopolíticos mundiais daquele momento. No Brasil, essa independência provocou revoltas posteriores, longe do que quer fazer crer uma história parcial que as ignora por desejar calá-las.

Independência foi o que muitas mulheres das gerações das décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990 desejaram. Hoje sabemos que essa independência teve e tem um preço, assim como tiveram todas as outras: o preço do combate, o da incompreensão, o da solidão e o da violência física ou simbólica. E de maneira ambivalente, trouxe a essas mulheres a autonomia, o exercício do desejo e o domínio sobre nossos corpos, em algum nível.

Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica – e tantas outras mulheres anônimas ou nem tanto, como D. Leopoldina – conheceram esses sabores durante as guerras de Independência.

Tentaram fazer as suas próprias lutas de independência pessoal rompendo alguns padrões, pois ousaram ser mulheres que fizeram política e às vezes a guerra, impondo seus desejos de vida, de resistência e, por que não?, de morte. Afinal é sempre bom lembrar que devemos fazer nosso acerto de contas com os nossos mortos: sabê-los, encará-los e admiti-los como parte constitutiva de todos nós.

Em 1822, o Convento da Lapa, exclusivo para noviças, foi alvo de militares portugueses descontrolados, que procuravam fugitivos de um conflito dentro das instalações do claustro. Ao tentar impedir a entrada desses militares, a religiosa Joana Angélica foi assassinada aos 60 anos, 40 vividos no Convento. Sua morte causou comoção em Salvador, cidade já marcada por diferenças entre brasileiros e portugueses, como narra Ana Maria Gonçalves, em sua obra *Um defeito de cor*. Conventos são lugares que muitas vezes conspiram, justamente pela indissociável relação entre religião e política, uma das marcas da nossa história. Até onde se sabe, Joana Angélica impede os portugueses, defendendo o lugar de sua morada e devoção – e não por conta de embates envolvendo coroa portuguesa e Brasil. Entretanto, um corpo feminino se contrapôs aos desmandos militares portugueses.

Maria Felipa de Oliveira, a única personagem negra deste texto, conheceu bem as correntes presas aos pés, diferente de Joana Angélica, nascida em família de posses. A pescadora e capoeirista de Itaparica guardava a ilha, mas se cansou da



defesa e partiu para o ataque, durante os conflitos pela Independência. Alguns autores relatam o ataque de um grupo de 40 mulheres aos navios portugueses. Ao atraírem e seduzirem alguns combatentes portugueses, conseguiram surrá-los com uma planta que provocou queimaduras em seus corpos já nus e incendiaram as embarcações. A esquadra brasileira tomou o porto e as tropas anti-imperiais entraram em Salvador no dia 2 de julho de 1823. Depois de ter corpo e alma violentados pela escravidão, Maria Felipa se tornou um corpo livre empenhado em conquistas reais, individuais e coletivas, impulsionado por saberes ancestrais que põem o corpo negro em movimento, num raio de potência política, historicamente subversivo e reprimido.

Das três baianas aqui citadas, Maria Quitéria talvez seja a mais conhecida, pois teve reconhecimento institucional pelo Exército Brasileiro, entidade que registra especial apreço e intimidade com a política do país há tempos. Alis-tou-se como soldado Medeiros e só foi descoberta porque se feriu em combate e teve que revelar sua maior fragilidade e potência: ser mulher. Inconformada com seu destino, Maria Quitéria partiu para a guerra tentando mudá-lo. Reconhecida por sua bravura e feitos militares, passa a combater de saioite, agora como Maria Quitéria, contam os relatos. Fim do conflito, independência reconhecida, onde foi parar a independência de Maria Quitéria? Patrona do Exército brasileiro, morreu sem mudar seu destino.

Contudo, Maria Quitéria teve uma breve sobrevida, aos seus moldes. Em 1975, uma senhora da elite paulistana, esposa de um general do Exército, The-

Retrato de Soror Joanna Angélica,
óleo sobre tela de Domenico Failutti (1925)

Acervo do Museu do Ipiranga

Maria Quitéria, Maria Felipa e Joana Angélica travaram as suas próprias lutas de independência, pois ousaram ser mulheres que faziam política e às vezes a guerra

Maria Felipa na batalha do 7 de Janeiro em Itaparica, painel de Rik Freeman (2012)

Acervo Centro de Memória da Bahia, Fundação Pedro Calmon



rezinha Zerbini, funda com outras mulheres o Movimento Feminino pela Anistia – MFPA. Seu objetivo era a mobilização de setores da sociedade civil por anistia aos presos, exilados e perseguidos políticos, em pleno governo de Ernesto Geisel, que prometia a distensão política enquanto era engolido pelo mostro que havia criado: os porões descontrolados da ditadura, produtores de aberrações institucionais, políticas e jurídicas – algumas que perduram até hoje. Em 1977, para intensificar sua comunicação com os setores sociais, o MFPA cria o boletim *Maria Quitéria*, usando a imagem do soldado de saíote, convocando a patrona do Exército a combater o poder arbitrário e masculino, em vigor desde 1964. No Brasil, a anistia saiu – não como se desejava, mas saiu, dois anos depois de Maria Quitéria ter renascido em formato impresso.

Gosto de pensar que Maria Quitéria, Maria Felipa, Joana Angélica, Leopoldina, Therezinha vivem encantadas e circulando por aí, como na ciência encantada, defendida pelo historiador Luis Antonio Simas. “A perspectiva do encantamento é elemento e prática indispensável nas produções de conhecimento. É a partir do encanto que os saberes se dinamizam e pegam carona nas asas do vento, encruzando caminhos, atando versos, desenhando gestos, soprando sons,

assentando chãos e encarnando corpos.”¹ Quando não as deixamos morrer, não permitimos serem esquecidas, estamos encantando essas mulheres, restituindo suas potências renegadas. E nesse encantamento não discutimos castidade, pureza ou feminilidade.

Em vários terreiros das religiões de matrizes afro-brasileiras pelo Brasil, Maria Quitéria é nome de muitas Pom-bagiras, entidades respeitadas e poderosas, perversamente identificadas como putas. Elas assustam os desavisados e ignorantes em sua ciência, porque são donas de si, cientes de seus saberes, de seus corpos e de seus caminhos. Dançando, cantando, bebendo e rindo muitas Marias Quitérias vencem guerras e anulam descaminhos. Em respeito a essas histórias, a vala comum deve ser revelada. E então todas elas vão girar e se encantar.

¹ SIMAS, Luiz Antonio e RUFINO, Luiz. *Fogo no mato. A ciência encantada das macumbas*, RJ: Mônica Editorial, 2018, p. 12-13

Ciça Carboni • Jornalista, documentarista e professora do Centro Universitário das Américas – FAM. Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP) e autora do livro *Quem sabia já morreu* (Editora Origem, SP)



Ambiente do Brasil-Colônia, a dança do lundu
Johann Moritz Rugendas, 1835

Rugendas veio ao país em 1821, integrando a expedição do Barão Georg Heinrich von Langsdorff, e ficou 4 anos. Certamente foi contagiado pelo ritmo de origem africana que seria sucesso até o fim do século XIX, o lundu. Acompanhado de versos desinibidos, a forma jocosa e sensual de dançar o lundu atraiu negros, brancos e pardos

Biblioteca Nacional

Uma viagem pelos sons do primeiro Brasil

A paisagem sonora do Império mostra a coexistência de instrumentos musicais de origem europeia e africana em espaços distintos cujas fronteiras eram tênues

Luciana Camara

Já imaginou a paisagem sonora do Brasil em 1822? Uma viajante imaginária que desembarcasse em Recife, Salvador ou Rio de Janeiro encontraria ruas tomadas por pessoas livres e escravizadas ocupadas em seus afazeres, muitas cantando em pregões suas mercadorias e, algumas delas, carregando um instrumento musical. Se calhasse de chegar em um dia de festa encontraria música e dança em diferentes pontos da cidade. Nascimentos, aniversários e casamentos de membros da família real sempre eram motivo para celebrações com carros alegóricos que invariavelmente carregavam músicos tocando marchas para os cortejos e danças para o divertimento geral. Aí reinavam instrumentos de sopro, como flautas, trombetas e clarins, mas há notícia de carros

que carregavam até pequenos órgãos. Cavalhadas e corridas de touros completavam a algazarra.

Nossa viajante imaginária rapidamente ficaria sabendo que festas assim não se restringiam às ruas. O teatro, cumprindo seu papel de formador do gosto e propagador da civilidade, era igualmente espaço de celebração. Fosse o Real Teatro de São João no Rio de Janeiro, local de representação do poder da família imperial, ou a modesta Casa da Ópera do Recife, carinhosamente apelidada pela população de Capoeira, os teatros das cidades punham em ação suas forças produtivas para levar à cena tanto óperas com enredos alusivos à festividade da ocasião quanto elogios musicais compostos especialmente para o novo membro da família ou para o novo império que surgia. Completando o ciclo

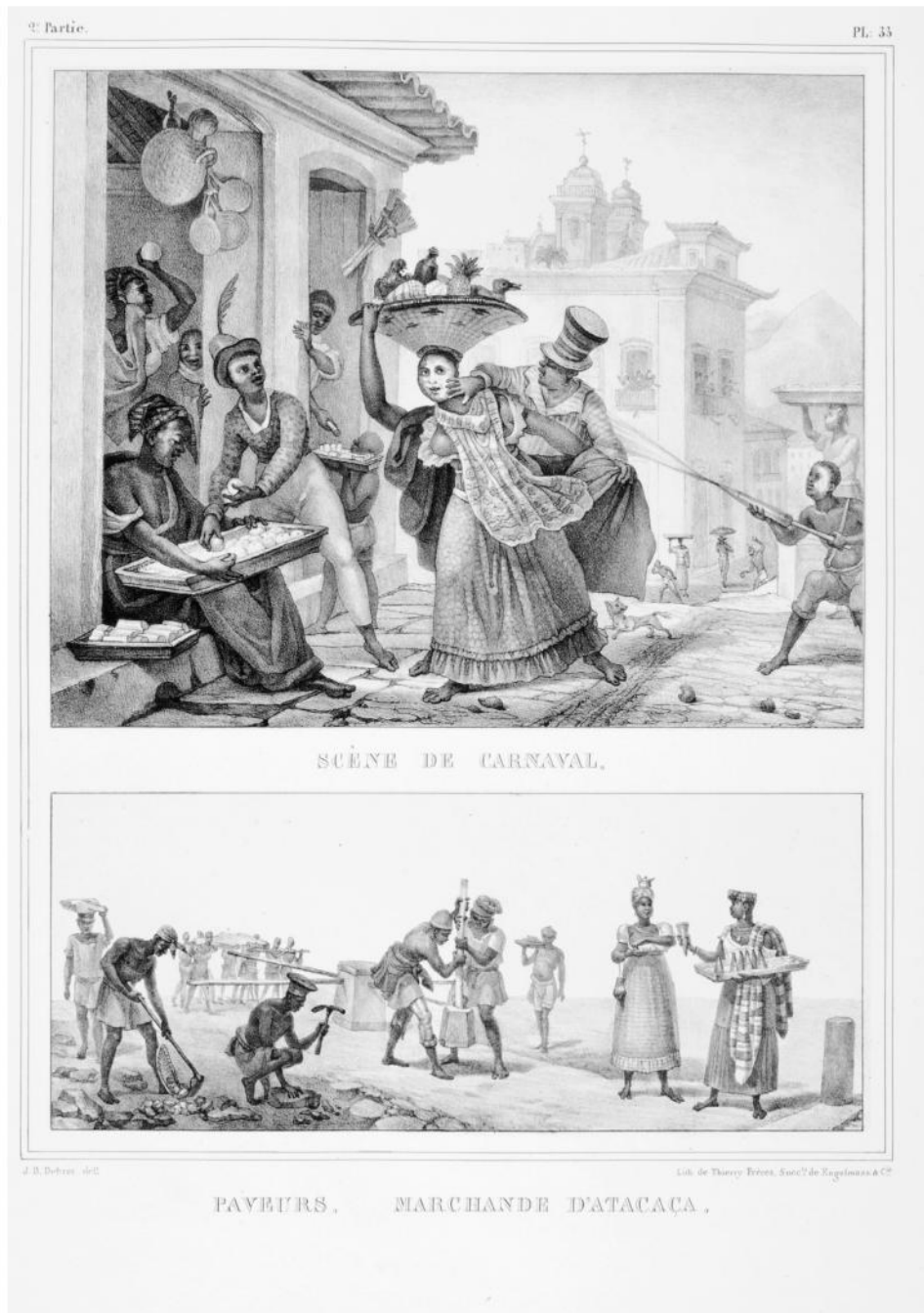
de festividades, a igreja abrigava o júbilo devoto. Ouvia-se o *Te Deum* e cantava-se a missa com órgão, coro e orquestra no espaço que era o maior empregador de músicos profissionais dos centros urbanos brasileiros. Cantores, mestres de capela e instrumentistas de arco e sopro, músicos que transitavam por todos os ambientes da festa, tinham sua corporação dentro do espaço religioso com nome de santa. Eram as Irmandades de Santa Cecília, que procuravam regulamentar a instrução formal de músicos e gerir a atuação dos profissionais no espaço urbano.

Para pessoas negras e pardas livres, tornar-se músico profissional e ingressar na irmandade dos músicos de uma cidade ou vila era elemento de ascensão social. As bandas militares, as orquestras de igrejas e teatros, todas contavam com

músicos negros e pardos. O padre-mestre José Maurício Nunes Garcia (leia no texto a seguir), que serviu a D. João VI e D. Pedro I, foi um dos mais ilustres. Alguns deixaram seus nomes nos escasos registros conhecidos, como Damião Barbosa de Araújo, da Bahia; Florêncio José Ferreira Coutinho, de Minas Gerais; e Manoel José Gomes, de São Paulo, pai e mestre de Carlos Gomes. Muitos mais não eram sequer nomeados nos documentos de então.

Se Santa Cecília cuidava dos músicos profissionais, como ficava a instrução de músicos amadores? Nem todo mundo podia contar, como D. Pedro I, com a orientação de músicos de relevo como Marcos Portugal, famoso compositor português radicado no Rio de Janeiro desde 1811; e Sigismund Neukomm, o discípulo preferido de Joseph Haydn que viveu também na Corte de 1816 a 1821. Mas quem abrisse os jornais poderia encontrar a preço módico professores que ensinavam a tocar as marchas, minuets e lundus da festa em flauta ou violino. Poderia também aprender a acompanhar essas peças na viola. E por viola entendia-se uma gama variada de instrumentos, alguns parecidos com o nosso violão, outros, com o atual caquinho. Era tão difundida a viola que gente de todas as classes, na cidade e no campo, eram vistas empunhando uma. Tão difundida que o primeiro livro de instrução musical publicado no Brasil em 1823, a *Arte da muzica para uzo da mocidade brasileira*, se dedica a ensinar como acompanhar com ela as músicas da moda.

Amadores e profissionais se reuniam para reproduzir em casa o que ouviam no teatro e nas festas. A paixão pelas modinhas, lundus e árias de ópera era imensa e movimentava um mercado editorial pequeno, mas ativo. Até mesmo o imperador-compositor e seu *Hino Imperial e Constitucional*, hoje conhecido como *Hino da Independência*, entrou para



Cenas de carnaval e de vendedores ambulantes.
Litografias de Jean Baptiste Debret publicadas no *Voyage pittoresque et historique au Brésil*,

Tome deuxième (*Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Segundo volume*), 1835

Biblioteca Nacional

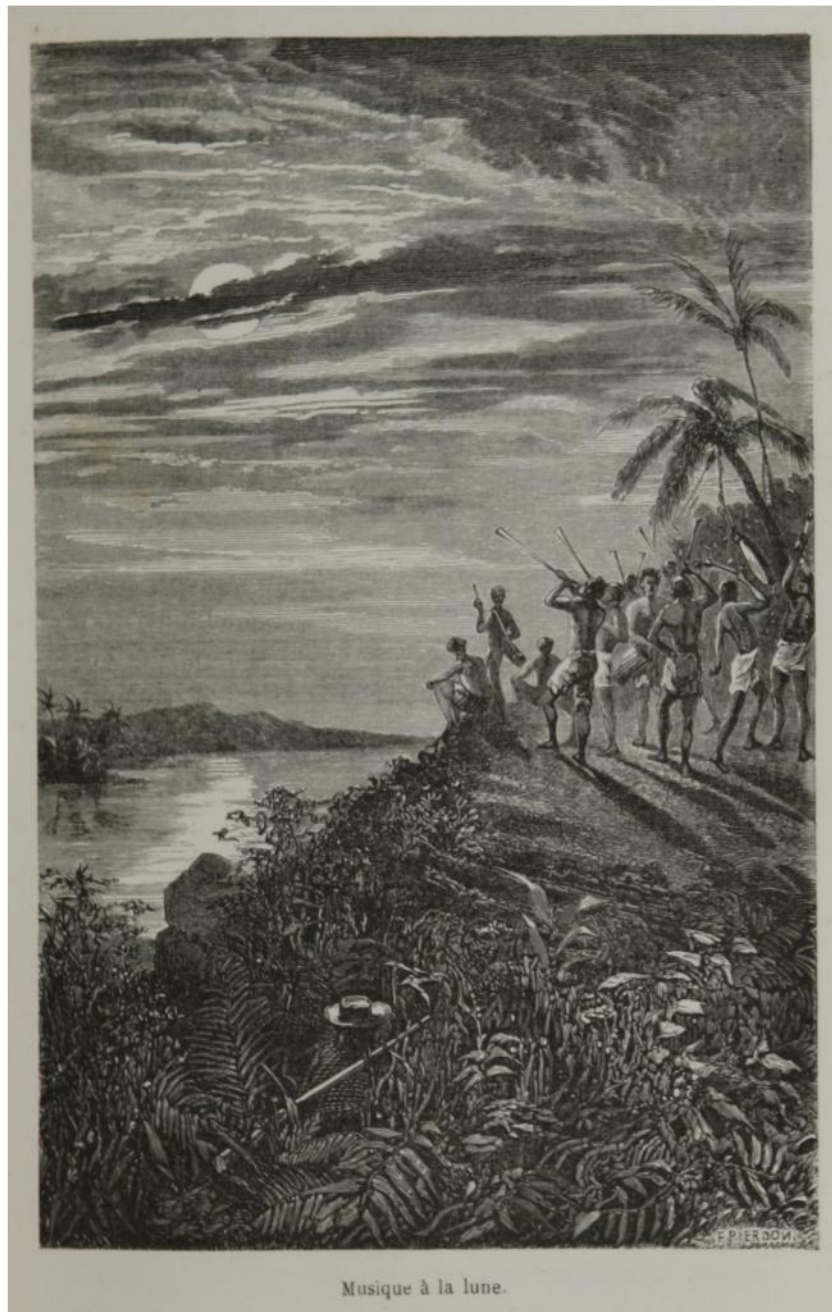
Debret permaneceu no Brasil de 1816 a 1831, período em que retratou a corte do novo país, bem como os costumes e os festejos populares

o catálogo. Além da viola, instrumento acompanhador por excelência, o piano e a voz também eram frequentemente ouvidos nos sarau e o talento das brasileiras para cantar era motivo de comentário de cronistas do período.

De volta às ruas, não passariam despercebidos à nossa viajante os sons dos instrumentos de origem africana. São instrumentos que escutamos até hoje, como o berimbau das rodas de capoeira ou o reco-reco da banca de cavalo marinho. O som da kalimba, ou piano de dedo, pertencia aos espaços ocupados pelo povo negro e capturou a atenção de Debret e dos naturalistas alemães Spix e Martius, que representaram em imagens o instrumento e seus tocadores. Esses universos de instrumentos musicais de origem europeia e africana coexistiam em meio às tensões da sociedade escravista de então. A delimitação dos espaços de uma e de outra tradição muitas vezes era tênue. Transitar entre áreas díspares ou mesmo conflitivas é um poder que a música tem, pois ao mesmo tempo em que ela marca a identidade de quem a faz ela se espalha e penetra espaços nos quais outras práticas não entram tão facilmente.

A paisagem sonora do Brasil da Independência, com suas músicas e seus conflitos, era marcada pela diversidade e pela permeabilidade entre as identidades musicais em ação. Não há dúvidas de que a importância política e econômica dos estilos musicais da metrópole lhe garantia um espaço muito maior na vida musical do país. Mas os atores deste universo sonoro, mulheres e homens brancos, negros, pardos e indígenas construíam essa paisagem com uma paleta de timbres e ritmos que ia além das convenções.

Luciana Camara · Cravista, musicóloga, professora de cravo e baixo contínuo do Departamento de Música da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife



Musique à la lune (Música para a lua),
gravura em madeira de Auguste François Biard, 1862

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

O francês Biard era um artista viajante. Ele viveu dois anos no Brasil, o suficiente para perceber o elemento indígena e caboclo na nossa paisagem sonora

A longa gestação da independência sonora

Levaria décadas, após o brado do Ipiranga, para que nascesse uma música de caráter nacional

José de Almeida Amaral Jr.

A chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, encontrou um ambiente em que a musicalidade se fazia presente. Tanto a inventada pelo povo, que trazia consigo os elementos indígenas, africanos – ambos escravizados pela colonização mercantil – e europeus, quanto a realizada para a elite, dominada pelo gosto externo.

Desde 1549, a catequese das ordens religiosas se aproveitava do profundo vínculo dos milenares autóctones com a música e a dança – vide o cururu e o cateretê – para as conversões, de acordo com Mário de Andrade. Depois, em Salvador, 1559, se estabeleceria um cargo multifuncional para o papel de professor, organista e regente de coro: o mestre de capela. Esta responsabilidade aos poucos se reproduziu em outros pontos do vasto território, como Recife, Olinda, São Luís e Belém. Em 1790, se dizia que na Sé paulistana se fazia música quase ao nível do apreciado em Lisboa, segundo Vasco Mariz.





*Primeiros sons do Hino da
Independência* (1922)
Augusto Bracet

Por ocasião do primeiro centenário da Independência, Bracet idealiza uma cena de 1822: o Imperador Pedro I do Brasil, ao piano, compõe a música do *Hino da Independência*, sobre poema do jornalista Evaristo da Veiga. Aparentemente Pedro está cercado por pessoas da Corte, entre as quais José Bonifácio

Museu Histórico Nacional
| Domínio público via
Wikimedia Commons

Modinha é a canção luso-brasileira lírica. O lundu é uma canção sensual, satírica, que poderia trazer palmas, requebros e umbigadas. Tem origens negras nos batuques

Ao longo do século XVII há fundações de bandas militares, formadas em geral por africanos. Ampliava-se a substituição da mão de obra indígena pela negra. Também houve o surgimento das irmandades de música, grupos que levavam suporte às ações nas igrejas.

Em 1763, no Ciclo do Ouro, há a permuta da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro. Deslocava-se do Nordeste para o Sudeste a dinâmica econômica. A atrativa capitania de Minas Gerais teria então mais de mil músicos em seus núcleos urbanos. Gradualmente, vilas e cidades ganhavam força e a sociedade se estratificava. A música colonial chegava ao seu esplendor com as obras de José Joaquim E. Lobo de Mesquita (1746–1805). Durante o século XVIII também surgiram salas de ópera, teatros dedicados à música profana.

Entre o século XVIII e XIX viveu o principal personagem da música erudita, o carioca mulato Padre José Maurício Nunes Garcia (1767–1830), mestre de capela da Catedral e Sé do Rio. De 1808 a 1811 foi o responsável pelas atividades apresentadas à Corte, inclusive liderando a Capela Real. Atuou como professor e criador em inúmeros gêneros. Outro que também brilhou foi seu contemporâneo João de Deus Castro Lobo (1794–1832), o último dos grandes compositores mineiros deste ciclo.

A inspiração local ia brotando raízes, mas ainda sem uma expressão de nacionalidade. E tais ideias eram evitadas pelo perigo da insubmissão.

Em contraposição aos mundos erudito e sacro havia a música dos salões, das ruas miscigenadas. Modinha é a canção luso-brasileira lírica, de caráter e estilo cortesão da segunda fase do século XVIII. Conforme J. R. Tinhorão é o primeiro gênero de canto brasileiro ao gosto das novas camadas médias urbanas. O lundu é uma canção sensual, satírica, que poderia trazer palmas, requebros e umbigadas. Tem origens negras nos batuques. Batuques e lundus, reprimidos pela moralidade de então. Com o tempo a modinha e o lundu se abraçaram e foram aos saraus. Aqui, subiu ao palco a primeira estrela da



Retrato de José Maurício Nunes Garcia (detalhe), século XIX, por José Maurício Nunes Garcia Júnior

Mestre de capela da Sé do Rio de Janeiro, o Padre Nunes Garcia foi professor, criador de vários gêneros musicais e responsável pelas apresentações à Corte. Mas perdeu o posto com a chegada do rei D. João VI.

Biblioteca Nacional | Domínio público via Wikimedia Commons

música popular da colônia, o poeta carioca mulato Domingos Caldas Barbosa (1738–1800) que, com essas conexões, fez muito sucesso além-mar e ajudou a gerar raízes lá e cá, para o fado e o samba, compondo com as sincopas do lascivo lundu.

Mesmo com a transformação da colônia em vice-reino em 1720, nada se comparou aos efeitos da vinda do monarca no princípio dos 1800. Era o fim da condição de isolamento exterior e a primeira vez que o “Novo Mundo” passava a sediar um trono europeu. Além da reestruturação burocrática, administrativa, política e econômica, houve a criação da Biblioteca e do Museu Real, da Imprensa Régia e da Academia de Belas



Em 1822 veio à luz a primeira versão da letra do que viria a ser futuramente o Hino da Independência, composta por Evaristo da Veiga

Arquivo Nacional |
Domínio público via
Wikimedia Commons

Artes. Missões estrangeiras passaram a chegar. Transplantes: busca por “civilizar os trópicos”.

Em 1811 chegou ao Rio o ilustre compositor luso Marcos Portugal (1762-1830). Para muitos sua presença eclipsou o acanhado Padre Nunes Garcia, por possíveis motivações raciais palacianas. Em 1813 Portugal foi elevado ao cargo de diretor do novo Real Teatro São João, considerado então o maior das Américas. Tempos em que a moda e o ambiente cortesão galante eram atentos às óperas, especialmente no estilo napolitano, influenciando até a música litúrgica. E o uso dos *castrati*, trazidos da Europa, era marca de requinte para os palcos e para os coros sacros, nos quais as mulheres não podiam estar. Compunha-se para igreja e teatro, especialmente repertório cantado, quando, nas cidades europeias, se vivia a propagação de sinfonias, das formas instrumentais. Em 1816, o austríaco Sigmund Neukomm (1778-1858) desembarcou no Rio. Ficou até 1821. Afamado discípulo do clássico F. J. Haydn, tocou, compôs e ensinou. Foi professor de harmonia e contraponto de D. Pedro I – que herdou a paixão familiar pela música – e do compositor Francisco Manuel da Silva. Seu *O amor brasileiro* (1819), um capricho para piano inspirado a partir do lundu, é considerada a primeira obra movida por um tema local.

D. João VI estimulou a criação pelo Brasil de bandas militares, de literatura musical, investiu na Real Fazenda de Santa Cruz – um “conservatório” para músicos negros e mulatos – e na Real Câmara, conjunto orquestral para entretenimento da corte, entre outros. Em 1821, porém, a Coroa precisou voltar a Lisboa. Ano seguinte, deu-se a emancipação do país.

A presença circunstancial da realeza foi essencial para ultrapassar a etapa colonial e marcou as artes no Brasil. Todavia, houve necessidade de mais algumas décadas para que, a partir do final do período imperial e da superação da escravidão, uma música nacional pudesse ser ouvida, após se observar a fundo o folclore e as peculiaridades do povo mestiço deste florão da América. Alberto Nepomuceno, Brasília Itiberê, Chiquinha Gonzaga, Heitor Villa-Lobos e Pixinguinha, entre outros, regeram essa independência sonora.

José de Almeida Amaral Jr • Pós-graduado em Sociologia e História da Arte é professor e autor de livros sobre São Paulo e sua música popular



Ilustração de Filipe Trajano

As digitais negras do samba construíram nossa identidade cultural

Ao lado da capoeira e das religiões de matrizes africanas, o ritmo forma a tríade conceitual das rodas sagradas do universo negro brasileiro

Tadeu Kaçula

A contribuição negra africana na formação das manifestações culturais existentes no Brasil tem significado estrutural, histórico e simbólico fundamental para compreendermos nossa formação social e econômica. O processo diaspórico — que extraiu milhares de africanos de seus países, sobretudo de Angola, Congo e mais tarde Nigéria — foi vital para o surgimento das referências culturais aqui e no restante das Américas.

Com a falta de mão de obra “barata” para o plantio de cana-de-açúcar no nordeste do país, no século XVI, o Brasil inicia o processo escravista trazendo milhares de negros africanos, em sua maioria os que compunham o grupo ma-

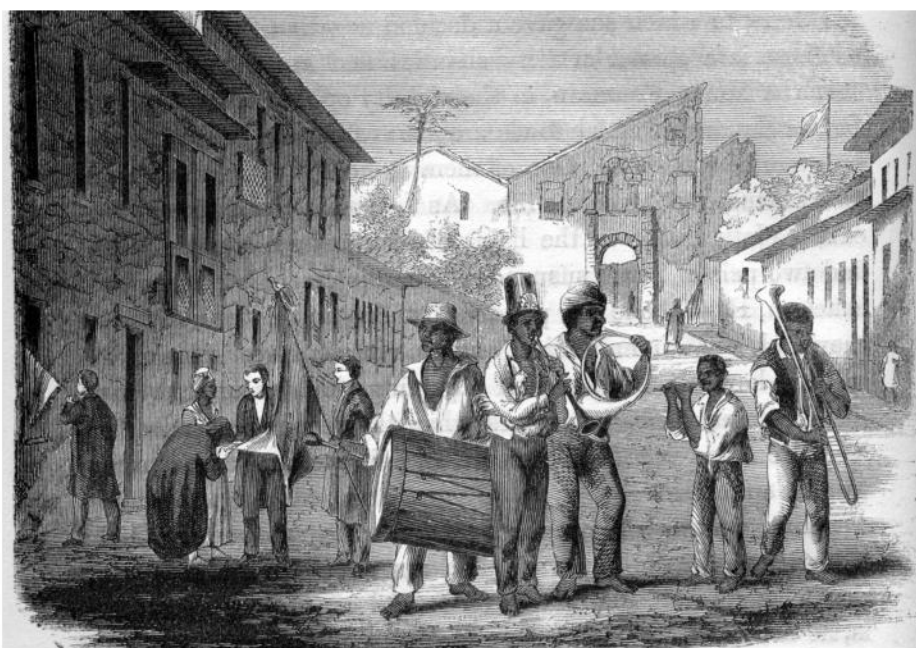
cro linguístico conhecido como Banto, oriundo da região central da África, em especial os Congos e Angola.

Com a chegada dos africanos para este processo usurpador, de exploração da vida humana, há uma movimentação bastante interessante do ponto de vista dos acúmulos socioculturais e da ancestralidade griô¹ que levam ao surgimento de diversas manifestações culturais que ainda hoje podem ser identificadas no nordeste do país como o maracatu, o tambor de crioula, o bumba meu boi, dentre outros. Essas manifestações carregam em suas diversas formas de cantigas, danças, ritmos e malevolências o DNA cuja origem é cem por cento africana.

No Brasil, o ciclo da cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII, classificado

pelo intelectual Clóvis Moura como capitalismo primitivo, foi importante não apenas pelo avanço na economia, mas especificamente pelo uso das tecnologias africanas na agricultura, na pecuária e, ao mesmo tempo, na criação de relevantes manifestações culturais como tambor de crioula, samba de roda, maracatus e, posteriormente, nos ciclos econômicos que emergiram nos séculos XVIII, XIX e XX, as congadas, folias de reis, jongo, batuque de umbigada e o samba de bumbo.

Não só aqui, mas nas Américas do Norte, Central e do Sul as digitais negro-africanas emolduraram as principais referências culturais, seja com o jazz, seja com a rumba ou o samba, entre tantas outras manifestações que concentram o que há de mais rico e repre-



Negros dançando fandango (jongo) no Campo de Santana, Rio de Janeiro (1822). Ilustração de Augustus Earle

National Library of Australia, via Wikipedia Commons

sentativo da cultura negra na diáspora africana.

Pensando nessa valiosa contribuição, é seguro afirmar que algumas das principais manifestações culturais existentes no Brasil são fundamentais para compreendermos, de forma prática e sintetizada, a importância de preservarmos as heranças culturais criadas pelos nossos ancestrais da diáspora africana, sobretudo quando entendemos os valores epistemológicos das origens do samba no Brasil.

Este é um dos principais fatores que colocam o samba como um dos elementos estruturantes para o processo de sociabilidade da população preta no Brasil. O samba não foi criado com conceito meramente musical, mas sim como instrumento de *aquilombamento* do povo preto, pobre e preterido do projeto de estrutura social arquitetado pela burguesia e adotado como política de branqueamento do Estado brasileiro.

Se ampliarmos essa dimensão, chegaremos a outros modelos de organização social da população preta brasileira como as religiões de matrizes africanas e a capoeira que, aliadas ao samba, formam uma tríade conceitual categorizada como *rodas sagradas do universo negro brasileiro*.

É importante destacar que o samba é resultado de um processo de construção de identidade de um povo retirado violentamente dos seus territórios nativos para viverem sob as barbáries da escravidão negro-africana durante quase quatrocentos anos em um continente desconhecido cujos opressores mantinha-os em uma relação extremamente subalternizada.

Ao longo dos tempos, o samba foi ganhando força política e passou a ocupar um lugar estratégico na disputa de narrativas com a branquitude, pois foi alçado pelo então presidente Getúlio Vargas como símbolo de identidade nacional. A

partir desse importante marco histórico, o samba ganhou dimensões socioculturais capazes de criar uma unidade acerca da representatividade cultural do povo brasileiro.

O samba carrega nas suas bases estruturantes as origens dos tambores africanos aliadas às corporalidades que resistiram bravamente durante cinco séculos e resistem até os dias de hoje. Além disso, o samba é um importante instrumento de afirmação política, identidade cultural, vetor de *aquilombamento* étnico social e um potente aliado na luta antirracista.

É neste cenário que buscamos a epistemologia criada pela intelectual Lélia Gonzalez (1935–1994), sistematizada no final dos anos 80, mas extremamente contemporânea. Lélia Gonzalez problematiza as teses envolvendo a formação histórico-cultural do Brasil que, por questões de ordem geográfica, linguística e ideológica — sobretudo pelo inconsciente da coletividade — tem denegado a nossa *latinoamefricanidade*. Esta categoria — a latinoamefricanidade — nos coloca no centro do debate sobre os apagamentos sistêmicos das digitais negras e indígenas na formação da identidade social do nosso país.

Certas similaridades na formação sociocultural de *nossas amefricanidades* estão presentes não apenas na língua falada no Brasil, que Lélia chamou de *pretuguês*, mas também nas músicas, nas danças, nos sistemas de crenças. Similaridades essas encobertas “pelo véu ideológico do branqueamento”, recalçadas por classificações eurocêntricas do tipo “cultura popular” e “folclore nacional”, que minimizam a importância da contribuição negra.

Graças ao amplo contato com manifestações culturais negras de vários outros países, Lélia criticou duramente o *lusotropicalismo*, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Argumentou ainda que a *amefricanidade*



Samba de Pareia, da comunidade de Laranjeiras, no Sergipe. Sambadores, brincantes, batuqueiros, rezadeiras, dançantes...

Instituto Cultural Samba Autêntico

dade esteve manifesta nas revoltas, nas estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos quilombos, *cimarrones*, *cumbres*, *palenques*, *maronages* e *maroon societies*, espalhadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente.

Por tudo isso, Lélia se alia a autores como Abdias do Nascimento e M. K. Asante que defendem a ideia de que “uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos; ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios; deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular”.

De fato, tambores, ancestralidade, muita dança, canto, corporalidade e muita fé fazem com que essas manifestações socioculturais se perpetuem no âmbito das comunidades remanescentes de quilombos rurais e urbanos. De geração para geração, uma das principais receitas para a preservação dessas culturas é a oralidade que, através dos cantos, contos, histórias e ladainhas, cumpre um papel vital para assegurar a preservação da memória afetiva daqueles e daquelas que deram início a tudo o que compreendemos como cultura popular brasileira.

É com esse olhar cosmológico que podemos afirmar que, de norte a sul e através dos tempos, a cultura negra se mantém firme e a cada geração se forta-

lece ressignificada, subvertendo olhares opostos e fazendo com que corpo e corporalidade negra sejam o centro detentor desses saberes que garantem as futuras gerações de sambadores, brincantes, batuqueiros, rezadeiras, dançantes – e todas as linguagens culturais estruturada pela contribuição negro africana no país.

1 “Griô ou Mestre(a) é todo(a) cidadão(ã) que se reconheça e seja reconhecido(a) pela sua própria comunidade como herdeiro(a) dos saberes e fazeres da tradição oral e que, através do poder da palavra, da oralidade, da corporeidade e da vivência dialoga, aprende, ensina e toma – se a memória viva e afetiva da tradição oral”. <http://graos-deluzegrio.org.br/acao-griou-nacional/o-que-e-griou/>

Tadeu Kaçula · Sambista, sociólogo e escritor, autor do livro *Casa Verde, uma pequena África paulistana*, SP: Editora Liber Ars, 2020

Modos de viver e vestir no período da Independência do Brasil

A moda brasileira dos tempos do primeiro Império já refletia, com um tempero francês, a desigualdade social oriunda da colonização que permanece até hoje

Suelen Karini Almeida de Matos

A moda é um fenômeno social que possui a capacidade de modelar sociedades e materializar comportamentos. É um campo vasto capaz de nos fazer, segundo a socióloga Daniela Calanca, conhecer o “outro” indicando uma ligação entre indivíduo e sociedade¹. Ela também ultrapassa os limites do estético e decorativo, conseguindo ocupar um espaço de poder, sendo capaz de direcionar, segundo o filósofo Gilles Lipovetsky², os comandos de nossas sociedades. Diante disso, a moda nos conduzirá nesta breve viagem no tempo para conhecer sua relação com os modos de existência de alguns atores da população brasileira em meados do século XIX.



Grand costume de cour, 1839
Litografia, 31,4cm x 23,5cm. Thierry Frères a partir de
desenho de Jean-Baptiste Debret

A Rainha Carlota Joaquina, mãe de Dom Pedro I em
vestido de gala

Coleção Brasiliana | Biblioteca Nacional

Assim como os modos de vestir de todo o mundo, a moda brasileira, principalmente neste período histórico, possui lacunas e dificuldades de real compreensão, especialmente em relação “aos outros” brasileiros: população negra (seja escravizada ou livre) e pessoas pobres (tanto negras, quanto brancas). Diante disso, trarei alguns referenciais de localidades nacionais diferentes, mas que se entrecruzam temporalmente para que possamos observar alguns dos diversificados modos de viver e vestir de nosso país.

Antes de nos debruçarmos sobre rendas, saiotes e diversas camadas de tecido sobrepostos, trarei um pouco do contexto temporal. No início do século XIX, o Brasil vivia a transição de colônia para império. O ponto alto desse processo foi a Independência, proclamada em 7 de setembro de 1822 por Dom Pedro I. O Brasil passava por mudanças em diferentes aspectos. E, evidentemente, os impactos econômicos repercutiram profundamente na moda brasileira.

A nossa história como colônia constituiu uma população (na verdade parte dela) que se interessava em se parecer à elite. Na época, o Brasil recebia influências francesas em diferentes aspectos – comportamentais, econômicos, artísticos e, claro, no vestuário. Segundo os historiadores João Braga e Luís André do Prado, durante esse período da independência, “a roupa era (como continuou sendo), acima de tudo, uma forma de estratificação e um código de pertencimento de grupos sociais: daí o dito popular ‘fulano se veste com distinção’ – ou seja, a roupa distingue bem a camada ou grupo ao qual a veste pertence”³.

A moda francesa influenciou significativamente as vestes das elites brasileiras, afinal, estávamos vivendo uma espécie de obsessão pelo comportamento europeu. Mesmo em nosso clima tropical, homens e mulheres se sujeitavam ao uso de peças de tecidos grossos e volu-

A moda francesa influenciou significativamente as vestes das elites brasileiras: estávamos vivendo uma espécie de obsessão pelo comportamento europeu

mosos. Os homens utilizavam sobretudo, cujo nome era *gilet de soirée*, uma sobrecasaca (*pardessus*) e um chapéu de feltro (*souplé*). Já as senhoras, utilizavam uma espécie de camisola por baixo do vestido (*négrigée-chambre*), o vestido em si (*brocart pompadour*) que possuía decotes (*décolletages*), saias curtas (*jupons*) e blusas finas (*plastrons*). Não posso esquecer da peça mais icônica: o *corset*. Todas essas camadas eram utilizadas cotidianamente – mesmo morrendo de calor, a *high society* brasileira se sentia bem “afrancesada”.

Essa estética faz parte do que conhecemos como *Belle Époque*, um movimento artístico somado a mudanças sociais que influenciaram a cultura brasileira da época. O conceito estava pautado no desejo de ser ou sentir-se estrangeiro, algo que coube como uma luva para parte da população local. Além dessas peças, a estética do período direcionava para o uso de muitas jóias e adornos, para ambos os sexos, e luvas finas e véus para as mulheres. Peças que moldavam um corpo criando formas e um padrão que deveria ser seguido.

Grand costume de cour, 1839
Litografia, 31,4cm x 23,5cm. Thierry Frères a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Arquiduquesa Leopoldina, Imperatriz do Brasil e mulher de Dom Pedro I em vestido de gala

Coleção Brasiliana | Biblioteca Nacional

Mesmo com a abertura de portos ao comércio internacional, grande parte da produção têxtil era feita em terras brasileiras. O ofício de alfaiate ganha notoriedade e as leis de produção vigentes na Europa são aplicadas no Brasil. A indumentária brasileira também contribuiu para o processo de estratificação social do período, afinal, não eram todos (na verdade a minoria) que possuíam poder aquisitivo para comprar e usar peças com nomes tão rebuscados. Segundo a pesquisadora Carolina Corrêa, “a roupa – como sempre fez – servia como diferenciação social, de modo a determinar a qual camada cada grupo pertencia, e não se pode negar a grande preocupação em se distinguir de escravos e camadas mais baixas da sociedade brasileira”⁴.



A moda atuou como parte significativa na diferenciação entre os atores sociais da época: fortaleceu o desejo da elite em se parecer com os estrangeiros e marginalizou ainda mais aqueles que não possuíam poder e prestígio

Mesmo tendo pouco material a respeito da indumentária daqueles que não pertenciam à elite, é importante documentar e debater sobre os trajes dos marginalizados pelo sistema da época (e são até hoje). As obras de arte são as fontes mais próximas de imagens do pe-



Acima, *Le diner*, 1835
Litogravura de Thierry Frères, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Mesmo no ambiente doméstico, trajes de inspiração europeia, pouco adequados ao clima tropical

Abaixo, *Les delassemens d'une après diner*, 1835
Litogravura de Thierry Frères, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

No descanso depois de uma refeição, as roupas sublinham as diferentes posições que cada um ocupa na hierarquia

Biblioteca Nacional





Acima, *Les rafraichissemens de l'après diner sur la place du palais*, 1835
Litogravura de Charles Motte, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Na Praça do Palácio, o encontro de diferentes estratos da população que circulava na corte do Rio de Janeiro

Abaixo, *Une visite a la campagne*, 1835
Litogravura de Charles Motte, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Mais que os trajes, nesta visita a uma fazenda, chama a atenção a quantidade de escravos domésticos e seus trajes padronizados

Biblioteca Nacional



ríodo e por meio delas podemos ver como a população negra e pobre se vestia. Na produção de Jean-Baptiste Debret, por exemplo, podemos identificar alguns elementos estéticos que fogem do referencial francês; são códigos portugueses, com modelagem e estampas que se assemelham aos usados pela corte portuguesa. Eram peças de vestuário utilizadas por pessoas negras escravizadas que trabalhavam nas ruas como vendedoras e por mucamas que ganhavam de suas senhoras. Afinal, era um símbolo de *status* social possuir uma escrava bem vestida”. Ou seja, a forma como a população negra se vestia acabava sendo pautada por suas ocupações servis ou nas relações que possuía com seus senhores. Com isso, a diferenciação entre classes ficava ainda mais perceptível.

Assim, a moda atuou como parte significativa na diferenciação entre os atores sociais da época, evidenciando etnia, gênero e classe. Fortaleceu o desejo da elite em se parecer com os estrangeiros e marginalizou ainda mais aqueles que não possuíam poder e prestígio. A Independência do Brasil foi um marco histórico para todos nós, mas reforçou o desejo de parte da população em se distanciar do ser brasileiro.

1 CALANCA. Daniela. *História Social da Moda*. São Paulo. Editora Senac. 2008, p. 16.

2 LIPOVETSKY. Gilles. *O Império do Efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo. Companhia das Letras. 2009, p. 13.

3 BRAGA. João. PRADO. Luís André. *História Social da Moda no Brasil*. São Paulo. Editora Disal, 2011, p.27

4 CORRÊA. Carolina Giacomini. *O Desenvolvimento Cultural, Artístico e a Moda no Brasil após a Chegada da Corte Portuguesa*. 2013. Juiz de Fora. Monografia de especialização (Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora), p. 24.

Suelen Karini Almeida de Matos ·
Designer de moda pela Universidade Positivo (UP), mestra e doutoranda em antropologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A pompa da corte e a estratégia de poder

A nova aristocracia brasileira tentava copiar os padrões europeus de se vestir e se comportar socialmente

Mara Rúbia Sant'Anna

O Brasil, digamos, a elite carioca começou sua história de nação orgulhando-se de manter-se como corte e, antes de comemorar o primeiro ano do Grito do Ipiranga, uma revista da época, chamada *A malagueta extraordinária*, publicou um artigo sobre “as três castas de cidadãos”, enfatizando a hierarquia estabelecida. Dizia: “1^a os augustos membros da família do chefe do Império; 2^a. a aristocracia dos brancos e homens libertos de cor, admissíveis ao civismo; 3^a. o terceiro estado, isto é, cativos”¹. Pensava-se o Brasil com uma estrutura social tal qual a existente no Antigo Regime francês, que no século XIX já havia sido superada.

Era em meio a essa mentalidade *démodée* que a elite brasileira, concentrada nas poucas cidades grandes do litoral atlântico, construiu sua aparência corporal entre modismos comercializados

por estrangeiros e desenvolveu socialidades em que a exibição de trajes, acessórios e trejeitos reafirmava sua condição social hegemônica. Contudo, na alvorada da nação independente ainda essa tal elite tinha muito a galgar no quesito exibição e *update* da moda.

Honório Rodrigues² escreve que os portugueses que viviam no Brasil nesse período gozavam pouco dos “benefícios da civilização”, não reconheciam sua ignorância e viviam para amealhar tostão a tostão. Se podia ser considerada a aristocracia do Império, segundo o viajante inglês Mathison, a aristocracia brasileira era “fraca e baixa”. A grande maioria era comerciante e poucos eram fazendeiros. Mesmo os comerciantes mais ricos viviam como os mais pobres da Europa. Em suas lojas se sentavam ao fundo e usavam uma jaqueta de linho como a de seus empregados. Tinham uma rotina precisa: abriam a loja, comiam ao meio-dia, faziam a sesta, voltavam à loja

e depois se fechavam em suas casas. Não frequentavam os espaços de sociabilidade, visitavam pouco os conhecidos e recebiam poucas visitas também. O uso de trajas completos, como o costume da época recomendava, era somente em ocasiões especiais. O calor e a pouca sociabilidade favoreciam o abandono dessas normas de etiqueta.

Mas essa situação iria mudar rapidamente. No começo do primeiro reinado, havia no Rio de Janeiro 53 negociantes estrangeiros e destes quase 40 eram ingleses. Em 1825, já eram 79 negociantes dos quais uns 50 eram ingleses. Maria Graham registrou em seu diário que também os franceses tinham muitas lojas instaladas na cidade, onde vendiam fazendas, armarinhos e ofereciam modistas. Os alfaiates e as padarias também eram partilhados pelas duas nacionalidades: portugueses e franceses.

Muitos artífices, operários especializados, artesãos e profissionais liberais europeus aportaram no Brasil a partir de 1822 e suas presenças aperfeiçoaram as técnicas e refinaram os gostos. Um negociante francês chamado Gendrin, escrevendo suas memórias, relatou os sucessos de seus compatriotas, destacando que as lojas francesas, especialmente as

modistas, após a independência perderam seu aspecto simples dos primeiros anos e ostentavam luxuosas casas.

Outras origens europeias se fizeram presentes no Rio de Janeiro de D. Pedro I. Com seus ares, costumes e comércios deram a essa terra o ar quase europeu que a elite local almejava. A coroação do primeiro imperador do Brasil, pintada pelo artista francês Debret, permite-nos apreciar como essa pequenina corte, composta de portugueses que comiam com as mãos e chamavam a terra de lugar de macacos e negros, se paramentava para as ocasiões festivas e, consequentemente, de exibição.

Inaugurado o primeiro reinado, uma infinidade de festas e eventos comemorativos multiplicaram-se pela capital alimentando, assim, a necessidade de exibir-se na elite local. Os espaços cênicos surgiram: Real Teatro de São João (1813) e o Teatro do Plácido (1823) e suas dimensões apontam para a grande clientela que possuíam. O teatro real oferecia ao público 22 frisas, 30 camarotes de 1ª, 232 cadeiras de 1ª e 412 galerias numeradas.

Além do teatro, outro espaço de sociabilidade bastante explorado pela elite local eram as festas originadas no Paço,

como a de 1825 para a comemoração do aniversário da princesa Maria da Glória. Os festejos começavam com a missa na igreja da padroeira da menina, seguiam-se com saraus, luminárias (procissão de velas) e danças no Palácio de São Cristóvão. As homenagens prestadas à Imperatriz Maria Leopoldina em 1826, após o seu falecimento, pararam a cidade que viveu pompas e rituais fúnebres dignos de um rei. As festas religiosas, as festas de grande gala promovidas pela corte e os jogos e saraus nas casas de particulares foram também muito apreciados no primeiro reinado.

A rua do Ouvidor foi o centro de consumo dos produtos de moda e o espaço de sociabilidade, onde o *ethos* moda se consolidava como meio e fim de uma elite que ensaiava sua semelhança aos modelos idealizados. Em 1848, F. Biard, pintor francês, descreveu a rua como francesa de um extremo a outro. Nela *Cezar Alfaiate francez* anunciava que acabava de receber “hum grande sortimento de cazacas e sobre cazacas Inglezas, ropãos de pano fino de sarja sortidos para sras (sic)”, isso em 1829, enquanto, outro comerciante oferecia “hum sortimento de porcelana, cristales, casquinhas, bijouterias, bengalinas,

Statue de St. George et son cortège, 1839
Litogravura de Thierry Frères, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Os cortejos com músicos uniformizados, cavalos adornados e grande pompa, abriam as procissões na Corte

Biblioteca Nacional





Desembargadores, arrivant en costume au Palais de Justice, 1839
Litogravura de Thierry Frères, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

Alguns cargos ligados à Justiça eram — como são ainda hoje — distinguidos por vestimentas próprias

Biblioteca Nacional

Esse universo de ostentação, festas e proximidades com a família real não era comum à maior parte da população, majoritariamente escrava. O grito do Ipiranga ecoado por D. Pedro I nada repercutiu sobre um imenso território onde a lógica social da escravidão e do monopólio agroexportador imperava

chitas franzezas e Inglezas (sic)³ na mesma ocasião.

Toda a cidade embalada com a presença de um imperador e sua corte exibiu mudanças na aparência de seus habitantes. Gradativamente, como as casas e as ruas, as maneiras de se vestir foram sendo alteradas. Em vez do algodão e da lã apareceram sobre os corpos os tecidos mais finos, como a telilha, o tafetá e o gorgorão. Através dos anúncios da época, os estabelecimentos avisavam a freguesia dos novos produtos importados e também dos serviços prestados — como a loja Mirne, que fazia “toucados, chapéus e vestidos do melhor gosto (sic)”⁴. Também Debret registrou em seu livro as maneiras dos cariocas se trajarem. Ele considerou que as mulheres se vestiam “de um modo estranhamente rebuscado, com as cores mais alegres e brilhantes”, transformando os modelos trazidos de França em algo mais pomposo e, segundo os gostos das clientes brasileiras, mais adequado ao prestígio da corte.

Houve mesmo uma empresa cha-

mada Bailly e Cia, instalada na Rua do Ouvidor, 27, cujo proprietário afirmava possuir uma “patente de invenção de S.M.E Rei de França”, que tiravam as medidas dos clientes e as enviavam a Paris, onde eram executadas as peças do vestuário encomendadas, além de oferecer “todas as qualidades de obras feitas”. Ainda nessa loja-ateliê a esposa do proprietário fazia “vestidos, chapéus e toucados no último gosto” com “prontidão e asseio”⁵ para as clientes.

Também as festas religiosas eram importantes estratégias de poder e ocasiões de exibição. A ida às igrejas nos domingos fazia aparecerem nas ruas

Negresses libres, vivant de leur travail, 1839
Litogravura de Thierry Frères, a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret

As roupas de ex-escravas e escravos domésticos, libertos, expunham também signos de sua origem africana, seja em cores seja em adereços

Museu Imperial





Com o avançar do século XIX, as estratégias de poder da corte brasileira evoluíram. Neste registro de 1870, D. Pedro II e a Princesa Isabel exibem um estilo mais contido, em sintonia com as casas reais europeias.

Foto: Joaquim José Insley Pacheco | Domínio público via Wikimedia Commons

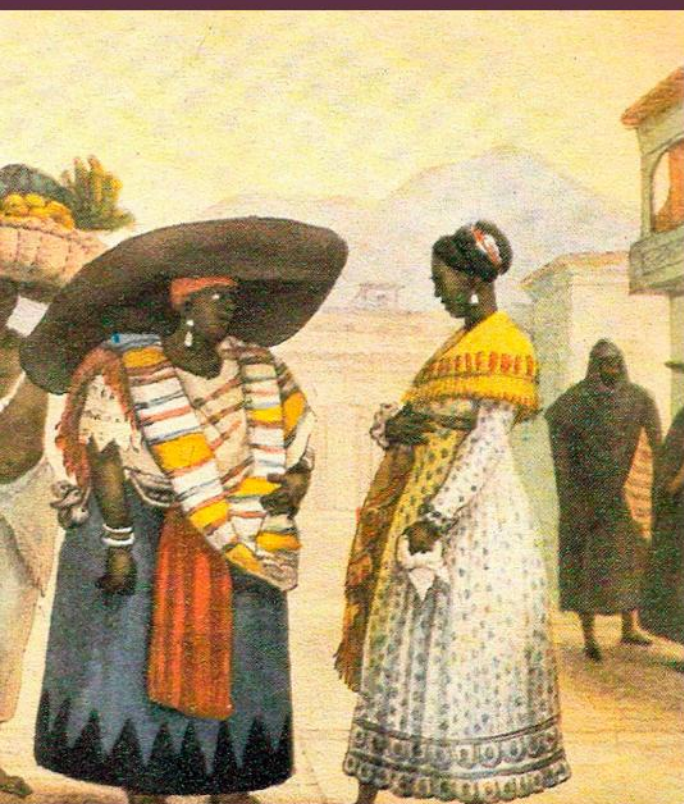
por D. Pedro I nada repercutiu sobre um imenso território onde a lógica social da escravidão e do monopólio agroexportador imperava. As sociedades provinciais, com suas especificidades, a despeito da independência formal, mantinham-se atreladas aos costumes portugueses e como tal reproduziam a lógica social, fazendo da aparência um recurso de exibição entre os iguais.

Assim, apesar do sacudir das plumas, o brilho das fivelas douradas e o farfalhar dos vestidos de tecidos importados das mulheres da elite carioca serem semelhantes aos de outras senhoras de além-mar, no Brasil a moda, entendida como estratégia de poder produzida a partir da aparência do novo e de sua consequente exibição numa sociabilidade específica, grassou no 1º Império e foi incrementada nos tempos de D. Pedro II.

os mais requintados toaletes. Para ir ao culto dominical obedecia-se à seguinte ordem, segundo Honório Rodrigues:

“(...) o senhor, com o chapéu de dois bicos, calças brancas, casco de linho azul, sapatão e fivelas, e uma bengala de ouro; seguia-lhe a senhora em musselina branca, com joias, um grande leque na mão, sapatos e meias brancas, um ornamento de flores no cabelo negro; vinham depois os filhos e as filhas, e logo a mulata favorita da senhora, com sapato e meias brancas, talvez duas ou três da mesma categoria; depois um mordomo preto, um camareiro, com chapéu de bico, com calças e fivelas, depois os pretos de ambos os sexos, com sapatos e meias, e diversos outros sem sapato e meia; e dois ou três garotos pretos, embaraçados com a roupa, fechavam a retaguarda”.⁶

Importa lembrar que esse universo de ostentação, festas e proximidades com a família real não era comum à maior parte da população, majoritariamente escrava. O grito do Ipiranga ecoado



1 *A Malaqueta extraordinária*, 5 jul. 1823, p.5.

2 RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Vol. 2 Economia e Sociedade. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p. 88.

3 In: RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 83.

4 *Jornal do Comércio* de 05 mai. 1830 Apud RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 101.

5 *Jornal do Comércio* de 04 mai. 1830 Apud RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969, p. 101.

6 RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução*. Vol. 2 Economia e Sociedade. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975. p.140.

Mara Rúbia Sant’Anna · Professora da Universidade do Estado de Santa Catarina, doutora em História e autora do livro **Império: uma civilização dos trópicos**, Editora Estação das Letras e Cores. 2019 (Coleção Brasil por suas aparências, vol. 2)

Os povos originários e o Estado, 200 anos de uma história inglória

No Bicentenário da Independência do Brasil e no centenário de nascimento do antropólogo Darcy Ribeiro, *Nossa América* traz depoimentos de indígenas sobre o ressurgimento étnico, a proteção da floresta e o que pensam sobre o país

Eduardo Rascov

As expressões dos povos originários – cultura e arte, cosmologia e mitos, ecologia e espiritualidade – estão desde sempre na base do que é o Memorial da América Latina. Nem poderia ser diferente, pois o projeto cultural desta instituição, no final dos anos 1980, foi concebido por Darcy Ribeiro, antropólogo que passou os primeiros dez anos da carreira enfiado em aldeias indígenas e nunca mais deixou de escrever e falar sobre essa experiência. Por exemplo, em 1978, a convite da Universidad Nacional Autónoma de México, ele gravou em disco de vinil um depoimento sobre a sua trajetória intelectual. Ao abordar o chamado *problema indígena*, Darcy diz que “o primeiro aspecto é o das microetnias tribais, particularmente da floresta tropical de toda a América do Sul. São grupos de 50 pessoas, 200 pessoas, 5.000 pessoas, no máximo 10.000 pessoas falando a sua própria língua,

tendo a sua própria visão de mundo [...] que reivindicam território e isolamento para continuar vivendo o seu destino e que veem a civilização crescer sobre eles como uma avalanche”.¹

Darcy Ribeiro – cujo centenário de nascimento será comemorado em 26 de outubro – certamente ficaria contente em saber que as “microetnias tribais” (ou nações, como se diz hoje) experimentam um processo de ressurgimento étnico que revitaliza a identidade, a cultura e a língua ancestral. Mas, ao mesmo tempo, se entristeceria ao se dar conta de que o avanço do capitalismo sobre a natureza e o território indígena continua inexorável. É preciso resistir, diria Darcy.


Nesta edição sobre o bicentenário da independência do Brasil, *Nossa América* apresenta alguns relatos emblemáticos de resistência, de norte a sul do país, das nações que estavam aqui muito antes da chegada dos europeus. O primeiro é dos “guardiões da floresta” do povo Ka’apor² (cuja língua é da família Tupi-guarani e tronco Tupi), por meio do cacique Irakadju Ka’apor. Vale lembrar que no Congresso Internacional de Americanistas, realizado em 1954 em São

Paulo, Darcy Ribeiro apresentou parte do que aprendera no convívio com os Ka’apor sob o título “Os índios urubus³ – ciclo anual das atividades de subsistência de uma tribo da floresta tropical”. Posteriormente, em 1957, em parceria com a antropóloga Berta Gleizer Ribeiro, publicou o belo *Arte plumária dos índios Kaapor*, recheado de fotos e ilustrações. Por fim, em 1996, editou os *Diários Índios – os urubus-kaapor*, um catatau de mais de 600 páginas de tom intimista sobre o seu dia-a-dia com os ancestrais⁴ do cacique Irakadju Ka’apor, que hoje chama os não-indígenas de “neobrasileiros”.

O centenário Darcy Ribeiro talvez desse um sorriso maroto ao ouvir o relato sobre a retomada do território ancestral, das tradições e dos costumes dos Kaingang da região de Canela, no Rio Grande do Sul. Lá, uma Casa de Cura Inh Kagtá foi inaugurada nos moldes tradicionais, com a participação inclusive de uma Kujá (pajé, na língua Kaingang, da família Jê e tronco Macro-gê). Segundo o livro *Línguas ameríndias – ontem, hoje e amanhã*, permanecem vivos os dialetos Kaingang do Paraná, Kaingang Central, Kaingang do Sudoeste e Kaingang do Sudeste⁵.



Foto | Karai Nhevanga



Darcy Ribeiro ficaria contente em saber que as “microetnias tribais” (ou nações, como se diz hoje) experimentam um processo de ressurgimento étnico que revitaliza a identidade

O terceiro depoimento é um testemunho do drama sem fim dos povos Guaranis. Para as entrevistas, *Nossa América* contou com o apoio do Educomunicação e Cultura Guarani, projeto de extensão universitária da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que oferece material didático para o ensino e a aprendizagem da língua Guarani em suas diversas variantes⁶. De acordo com o livro *Línguas ameríndias – ontem, hoje e amanhã*, a língua Guarani se divide em três dialetos (Kaiowá, Mbya e Nhandeva) e faz parte da família Tupi-guarani, a mais importante do tronco Tupi pelo número de línguas e extensão geográfica. Consta que há pelo menos 190 línguas indígenas vivas no Brasil.⁷

Para Darcy Ribeiro, os Guaranis são como outros povos originários que, por serem em grande número, exigem seus direitos. “Eu suponho que o que está acontecendo é um movimento das civilizações, porque acontece no mundo todo. Alguma coisa faz com que os quadros nacionais, as nacionalidades burguesas, que eram capazes de oprimir e calar todos os povos, de uma hora para outra já não o podem fazer e estes povos já começam a reivindicar: curdos, flamengos, bretões, galeses, mas também aymaras, quéchuas e tantos outros grupos, e num movimento comum em que eles se aceitam como são, se afir-

mam e procuram uma nova posição no mundo”⁸. Isso ele disse nos anos 1970. A veracidade quase profética dessas palavras fica evidente nas constituições plurinacionais do Equador (2008) e da Bolívia (2009), bem como no atual projeto constitucional chileno.

A previsão de Darcy Ribeiro, naquela gravação mexicana há mais de 40 anos, era preocupante: “Eu acho que nas próximas décadas vamos ter conflitos muito sérios e uma grave possibilidade de guerras interétnicas na América Latina, que podem ser tanto mais dramáticas quanto menos compreensão se tenha para estes movimentos das populações indígenas, de autonomia e de emancipação”⁹. Ele acertou. É só se lembrar das guerrilhas dos anos 1980 e 1990 na América Central, e no Movimento Zapatista, que eclodiu em 1994. De certa forma, as feridas continuam abertas, como fica claro no depoimento do fotógrafo guarani Karai Nhevanga e da professora Takua Yju.

Karai Nhevanga (ou Sergio Daniel Medina, como foi registrado) nasceu na Comunidad Yryapu, na Argentina, em 1997, e veio para a aldeia Ocoy, em São Miguel do Iguazu (PR), aos 8 anos de idade. Aos 13, voltou para a Argentina. Depois, regressou ao Brasil e viveu nos *tekoás*¹⁰ Añetete e Itamarã, em Diamante D’Oeste (PR). Como se vê, o território da nação Guarani não cabe nas fronteiras dos Estados Nacionais e se espalha por partes dos atuais Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Como jovem liderança indígena do oeste paranaense, Karai Nhevanga participou das oficinas educacionais do Projeto Educomunicação e Cultura Guarani¹¹. “Eu gosto de tirar fotos, registrar um momento especial. Acho importante pros *jurua*”¹².

Entre as fotos dele publicadas nesta edição, há o retrato de Takua Yju, cujo nome significa “banco sagrado”. Takua Yju (registrada como Delia Martines) recebeu o nome de batismo indígena do seu avô, Guilherme Tupã Nhevangavyju Rosa. Ela é pedagoga, formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e trabalha no Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo. O simples fato de os Guaranis reafirmarem seus nomes ancestrais,

e não aqueles do registro legal, dá uma ideia do grau de violência a que estiveram e estão submetidos. O que, de resto, os depoimentos confirmam. O alerta de Darcy Ribeiro não pode ser menosprezado.

1 Transcrição e tradução ao português da fala de Darcy Ribeiro gravada no disco *Voz viva de América Latina*, produzido em 1978 pela Dirección General de Difusión Cultural, da Universidad Nacional Autónoma de México, e publicada em 1998 pela coleção Cadernos do Parlatino, nº 13, como parte de uma coletânea de textos de Darcy Ribeiro intitulada *América Latina Nação*, p. 23

2 Eles se autodenominam *Ka’apor* ou *Ka’apór* – o apóstrofo representa uma parada da glote; na língua *Ka’apor* o acento tônico em geral cai na última sílaba. São conhecidos também por outros nomes, como *Urubu*, *Kambõ*, *Urubu-Caápor*, *Urubu-Kaápor*, *Kaapor*. Fonte: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka%27apor>

3 “O termo *Urubu* foi evidentemente atribuído ao povo *Ka’apor* durante o século XIX pelos inimigos luso-brasileiros (...). Os termos hifenizados *Urubu-Caápor* e *Urubu-Kaápor* foram introduzidos pelos indigenistas brasileiros nos anos 50, numa tentativa de padronizar, na etnologia, a grafia dos nomes de grupos nativos”. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka%27apor>

4 “Quando as autoridades brasileiras tentaram ‘pacificá-los’ pela primeira vez, em 1911, os *Ka’apor*, como os *Nambiquara* no Mato Grosso, eram considerados um dos povos nativos mais hostis no país. Tal pacificação, tanto dos *Ka’apor* quanto dos *karai* (não índios), ocorreu em 1928 e durou por quase 70 anos. Recentes invasões da terra dos *Ka’apor* pelos *karai*, entretanto, ocasionaram novas hostilidades e estão colocando a sobrevivência étnica dos *Ka’apor* novamente em risco.” In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka%27apor>

5 *Línguas ameríndias – ontem, hoje e amanhã*, vários autores, publicado pelo Memorial da América Latina em 2020. Versão online disponível a partir de <https://memorial.org.br/livro-linguas-amerindias-ontem-hoje-e-amanha/>.

6 Ver *Ñañemoarandu – Aprenda Guarani*, em <https://www.educomguarani.com/aprenda-guarani>. Agradecemos aos mediadores culturais Camila Cristina Lazzarini e Mário Ramão.

7 *Línguas ameríndias – ontem, hoje e amanhã*, vários autores, Memorial da América Latina, 2020, p. 20.

8 *América Latina Nação*. Darcy Ribeiro. Cadernos do Parlatino nº 13, 1998, p. 24.

9 *Idem*, p. 25.

10 *Tekoá*: lugar da moradia e da vida guarani, aldeia em que há um *opy* (casa de reza ou centro cerimonial).

11 Seu canal pessoal no YouTube é o Aldeia Ava Guarani: https://youtube.com/channel/UCxwwyzHVz05571PH_9vV2sA.

12 *Jurua*: não indígena.

Kaingang

A retomada do território ancestral e o ressurgimento étnico de uma nação

1 O ritual de benzimento na inauguração da Casa de Cura Inh Kagtá foi realizado por todos os *kujà* (liderança política espiritual, traduzido também como pajé) presentes. As ervas utilizadas foram colhidas na mata mais cedo, no mesmo dia, pelas *kujà* mulheres. Algumas folhas e cascas eram ingeridas em forma de um chá frio, outras utilizadas na lavagem, como mostra a foto à direita, e outras ainda eram queimadas na pequena fogueira. Primeiro, foram benzidos os guerreiros e guerreiras da aldeia Konhun Mág, que estão retomando um território ancestral em Canela desde pouco antes da pandemia, luta que dura mais de 15 anos. Cada metade clânica do povo Kaingang – Kamé (que representa o Sol) e Kairú (que representa a Lua) – recebeu um banho de ervas específico, de acordo com as energias das duas metades, presentes em todas as coisas do mundo¹. Todo o ritual, a presença dos *kujà* e a profunda espiritualidade envolvida formaram um evento significativo que marca a força da Retomada Konhun Mág.

2 No território indígena retomado pelo povo Kaingang, o grupo de dança Nón Gá se prepara para uma apresentação importante. Na casa recém-construída com materiais tradicionais, a Inh Kagtá (meu remédio, em língua kanhgág), estão o casal de *kujà* (líderanças políticas espirituais) Jorge Kagnãg Garcia, sua esposa Maria Constante e seus filhos Pedro Garcia e Márcia Garcia, aprendizes do conhecimento ancestral, além da também *kujà* Iracema Gá Teh Nascimento. O grupo

Nón Gá vai cantar e dançar dentro da Casa de Cura enquanto os *kujà* benzem todos os presentes, tanto Kaingang quanto *fóg* (não-indígenas).

3 Construída de maneira tradicional e utilizando materiais colhidos nas proximidades do território, foi na Casa de Cura Inh Kagtá que os *kujà* benzeram os filhos de Konhun Mág e os parceiros e apoiadores com ervas medicinais colhidas na mata. Na semana prévia ao evento, um mutirão levantou a casa em poucos dias, num trabalho coletivo. A construção simboliza não só a retomada

do território, como também a retomada das tradições e dos costumes de seus ancestrais. Todo esse processo reflete o fortalecimento da presença Kaingang em Canela e marca um momento importante nos mais de 15 anos de reivindicação territorial da comunidade.

¹ “Os Kaingang, como outros grupos da família lingüística Macro-jê, são caracterizados como sociedades sociocêntricas que reconhecem princípios sociocsmológicos dualistas, apresentando um sistema de metades. Entre os Kaingang as metades originadoras da sociedade recebem os nomes de Kamé e Kairu”. In: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang>.

Fotos | Alass Derivas



1



Ka'apor

Os guardiões da floresta e os neobrasileiros

Sou o Irakadju Ka'apor, cacique da Terra Indígena Alto Turiaçu e diretor geral da associação do meu povo Ka'apor, a Associação Ka'apor Ta Hury. Essa mensagem é para contar um pouco da história dos 95 anos de contato dos neobrasileiros com os Ka'apor. Porque para os Ka'apor, foi mais ou menos em 1935 que começou o contato com a sociedade *karai*¹. A partir daí houve algum acompanhamento dos servidores dos órgãos de governo, que trouxeram alguns trabalhos e projetos. E o povo Ka'apor não tem essa maneira de trabalhar como faz o branco. O povo Ka'apor não é dependente da sociedade.

Vou falar um pouco sobre a floresta, sobre a importância da floresta pra gente. A floresta presente, para nós, é um sinal de que estamos vivos, respirando e vivendo melhor. Se não tiver a floresta, não temos essa liberdade. Esse território para nós é sagrado. É o único território que temos para viver, criar, fazer nossos rituais. Por isso precisamos que o Estado Nacional respeite nosso jeito e nossa maneira. Como nosso trabalho não é divulgado, precisamos que outras pessoas vejam que somos os defensores legítimos do nosso território, e que queremos nossa autonomia. Dentro da floresta, nós conseguimos viver sozinhos. A floresta não depende da gente, assim como outros pensam; quem depende da floresta somos nós. Quem tem que cuidar, somos nós. Por isso a floresta para nós é tão importante, embora não seja para quem não conhece. Lá tem muitos seres vivos, que o povo Ka'apor defende.

O povo Ka'apor é o povo da floresta. Somos o povo da floresta e temos nosso conhecimento, nosso ritual e nossa maneira de trabalhar na floresta. Então muitos conhecimentos que hoje já se

foram com os anciãos, sofreram ataques dos invasores, os colonizadores de seu próprio país. Só que o povo Ka'apor não tem muito contato com a sociedade *karai*, embora eles invadam nosso território.

A Constituição garante direitos a todos os povos indígenas. Essa equipe do governo, Funai e Sesai, às vezes oferece apenas uma atenção básica. Nunca vão preservar nosso território, nossa cultura e nossa família. Quem pode preservar melhor, como um todo, o território, nossa cultura e nossa língua somos nós mesmos. Por isso temos os caciques nas comunidades, pra sempre estar nas aldeias e ter sua autonomia de decisão e autonomia de conversar e acompanhar todos os processos de políticas públicas.

A floresta presente, para nós, é um sinal de que estamos vivos, respirando e vivendo melhor.

O governo quando muda, muda o projeto de lei, e aí quer diminuir os direitos dos povos indígenas, o que preocupa muito a gente.

Criamos maneiras de dizer e mostrar que a gente não aceita essa maneira que o Brasil lida com os povos indígenas. Então criamos a Ka'a Usak Há Ta, os Guardiões da Floresta, que sempre andam nos limites da nossa terra, onde costuma ter movimento de invasor, caçador e madeireiro. Quando acham algum invasor, eles comunicam às demais lideranças, à polícia ambiental, à polícia federal e à Funai. Talvez eles possam fazer parte disso também, dessas instituições, pois deveria ser uma função do Estado. Também queremos estar mais capacitados pra esse trabalho, trabalhar com drones, câmeras e GPS. Então o que vale hoje é isso. O *karai* confia muito no papel. Se não tiver papel escrito, e ficar só pelo falar, eles não acreditam. Então é isso.



Irakadju Ka'apor | Foto André Sanches

Ainda hoje sofremos com esses ataques, como a extração irregular de madeira.

Aqui no Maranhão temos quatro terras ligadas, que formam um complexo: Terra Indígena Alto Turiaçu, Terra Indígena Awa, Terra Indígena Caru e a Reserva Ambiental Gurupi. Por isso sempre pensamos coletivamente, nos outros povos que são diferentes e estão nesses territórios. Por isso é importante a união. Nossa associação foi criada em 2001 e até hoje trabalhamos e buscamos projetos que ajudem a complementar os trabalhos que já desenvolvemos. Principalmente o de fiscalização. Muitos parceiros querem colaborar, com recurso financeiro, mas para isso é preciso ter construção, prestação de contas e ter uma gestão que possa distribuir os recursos. A gente agora tem a Associação Ka'apor Ta Hury.

Hoje estamos na TI Alto Turiaçu, demarcada em 1982. E os *karai* invadiram nosso território, construíram vilarejos. Estamos cercados de povoados com várias cidades ao redor do nosso território. De 1995 para 2001, o povo Ka'apor criou uma estratégia para preservar o território. Nesse período, continuou a exploração ilegal. A partir daí o povo Ka'apor criou estratégia para proteger seu território. Um ponto bem estratégico criado é de fazer uma área de proteção ambiental no limite da TI. Talvez dessa forma o *karai* entenda que estamos ali preservando e presentes desde sempre. Dessa forma, ao entendermos que a cidade começa a crescer, receber projetos grandes, então começamos a pensar em nós. Por isso vivemos até hoje.

¹ *Karai* é a maneira com que os Ka'apor chamam todos aqueles que não são indígenas.

Guarani

Não mudou nada

Com a palavra o jovem fotógrafo guarani Karai Nhevanga

Após 200 anos de independência, o que mudou no Brasil?

Pra mim, depois de 200 anos, acho que não mudou nada! Porque, principalmente, continua a luta, né? Os povos ainda estão lutando pelos direitos deles, os nossos... essas coisas. Acho que não mudou. A maioria dos povos indígenas luta mais pela terra, como os Guarani, Kaiowá, Kaingang, Pataxó...

O que você acredita que o Brasil poderia fazer para ser um país melhor?

Primeiro acho que deve ter mais respeito com o povo brasileiro. Mais comunidade, mais cultura, sabe? Porque sem cultura não há *teko*¹. O Brasil não foi descoberto pelos portugueses, ele foi invadido. E agora o Brasil não quer mais devolver pros povos indígenas as terras deles... que eles roubaram do povo Guarani. Acho que o que o Brasil pode fazer é devolver um pouco para os povos que precisam. A maioria precisa muito da terra.

Somos invisíveis para o governo

Com a palavra a pedagoga guarani Takua Yju

O que significa a “independência do Brasil” para uma indígena?

Até hoje existe esse conflito quando se fala do Brasil. Não há uma palavra cer-



Karai Nhevanga | Foto acervo pessoal



Delia Takua | Foto acervo pessoal

ta... “Independência” ... o que é isso pra nós, indígenas? Desde que as pessoas foram expulsas da sua própria residência, da sua própria sustentabilidade, como tinha antigamente. É complicado falar em independência do Brasil, porque até hoje os indígenas estão sofrendo culturalmente: nos obrigaram a entrar nessa situação porque nós indígenas tínhamos que achar outra fonte de sobrevivência. Eu aprendi com as pessoas mais velhas: o *jurua* (não indígena) acha que as crianças dão muito gasto, atrapalham um pouco, igual os idosos. Mas para nós, as pessoas mais velhas são fontes da nossa história para ir adiante. Por exemplo, o rezador espiritual sente o que vai acontecer, ele fala o que pode estar acontecendo quando a gente está na casa de reza. Para nós falar de terra, de território; é complicado demais porque até hoje a gente não vê essa conquista. Somos muitos, mas com pouca terra; tem vários indígenas que estão lutando ainda para conseguir sua terra, mas até hoje nada... Então falar da “Independência do Brasil” para nós é quase que nada, porque até hoje somos invisíveis para esse governo. É igual para todos os indígenas, não somente aqui no Brasil, mas também no Paraguai, na Argentina, é a mesma coisa. Então seria isso o que a Independência do Brasil para mim significa: o indígena não está sendo valorizado até hoje, somos invisíveis ainda para esse governo.

E se eu cheguei até aqui foi por uma inspiração muito grande do meu povo Guarani. Eu acredito que cada povo tem a sua inspiração, seja pela criança, seja pelo idoso, para defender o seu povo, para levar adiante a luta do seu povo, da sua tradição, da sua cultura. Para mim o que me levou até aqui foi isso, porque cresci com o meu avô, e ele falava muito essa questão de antes e de agora. Ele falava muito que hoje em dia é importante falar e registrar, porque futuramente as crianças vão ler e assistir as mensagens do que a gente queria hoje para amanhã. Então você tem que buscar o direito do seu povo, gritar, chorar; porque hoje em dia é tudo pela escrita, não vai mais lutar com arco e flecha. Então tem que usar a sua inteligência como mulher, como mãe, para que o seu futuro filho ou neto esteja aprendendo junto com você. Hoje eu estou aqui graças a minha família, graças a Ñanderu², em quem eu confio, graças aos *xamoikuéra*³, a quem sempre peço conselhos, a minha tia, meus pais... Então sempre peça ajuda, porque sozinho, a gente não consegue.

1 *Teke*: modo de ser, conjuntos de preceitos para a vida de acordo com a cosmologia guarani

2 O deus supremo Tupi-guarani

3 Líderes espirituais

Eduardo Rascov • Jornalista e autor do romance *O Filósofo Voador*



General Toussaint
Louverture - Chefe dos
negros insurgentes de Saint
Domingue (século XIX),
Jean de Beauvais, Paris

John Carter Brown Library
| Domínio público via
Wikimedia Commons

O Haiti, a escravidão e a independência do Brasil

A Revolução Haitiana repercutiu em várias lutas de libertação no continente e também na decisão de acabar ou não com a escravidão

Soraya Matos de Freitas

Em primeiro de janeiro de 1804, após longos anos de revolução, a pequena e valorosa colônia francesa no mar do Caribe, Saint Domingue, se transformava em um novo país, o primeiro nas Américas livre da escravidão. Liderada por um ex-escravo, Jean Jacques Dessalines, foi a independência mais radical de todo o continente americano. O que ocorreu nesse pequeno país do Caribe repercutiu em várias das independências no continente e também na manutenção ou não da escravidão nos países que se formavam, inclusive na América Portuguesa.

Apesar de ter sido Dessalines a declarar a independência do Haiti, o grande herói foi outro ex-escravo, Toussaint L'Ouverture (nome que significa "abertura" e foi dado a ele na Revolução). François-Dominique Toussaint Breda foi um personagem instigante. Escravo em uma fazenda de gado, tornou-se o protegido do administrador da propriedade, que o ensinou a ler. François-Dominique teve a oportunidade de ler alguns livros que chegavam da metrópole francesa, entre os quais a análise das Américas feita pelo Abade Raynal. Escrita com riqueza de detalhes sobre as várias formas de colonização do Novo Mundo, a obra controversa foi causadora da perseguição e prisão de seu autor e da consequente proibição de nova publicação do livro.

Talvez essa tenha sido a leitura mais importante de L'Ouverture, pois nela as condições dos colonos e dos escravizados eram bem retratadas. No momento da revolução, no entanto, Toussaint já não era mais escravo. Vivia com a esposa e os

filhos em sua propriedade e trabalhava nela com mais 15 escravos. Sim, ele era um alforriado dono de escravos e de uma propriedade. Sua alforria aos 30 anos e a vida que construiu não eram a regra entre os escravizados, mas a exceção. Toussaint trocou a vida estável que construía após doze anos de alforria pela Revolução. Manter-se neutro não era uma opção para ele. Engajou-se no processo revolucionário, foi líder e herói.

Sob sua liderança os haitianos venceram tanto os exércitos franceses como os espanhóis e os ingleses. Com astúcia ia se aliando a uns contra outros, revelando-se um notório articulador durante todo o processo revolucionário. No entanto, caiu na armadilha tramada por Napoleão: aceitou um convite para ir à França, onde foi preso já na chegada e morreu na prisão, em 1803, nove meses antes da conquista da independência.

Liberdade e igualdade em tempos de escravidão

Qualquer que seja o ângulo da análise feita sobre colonização, escravidão e independências nas Américas na transição entre os séculos XVIII e XIX, é impossível ignorar o impacto do ocorrido na produtiva e pujante "Pérola das Antilhas", o Haiti.

Os conceitos iluministas de liberdade e igualdade – presentes em duas revoluções burguesas, a Revolução Americana e a Francesa, e certamente nas análises de Raynal lidas por Toussaint – foram ressignificados nessa pequena parte das Antilhas. Liberdade era uma palavra perigosa para quem vivia na escravidão e igualdade não era diferente para os que bus-



Painted by G. Morland
*Is the poor captive with destination well
... taken from his embrace?*
SLAVE TRADE
A different Captain buys his Wife and Child. Captured by the British. His private Property to his Royal Highness the Prince of Wales.

Comércio de escravos,
de George Morland,
impresso por John
Raphael Smith em 1812

Um grupo de comerciantes de escravos compram diferentes membros de uma família de negros. O tráfico dos povos escravizados tornou-se atividade que alimentou o capitalismo das nações capitalistas centrais e deixou diversas consequências para as regiões que recebiam essa população sequestrada

Paul Mellon Fund |
Domínio público via
Wikimedia Commons



A abolição da escravidão na Revolução Francesa, 1794, desenho atribuído a Nicolas-Antoine Monsiau

A luta pela abolição chega a Paris: negras e negros libertos entram na Convenção para pedir a libertação dos escravos em Saint Domingue (hoje Haiti)

Musee de la Ville de Paris, Musee Carnavalet, Paris, França | Domínio público



A revolução haitiana encheu de temores as elites regionais e inspirou outros movimentos populares. No Haiti da atualidade, a maioria da população é negra e tem como idioma uma língua crioula, que mescla estrutu-



ras do francês e de línguas africanas. Assim como outras nações latino-americanas, o Haiti é marcado pelos contrastes das alegrias das festas da cultura popular com a pobreza da população.

Fotos de Werner Garbers



cavam direitos em uma sociedade colonial. O impacto que a Revolução do Haiti provocou nas ideias filosóficas foi grande. A abolição da escravidão trouxe forte questionamento aos princípios de liberdade e igualdade pregados pelos defensores dos Direitos do Homem.

Isso porque a partir da independência da ex-colônia francesa já não era mais possível ligar a liberdade ao direito de propriedade, pois os escravos eram propriedade, mas também homens. Essa reflexão colocou em xeque os princípios debatidos e defendidos pelos filósofos iluministas e seus seguidores, nas revoluções liberais que agitaram os séculos XVIII e XIX. Reflexão essa que não ficou circunscrita aos meios filosóficos: o que acontecia na pequena ilha caribenha ganhava força e se espalhava entre os cativos em várias partes do continente americano. A escravidão sofria um grande abalo.

A escravidão e a independência do Brasil

O movimento revolucionário haitiano questionou o sistema colonial baseado no escravismo e causou grande impacto no tráfico de escravos. Os tratados feitos após as derrotas de

O processo político resultou no estabelecimento do segundo país livre na América e o primeiro a abolir a escravidão

Napoleão tinham entre as cláusulas o fim do tráfico negreiro – os ingleses, que passaram de grandes traficantes de escravos a defensores do fim desse comércio, começaram a exercer pressão sobre os países europeus. Sobre Portugal, que mantinha um comércio importante com vários portos africanos, por exemplo, a pressão inglesa pode ter tido como consequência a separação do Reino do Brasil de sua metrópole, como forma de manter o lucrativo comércio atlântico. Essa foi uma das causas da Independência do Brasil.

Também houve impacto no pensamento político sobre o sistema colonial durante os debates no Congresso de Viena (1814–1815). Não era possível desconsiderar que os ex-escravos, negros e mulatos, não apenas dominavam o Haiti, mas



também faziam política e se relacionavam economicamente com outras partes do mundo. A circulação das ideias e dos símbolos que foram gerados pela revolução haitiana estremeceu o continente americano.

A longa revolução haitiana levou as plantações ao colapso, deixando a economia açucareira em aberto. Não só o açúcar, mas outros produtos, como café, tiveram sua produção comprometida, desabastecendo mercados que passaram a ser disputados por Espanha e Portugal. No entanto, a base da produção desses países era escravista e manter o tráfico de escravos com a vigilância inglesa foi se tornando impossível.

Outra das consequências da revolução haitiana se relaciona à “segunda escravidão” na América, como a nomeou o historiador Dale Tomich. A “primeira escravidão” se caracterizava por estar completamente envolvida no sistema colonial e em suas duas importantes instituições: o tráfico transatlântico de escravos e a *plantation*. A “segunda escravidão” enraíza-se na primeira, pois ainda se mantêm as *plantations*, mas é “pós-colonial”, caracterizando-se por deslocar o poder para mais perto dos senhores locais e por situar-se entre o velho mercantilismo e a aceleração do capitalismo industrial, no período de 1790 a 1888, quando o Brasil, o último dos países escravistas da América, aboliu a escravidão.



A Revolução Haitiana se insere no momento de transição entre a “primeira” e a “segunda escravidão” e sinaliza essa inflexão. Por isso, o ocorrido no Haiti deixou de ser analisado apenas como uma rebelião de escravizados, que resultou no estabelecimento do segundo país livre na América, e o primeiro a abolir a escravidão – dois enormes feitos. Além disso, porém, o movimento revolucionário haitiano passou a ser compreendido também na chave econômica e política da história da América, com impacto de intensa reverberação que atingiu lugar irrevogável na historiografia recente.

Soraya Matos de Freitas · Graduada, mestra e doutora em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É professora no Ensino Médio da rede pública do Rio de Janeiro.

Três autoras brasileiras opacas e fugitivas contra a máscara branca da (in)visibilidade

Sara Ramos

Ao se falar da relação senhor e escravizado, geralmente visualizamos algumas imagens – o deslocamento forçado, seguido da exploração física e laboral – para dizer de forma branda. São imagens inegáveis, parte de uma *dívida impagável*. Se perscrutarmos atentamente, no entanto, o problema está que para Fanon e para nós, “o corpo não se opõe àquilo que vocês chamam de espírito”. As mesmas imagens de cisão,

abuso e aniquilamento ainda pairam, sofisticam-se e, por vias diversas, realizam suas manutenções diante dos trabalhos afetivos, intelectuais e subjetivos de seus povos.

Há 200 anos, o Brasil se tornava independente. Isso significou, para os povos aqui escravizados e que permaneceriam escravizados por gerações inteiras, praticamente nada. Seu envolvimento foi sequer cogitado. O que aconteceu no Haiti não podia se repetir aqui.

Três situações literárias me convo-





Ou sobre maneiras de escapar da sistemática apropriação intelectual do trabalho de mulheres negras

Ilustração: Filipe Trajano

cam a pensar nas forças transparentes do pensamento cultural colonial. Entendo tal transparência como aquela de que fala Édouard Glissant a respeito das formas de compreender o mundo pela perspectiva ocidental: “para poder ‘compreender-te’ e, então, aceitar-te, preciso levar tua densidade à escala ideal que me fornece elementos para comparações e talvez para julgamentos. Eu preciso *reduzir*”.

Do Brasil oitocentista para cá, o romance abolicionista de Maria Firmina

dos Reis precisou *desaparecer*, isto é, ficar sem reedição por mais de cem anos. Anos depois, Carolina Maria de Jesus e sua textualidade precisaram reduzir – além dos cortes e das alterações textuais, a redoma do exótico implicava-lhes menos uma importância cultural-literária do que a curiosidade diante de uma manifestação da vida favelada. Um pouco depois, Stella do Patrocínio – cujo *Falatório* também passou por cortes e dilacerações textuais – precisou ser reduzida ao fetiche da literatura-louca, tendo sua voz sonora,

por muitos anos, suprimida.

Não as reduzo a isso – estão em constante fuga, brasilidade. Glissant não pretendia, com a transparência e a opacidade, descrever-nos. Mas descreve. O Brasil é transparência. A Brasilidade é opacidade.

Importa entender que, dentro desta dívida impagável, estão os transe culturais, os saberes artísticos, dançantes, as gramáticas de tambor, os gestos e as vozes. Um corpo (de saber) preto é, por aqui, aniquilado ou transformado em mercadoria. Não os reduzo a isso – estão em constante fuga, brasilidade. Três mulheres negras buscavam alguma forma de fugitividade, que talvez seja essa oposição radical às estéticas do cárcere. Ou além: algo de uma oposição tão completa às lógicas do recinto fechado, que a fuga é a fuga da própria relação entre senhor/escravizado. Suas opacidades vão muito além do que os Brasis puderam administrar.

“Há neste verbo *comprender* o movimento das mãos que tomam o entorno e o trazem a si. Gesto de fechamento, quiçá de apropriação.” (Glissant)

Recria-se cotidianamente o espelho de narciso para que esse mundo sensível – criado pelos considerados Outros – seja comestível, traduzível e decodificado a uma única linguagem. As diferentes formas de redução por que passaram Firmina, Carolina e Stella são parte de um mesmo aparato colonial que desmembra, amputa e explora.

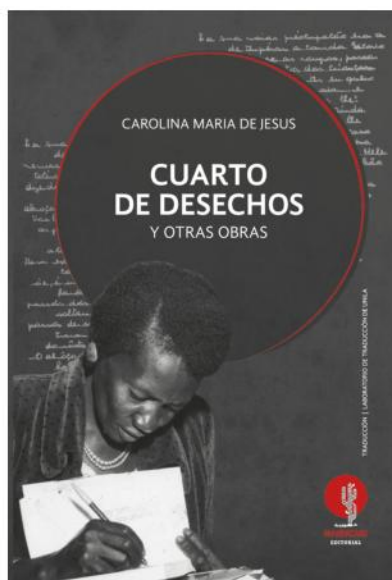
Em contraponto, dentre as estratégias da encruzilhada que resiste está a fuga. Como a fuga de que falam Fred Moten e Stefano Harvey, revocalizada por Jota Mombaça: “não há para onde fugir se não rumo à própria fuga, ao domínio opaco, impreciso, mutante e especulativo da fuga”.

Firmina volta, depois de muito desaparecer, porque nunca parou de fugir.



Stella do Patrocínio, entre seus 19 e 20 anos, em alguma rua do Rio de Janeiro antes da internação involuntária

Foto do acervo pessoal de seu sobrinho, cedida pela pesquisadora Anna Carolina Vicentini Zacharias.



Em 2021 o livro de Carolina Maria de Jesus foi lançado pela Mandacaru, editora de Buenos Aires, em tradução de integrantes do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Mandacaru Editorial | Divulgação



Ilustração: Elinaldo Meira



O medo branco não soube lidar com a grande maga das rotas de fuga: contando a história de um clássico amor branco, trouxe na trama secundária, que não quer dizer menos retumbante, os primeiros personagens negros com voz ativa e histórias opacas que se entranhariam nas vísceras de seus leitores. A textualidade de Carolina tomou golpes de colegas, mas operou fissuras literárias irreversíveis – toda uma tradição canônica já não pode mais ignorá-la ou reerguer muros que antes existiam. Hoje, a vemos deixar o cubículo audaliano e se reencontrar com suas outras particularidades. Stella, outrora inegavelmente poeta da loucura, agora se derrama irrefreável através de seu falatório oral, finalmente disponibilizado para escuta pública, e que é irredutível a qualquer estatuto classificatório que não seja a própria opacidade de seu Falatório.

- E aonde cê foi parar?

Patrocínio: Fui parar no mais longe possível

- E aí que que cê fez nesse mais longe possível?

Patrocínio: Continuei seguindo pro mais longe possível

Soube que Stella fugiu para dentro de uma sala de aula no Ceará. Soube de um filme, de mais exposições artísticas que nela se inspiraram. Sua opacidade não está somente em sua maneira de nos deixar o seu trabalho afetivo-intelectual-filosófico-e-mais – suas *palavras ao vento* em fitas cassete – mas no cerne mesmo de sua textualidade. Não era um projeto da brancura normativa que sua voz saísse por aí, porque sua voz é a própria opacidade: depois que sai em fuga, torna-se impossível reduzi-la, novamente, à circunscrição de uma escrita toscamente mutilada. Sinto que Firmina, Carolina e Stella permanecerão assim: essa fugitividade opaca, esse movimento que não se deixa capturar.



Busto em homenagem ao bicentenário de Maria Firmina dos Reis, professora negra que escreveu o primeiro romance abolicionista, inaugurado há poucos meses na Praça do Pantheonem São Luís, Maranhão, seu estado natal

Ramsessantos,
via Wikimedia Commons

Que, com elas, possamos aprender sobre as linguagens de escape para o mais longe possível de forças aniquiladoras, ou supostamente generosas, deste paradigma colonial travestido de (in)visibilidade.

“Algumas pessoas querem tocar as coisas, outras coisas querem correr. Se eles te perguntarem, diga-lhes que estávamos voando. O conhecimento da liberdade é a (está na) invenção da fuga, roubar nos confins, na forma, de uma ruptura”. (Moten e Harney).

Celebro 1822. Em alguma tarde ou noite de março daquele ano, nascia Maria Firmina dos Reis. Celebro 2022. Neste ano bicentenário da vida de Firmina, o Falatório de Stella começa, enfim, a circular livre.

Sara Ramos · Mulher negra, lésbica, batuqueira e mestra em Literatura Comparada pela Unila. Tem muito respeito pelas palavras, sejam escritas, faladas ou gesticuladas, por isso as persegue.



Por trás da mistificação, uma heroína da independência latino-americana

Estigmatizada como a amante do Libertador, Manuela Sáenz encarnou uma trajetória de luta em que o ideal de libertação da pátria cruzava-se com o ideal de libertação das mulheres

Lília Maria Silva Macêdo

Em meio aos êxitos e às reviravoltas das guerras de independência, Manuela Sáenz e Simón Bolívar formaram um casal emblemático para a história latino-americana. Embalados pelo mesmo sonho de emancipação colonial e criação de uma pátria grande, livre e soberana, suas trajetórias convergiram para o encontro. E a partir de então se mantiveram entrelaçadas e dedicadas a este projeto revolucionário.

Contudo, após a morte, o destino dos dois amantes não poderia ter sido mais divergente: enquanto Bolívar foi idolatrado e elevado ao mais alto pedestal, Sáenz foi rebaixada a posições secundárias, quando não completamente esquecida. Ele irrompeu na história como protagonista de uma narrativa épica. Ela, como uma figura curiosa que surge através das anedotas.

As memórias do general Daniel Florencio O’Leary (1883), militar irlandês que se tornou o fiel secretário de Bolívar, é uma obra de referência para os estudos historiográficos por compor um acervo documental da campanha libertadora. Nela, Manuela Sáenz não aparece senão em um apêndice. É uma das testemunhas a dar a sua versão dos fatos relativos ao atentado dirigido a Bolívar em 25 de setembro de 1828.

Em nota de rodapé, para esclarecer quem era aquela mulher que ajudou a salvar a vida do Libertador, foi incluída uma carta em que O’Leary a apresenta como a “cara amiga” de Bolívar, frisando o caráter ilícito da relação mantida entre eles, já que Sáenz era casada. Ela é descrita como uma incorrigível adúltera que constantemente desprezava o amor do benevolente esposo, sendo Bolívar o herói apaixonado que, com grande culpa, sucumbiu aos seus encantos.



Retrato de Manuela Sáenz (1965), Marco Salas Yépez.

Nesta representação, que é talvez uma das mais difundidas, a vemos portando a faixa da Ordem “Caballero del Sol”

Casa Museu Quinta de Bolívar | Domínio público via Wikimedia Commons

Do mesmo modo, o cientista francês Jean Baptiste Boussingault tratou de registrar em suas memórias (1900) impressões sobre essa personagem que conhecera em vida. Manuela Sáenz é por ele retratada essencialmente como uma mulher de vida excêntrica e luxuriosa, que se vestia tanto com trajes femininos quanto masculinos, criava animais exóticos, divertia-se e relacionava-se sem pudores. Por isso é vista como cativante, mas também imprudente e leviana, magnetizando o olhar deste pacato naturalista e o intrigando tanto quanto a natureza exuberante daquelas terras.

Igualmente pitoresca é a atmosfera que envolve a figura de Sáenz concebida pelo consagrado escritor peruano Ricardo Palma, que conta as penas e as alegrias da “favorita” do Libertador (1889) em uma de suas tradições.

La Patria naciendo de la temura (2006), Pavel Égliez

O artista equatoriano homenageia a Bolívar e a Manuela Sáenz neste mural em Caracas

Pavel Égliez, via Wikimedia Commons

Em meio a estes relatos curtos em que habilidosamente mesclava história e ficção, ele a assinala como uma mulher inteligente e determinada.

Mais ainda, a sua atuação política finalmente ganha não só destaque como novas tonalidades: para além de salvadora de Bolívar, ela surge nas ruas e quartéis empunhando sua espada. Porém, isto só é possível na medida em que é desprovida de qualquer traço de feminilidade. Segundo Palma, em seu corpo de mulher encarnava um espírito viril, contrariando, supunha, as determinações da natureza.

Os diversos imaginários criados ao redor de Manuela Sáenz nestes escritos do final do século XIX, embora indiquem uma insubordinação às normas de gênero, pouco dizem acerca de sua trajetória de luta. Antes de ter Bolívar como seu “ilustre amante”, Sáenz, que nasceu em Quito em 1797, já havia sido condecorada por San Martín pela sua participação no movimento de libertação do Peru. Foi colaborando com os preparativos da Batalha de Pichincha e os festejos que a sucederam, em 1822, que conheceu Bolívar.

Por trás da infidelidade estava a busca por se desfazer de um vínculo matrimonial que não desejava e formar com outro homem um vínculo que não era apenas amoroso como também de significado



profundamente político. Seu modo de vida, que para muitos parecia singular e extravagante, era nada mais que a vida de uma mulher a se projetar em diversas frentes, muitas delas hostis a tal gênero. Sáenz integrou o estado-maior boliviano, sendo responsável pelos arquivos da guerra. Foi quando iniciou sua carreira militar e participou das batalhas de Junín e Ayacucho, alcançando a patente de coronel em 1824. Sua influência se fez sentir em questões cruciais como a criação da República da Bolívia, em 1825.

Em defesa do projeto político boliviano enfrentou opositores e fez sua presença marcante na esfera pública. Haja vista sua residência em Bogotá no conturbado período em que Bolívar exerceu diretamente a presidência da Grã-Colômbia. Naquela altura esta se debatia com movimentos de separação, desfazendo um dos primeiros sonhos de integração latino-americana.

Após a morte de Bolívar, em 1830, Manuela Sáenz se viu ainda mais encurralada por seus inimigos políticos e em 1834 foi desterrada. Em seus últimos anos viveu as dores do exílio em Paíta, uma cidade portuária do Peru.

A “*infiel esposa*” de O’Leary, a “*femme folle*” de Boussingault e a “*mujer-hombre*” de Palma são construções feitas a partir de olhares patriarcais e androcêntricos. Conformam as etapas

de um processo de mistificação que não trata meramente de apagá-la da história, mas de paradoxalmente incluí-la por meio de estereótipos que simplificam, inferiorizam e subordinam a mulher.

Esta Manuela Sáenz estigmatizada converteu-se em um mito que atendia

A “*infiel esposa*”, a “*femme folle*” e a “*mujer-hombre*” são construções feitas a partir de olhares patriarcais e androcêntricos

aos mesmos propósitos reacionários de certo mito elaborado em torno de Bolívar, cuja imagem divinizada foi apropriada pelo processo de construção do Estado Nacional venezuelano para tornar a independência obra de um único homem extraordinário e obliterar dela o povo, integrado pela população negra e indígena.

A marginalização sofrida por Sáenz é apenas um aspecto mais visível do drama de inúmeras outras mulheres que deram ao ideal de emancipação um significado

transformador muito mais profundo e radical do que as mesquinhas pretensões políticas das elites *criollas*. Muitas delas almejavam a libertação da pátria como a sua própria libertação, ou seja, como o fim das opressões a que cotidianamente estavam submetidas.

No transcorrer dos séculos, a memória desses processos históricos vem sendo ressignificada graças aos movimentos sociais. Bolívar não está somente adormecido nas estátuas, mas despertado em meio às mobilizações populares, enquanto Manuela Sáenz começa a ser reconhecida como heroína libertadora.

No Brasil, quando as comemorações pelo bicentenário da Independência abrem a possibilidade de retomar este marco histórico de maneira crítica, é importante salientar que pensar a atuação das mulheres, superando a mistificação, é pensar em projetos de independência ontem e hoje.

Lília Maria Silva Macêdo • Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado e doutorado em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Retrato de Manuela Sáenz (1825), Pedro Durante

Museu Nacional de Arqueologia, Antropologia e História do Peru | Domínio público via Wikimedia Commons

**Conheço o
monstro,
já vivi
em suas
entranhas**

No final do século XIX, o escritor e revolucionário cubano José Martí pregava a necessidade de união das nações latino-americanas diante da ameaça imperialista dos EUA

Regiane Gouveia

O poeta, jornalista, filósofo e pensador cubano José Martí (1853-1895), “*un hombre sincero de donde crece la palma*”, foi um dos intelectuais mais conhecidos e influentes em toda a América Latina na virada do século XIX para o XX. Suas crônicas e artigos publicados em jornais do México, Argentina e Venezuela, bem como os ensaios e discursos políticos influenciaram profundamente a intelectualidade do continente. Seus escritos republicanos e revolucionários permitem compreender a polaridade construída entre a América Latina e os Estados Unidos.

O território dos EUA, que em fins do século XVIII era uma estreita faixa atlântica, formada por treze ex-colônias, se transformaria radicalmente durante os Oitocentos, expandindo-se até o Pacífico, na chamada Marcha para o Oeste. Após a Guerra de Secessão (1861-1865), com as fronteiras consolidadas, a nação vive um processo acelerado de industrialização. Com isso, nas três décadas finais do século XIX e no início do XX, o país tem a necessidade de buscar novos mercados para o escoamento da sua produção industrial.

Nesse contexto, o Pacífico e a América Central ganham enorme importância para a ascendente potência estadunidense. A influência econômica se deslocaria também para a região caribenha, reservada a receber investimentos e a atender as novas necessidades estratégicas e militares norte-americanas.

Tratava-se da retomada e atualização da Doutrina Monroe, “a América para os americanos”, formulada em 1823 contra a intervenção das potências europeias. A retomada da ideia de um Congresso panamericano e a proposta de união monetária decorreram dessa ampliação dos interesses da potência emergente.

No final do século XIX, portanto, o progresso que os Estados Unidos vinham demonstrando, mais a sua política expansionista, contribuía para que a influência norte-americana fosse percebida cada vez com desconfiança maior e vista como uma ameaça para as jovens nações independentes da América Latina.

Observador atento das transformações pelas quais a América Latina passava, José Martí refletiu criticamente acerca deste momento. Ele procurou definir uma identidade própria para o continente, propondo a unidade da *Nuestra América* – tal como Simón Bolívar (1783-1830) defendia décadas antes. Ambos pensaram a integração da América Latina como estratégia de sobrevivência das nações independentes do domínio ibérico. Assim como Bolívar, Martí teve forte impacto junto à intelectualidade hispano-americana.

Embora participasse ativamente da vida política de seu país, Martí escrevia os discursos em nome da América, não se restringindo aos problemas de Cuba. Essa forma de se expressar, abrangendo o continente latino-americano e excluindo os Estados Unidos, tinha íntima relação com o contexto político, social e econômico em rápida transformação em fins do século XIX e início do XX.

Os esforços de Martí, desde cedo, eram voltados para tornar Cuba independente. Até o final do século XIX a ilha permanecia colônia da Espanha, assim como Porto Rico. Quando jovem, o escritor foi preso e degredado, obrigado a passar longos anos fora de Cuba. Viveu na Espanha, no México, na Venezuela e nos Estados Unidos. Do exílio, contri-

Mais que um sonho de poeta, a *Nuestra América* de José Martí é uma estratégia de sobrevivência

Wikimedia Commons



buiu para inúmeros jornais em todo o continente, escrevendo sobre política, sociedade e cultura. Atuou nos Estados Unidos como cônsul do Uruguai, Argentina e Paraguai. Ajudou a organizar o Partido Revolucionário Cubano e morreu em combate, logo no início da guerra pela independência. Contudo, deixou uma importante obra composta de crônicas, poesias e canções. Seu pensamento colaborou para a formação de correntes de oposição ao imperialismo norte-americano.

O panamericanismo foi tema relevante para Martí, tendo em vista sua participação nas primeiras reuniões para a Conferência Pan-americana, que se realizaria em 1889, por iniciativa dos Estados Unidos. Desde a convocação, o escritor cubano advertiu que a América Latina deveria olhar o convite norte-americano com cautela. Para ele, este vizinho nunca havia voltado suas atenções para os países hispano-americanos, a não ser para apoderar-se de seu território. Dava como exemplo o que ocorrera com o México, a Nicarágua, São Domingos e Haiti. Para Martí, ao convocar os países da América Latina para aquele Congresso, o interesse dos Estados Unidos era na realidade poder escoar sua produção e confederar para melhor dominar.

Na época em que Martí escrevia, o imperialismo norte-americano não era ainda tão evidente para todos. Muitos políticos e intelectuais realmente interessados no desenvolvimento de seus países chegaram a apoiar a política pan-americana e mesmo a proposta de uma união monetária. Por isso a percepção de Martí é ainda mais surpreendente: na contracorrente dos muitos que aclamavam a iniciativa norte-americana, o escritor cubano chamava a atenção para a ameaça que tais propostas representavam. Ele salientou, em vários momentos, os problemas que a política panamericana e a proposta de união monetária trariam para a América Latina,



Casa de José Martí

O criador do Partido Revolucionário Cubano, por quem deu a vida, não é esquecido pelos seus conterrâneos até hoje

Elserbio00, via Wikimedia Commons

com suas muitas diferenças em relação aos Estados Unidos. Além disso, apontou os indícios de que a amizade apregoada pelos Estados Unidos era unilateral e, caso as propostas fossem concretizadas, *nuestra América* sairia prejudicada. Cabe ressaltar que na primeira metade do século XIX Simon Bolívar já chamara a atenção para o perigo que os Estados Unidos e sua ânsia colonial representavam para as nações da “nossa América”.

Martí alertava sobre a trajetória dos Estados Unidos no continente, suas conquistas ao longo do século XIX e o desdém com que tratava os povos ibero-a-

mericanos, como se fossem superiores. Para Martí, enquanto os Estados Unidos não conhecessem e respeitassem *nuestra América* não seria conveniente uma união política e econômica. As propostas de panamericanismo e união monetária, apesar de encobertas por um discurso brando, sob um olhar atento e cuidadoso, revelariam que apenas os Estados Unidos seriam beneficiados.



Na época a percepção a respeito dos Estados Unidos e de sua atuação na América Latina foi variada e despertou distintas respostas. Se, por um lado, houve admiradores entusiasmados com o desenvolvimento norte-americano, por outro, houve os que perceberam com temor a sua presença cada vez mais forte no continente. O momento de inflexão foi a guerra hispano-americana de 1898 – que se iniciou com a intervenção estadunidense na guerra cubana pela independência e alcançou até a revolução filipina. Esse conflito foi importante para consolidar o domínio norte-americano no Caribe e no Pacífico, mas gerou reações adversas na América Latina.

Em todo o continente os intelectuais defenderam sua “civilização” em contraposição ao que consideravam ser uma “ameaça ianque”. Surgiram então várias obras que refletiam acerca das possibilidades de desenvolvimento da América Latina, num momento em que o futuro parecia incerto, e sua identidade ficava ameaçada tanto pelas novidades representadas pelo crescimento dos Estados Unidos, quanto pelas consequências do

processo de modernização em vários países latino-americanos.

Martí pode ser visto como um dos intelectuais e revolucionários mais atentos às questões de seu tempo, especialmente ao imperialismo estadunidense. Como morreu no início da luta pela independência, em 1895, não pôde ver seus temores confirmados pelos desdobramentos desse processo expansionista: Porto Rico foi ocupado por tropas norte-americanas em 1889, tornando-se um protetorado estadunidense; Cuba teve que submeter sua Constituição de 1902 à emenda Platt².

José Martí estava certo – a ingerência dos Estados Unidos em várias repúblicas latino-americanas se intensificou ao longo do século XX. Em carta a seu amigo Manuel Mercado (1838-1909), escrita em 18 de maio de 1895, mas não concluída³, Martí afirmou: “É um dever meu evitar, através da independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendam (...) sobre outras terras de nossa América. (...) Conheço o monstro porque já vivi em suas entranhas”.

¹ “Yo soy un hombre sincero/ De donde crece la palma,/ Y antes de morirme quiero/ Echar mis versos del alma.” Início dos Versos sencillos, de José Martí, de 1891, incorporado à música “Guan-tanamera” (composta por Joseíto Fernández em 1928). Sucesso mundial e um clássico do cancionero latino-americano.

² A Emenda Platt, aprovada pelo senado estadunidense, previa que os Estados Unidos podiam intervir política e militarmente em Cuba para a conservação da independência cubana, a manutenção de um governo adequado à proteção de vidas, propriedade e liberdade individual; e que o governo cubano venderia ou arrendaria terras para que os EUA instalassem bases navais (a principal, Guantánamo, está em operação até hoje) e estações carvoeiras. A Emenda foi incorporada integralmente como anexo à Constituição cubana de 1902 e vigorou até 1933.

³ Dois meses depois de desembarcar em Cuba à frente de um grupo de militantes do Partido Revolucionário Cubano, fundado por ele, Martí caiu em uma emboscada espanhola e morreu em combate aos 42 anos. Era o dia 19 de maio de 1895. Seu corpo está enterrado em Santiago de Cuba.

Regiane Gouveia · Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), Mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Economia brasileira: as veias continuam abertas

As continuidades e rupturas da economia nos 200 anos da independência do Brasil

Ricardo Carlos Gaspar

Três séculos de colonialismo deixaram um legado que perdura, no Brasil, até nossos dias. Fixando como marco inicial a declaração formal de Independência, em setembro de 1822, refaremos sinteticamente o percurso que separa aquele acontecimento e a atualidade, dividindo-o em *quatro macropérios*, a seguir identificados. No final, apontamos desafios a enfrentar.

1º: Da independência à república

Não obstante a conquista da independência em 1822, o Brasil manteve sua estrutura colonial, caracterizada pela

monocultura, latifúndio e escravidão, até quase o final do século. Esse foi um poderoso entrave à modernização do país. Do mesmo modo, perdurou sua condição subordinada no sistema-mundo, agora respondendo a um novo “senhor”, a Inglaterra. O liberalismo aqui assumiu uma feição retórica, postíça.

Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra erguia-se, à época, na condição de nação hegemônica do planeta. O Brasil herdou a histórica subordinação de Portugal aos britânicos. Tal restrição impediu, na prática, a diversificação produtiva do país – na direção de uma industrialização precoce – durante quase todo o século XIX, pois artigos britânicos, que tiveram livre curso no nosso mercado, minavam a produção autóctone.

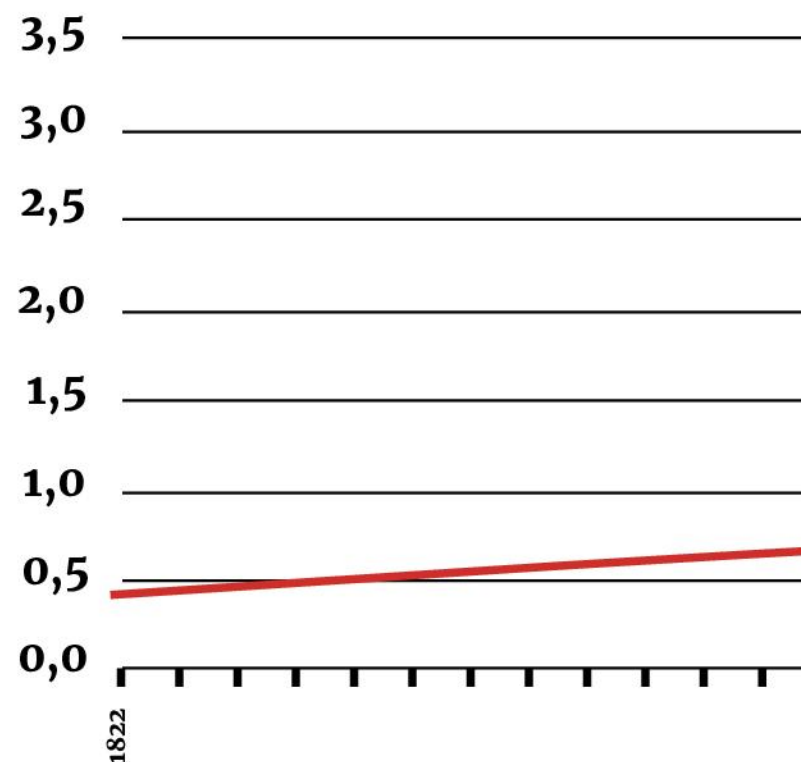
Entre o fim do século XIX e o início do XX houve transformações decisivas, co-

nhecidas como a II Revolução Industrial. Grande indústria mecanizada, ciência no comando da produção, aço, eletricidade e petróleo como novos paradigmas tecnológicos, corporações monopolistas, gerência científica do trabalho (*taylorismo*) e produção em série (*fordismo*) que tiveram como protagonistas Estados Unidos e Alemanha.

No Brasil, o advento da república começa a alterar nosso atraso secular e abre as portas para os novos ares do mundo.

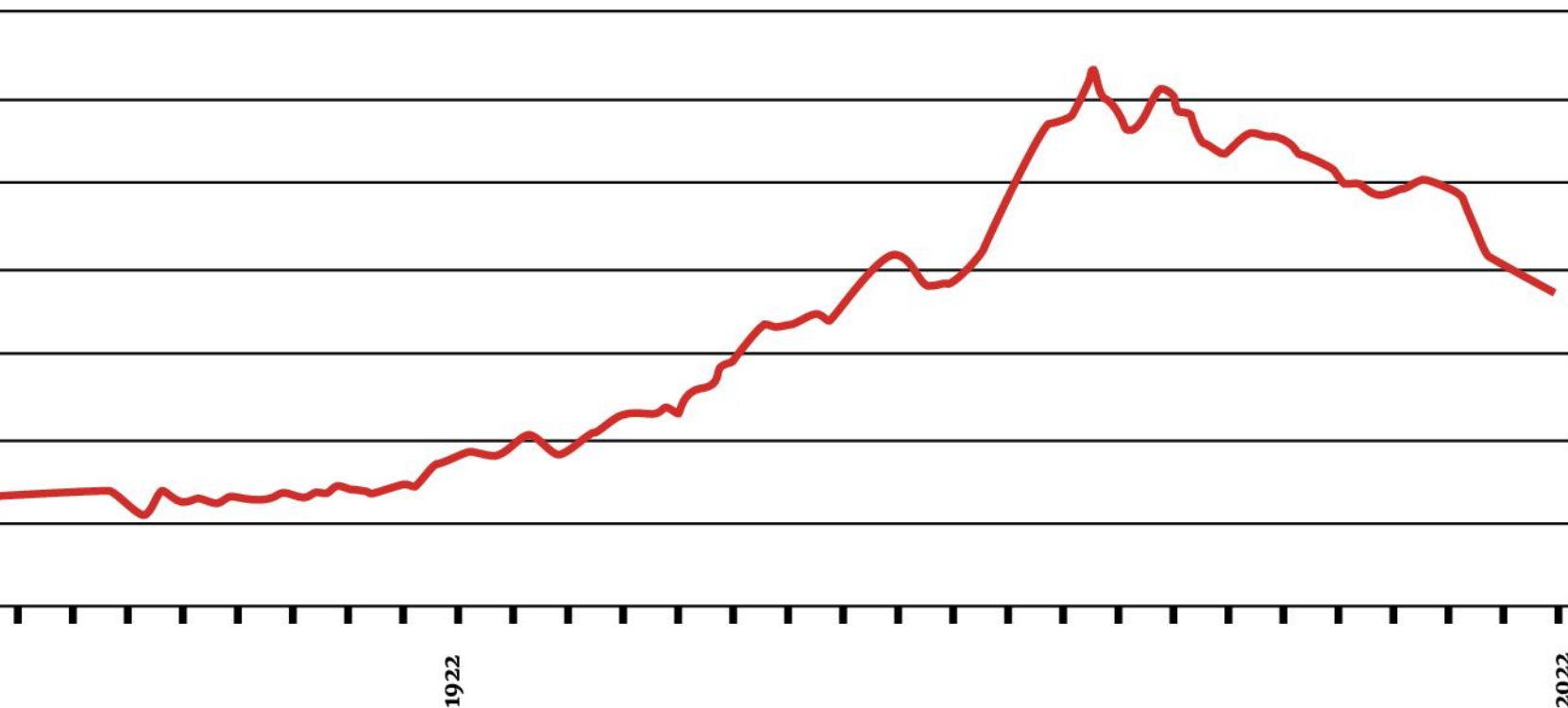
2º: Transição republicana (“República Velha”)

A chegada em massa dos imigrantes a partir do fim do século XIX disparou a circulação de bens e moeda e rompe o principal bloqueio às relações capita-



Participação (%) do PIB brasileiro no PIB mundial: 1822-2022

Fonte | Angus Maddison Project (1822 a 2008) e Fundo Monetário Internacional (2009 a 2022)



listas no país, com a constituição do mercado de trabalho.

Por sua vez, a rentabilidade dos cafezais permite o transbordamento dos lucros para outras atividades: a indústria – sobretudo na capital paulista – surge como setor em ascensão. A efervescência nas cidades brasileiras do núcleo dominante da economia e da política – São Paulo e Rio de Janeiro – assume forte caráter anti-oligárquico.

Associada indiretamente à era de crise – duas guerras mundiais, a Revolução Russa e a Depressão de 1930 –, a insatisfação cresce no Brasil e desemboca na Revolução de 1930. Concomitantemente, a queda abrupta do comércio mundial acarretou o colapso cambial nas nações primário-exportadoras, como a nossa.

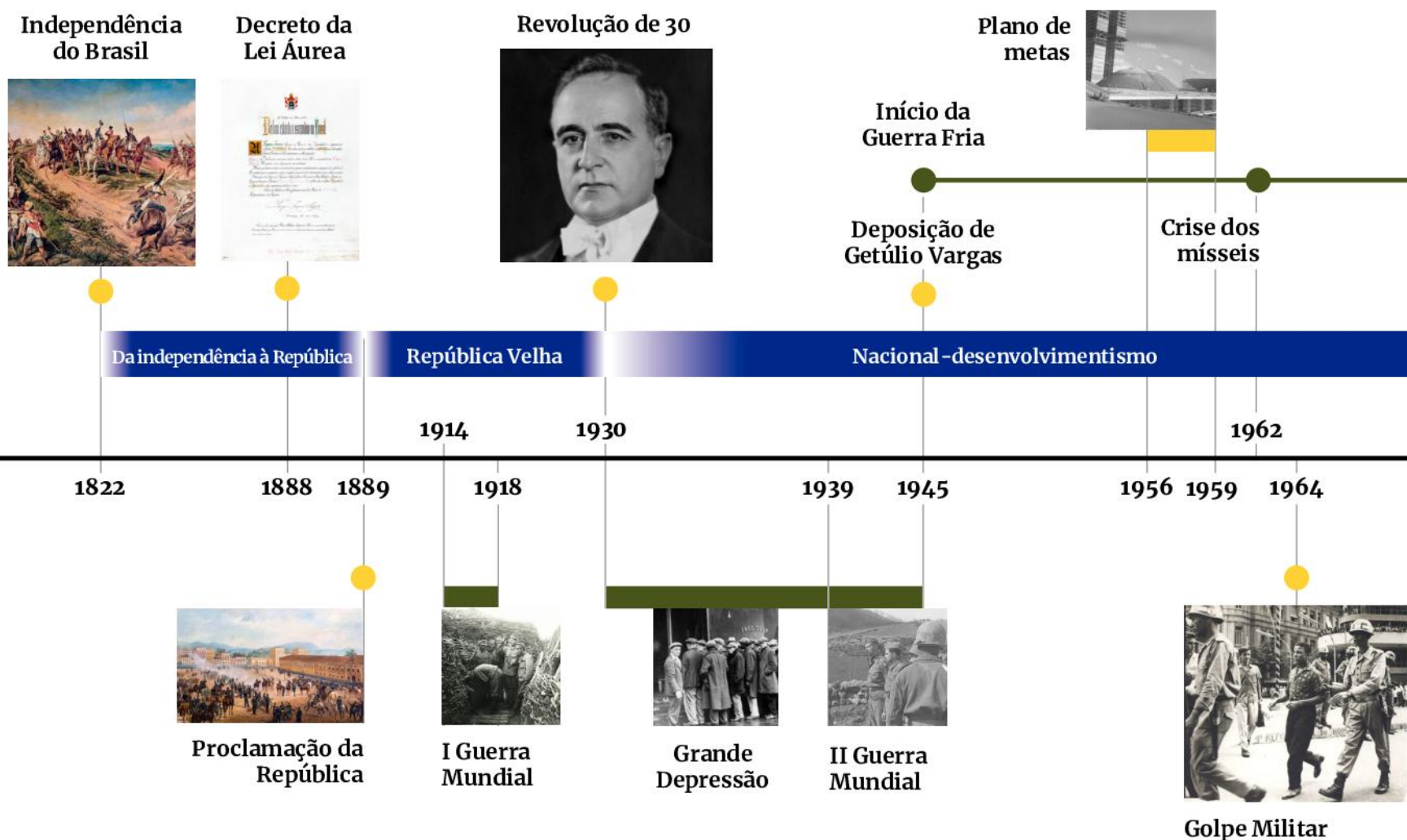
3º: Nacional-desenvolvimentismo (1930-1980)

Décadas de transformação estrutural deliberada marcaram a periferia global no pós-guerra, com os Estados-Nação conduzindo a busca por caminhos autônomos para seus países. No Brasil, a decisão do novo governo pós-1930 de bancar as colheitas invendáveis de café protegeu a renda interna e promoveu o “deslocamento do eixo dinâmico da economia”, do mercado externo para o interno, fomentando a urbanização e a industrialização subsequentes.

Após a constituição das grandes empresas públicas de base industrial, da organização do mercado de trabalho e da modernização estatal promovidas nos dois governos de Getúlio Vargas (1882-

1954), o Plano de Metas (1956-1960), o “milagre econômico” (1968-73) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND (1976-79) prosseguiram, sob distintas molduras institucionais, a industrialização acelerada, resultando numa estrutura produtiva diversificada no término do período.

A partir dos anos 1970, sérias turbulências no cenário global demarcaram o ocaso do ciclo virtuoso das reformas do pós-guerra e o declínio do poder norte-americano, ameaçado por revoltas e governos nacionalistas. Os choques do petróleo expressaram essas tensões. Os EUA reagiram, depois de 1989, com a elevação dos juros, a intensificação da corrida armamentista e a adoção de uma agenda conservadora. Tal reação precipitou o colapso do bloco socialista



■ Macro períodos ■ Mundo ■ Brasil

capitaneado pela URSS e a crise da dívida. Paralelamente, despontava uma era de mudanças radicais no plano da tecnologia da informação e na condução das políticas econômicas, com o declínio do papel dos Estados nacionais e a emergência de mercados desregulados.

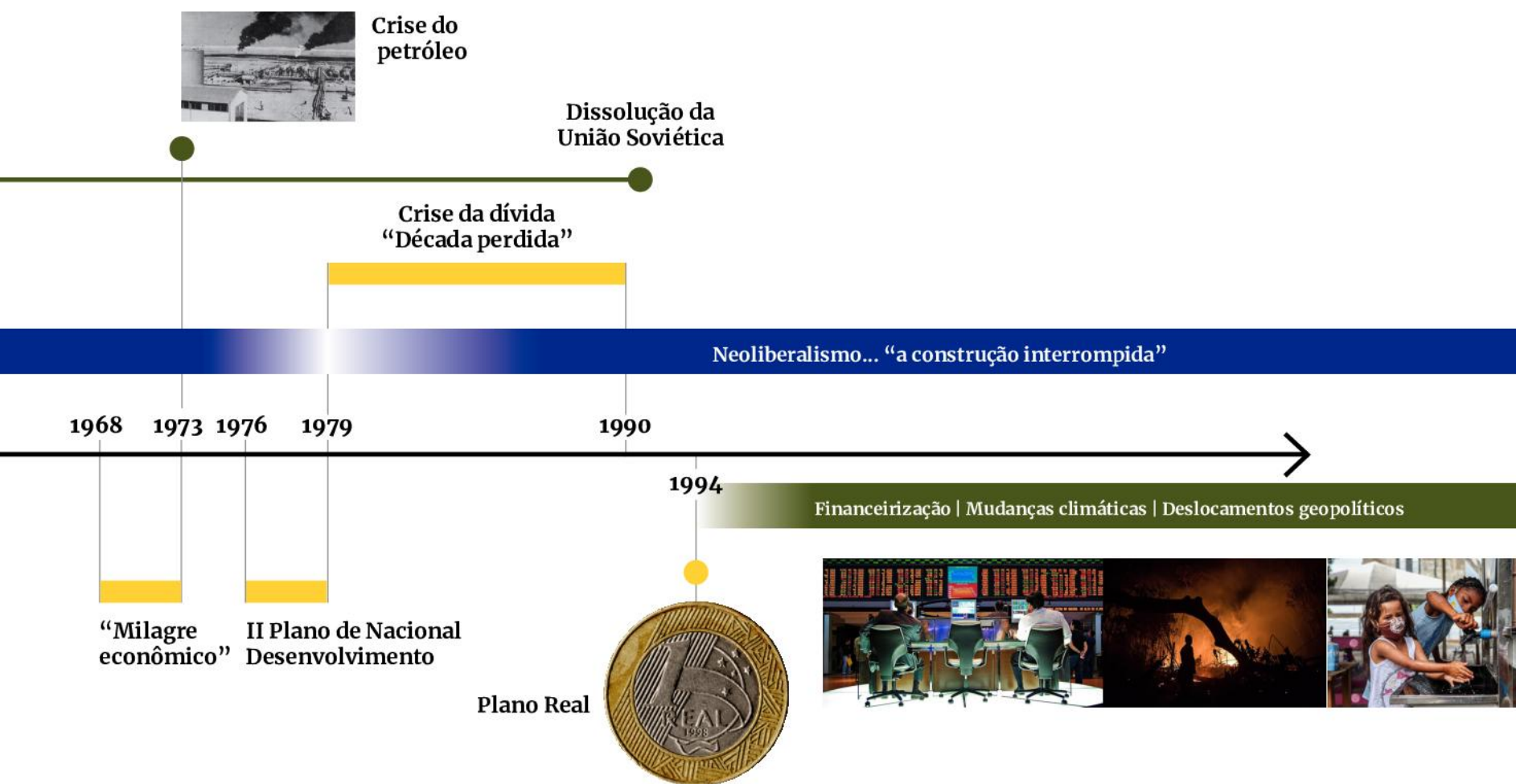
4º: Neoliberalismo e a “construção interrompida” (1980- atualidade)

As crises fiscal do Estado e a da dívida

externa afetaram severamente o Brasil. Investimentos públicos despencaram e predominou o receituário neoliberal. Privatizar virou palavra de ordem. Embora com diferenças importantes, os diversos governos que se sucederam descuraram do progresso sustentado do país, o que elevou nossa defasagem científica e tecnológica, provocou desindustrialização e reprimarizou a pauta exportadora. O resultado foi a queda drástica do crescimento. Toda a América Latina padece

desses males, e mesmo o ciclo recente de governos de esquerda foi incapaz de reverter de forma consistente o declínio e promover as necessárias reformas estruturais. A democracia está novamente em risco na região.

Em suma, a trajetória brasileira, desde os anos 1980, privilegiou a integração passiva à globalização financeira. Assim, distinguiu-se notoriamente da estratégia dos países do leste da Ásia – sobretudo a China –, capazes de absorver



tecnologia e fomentar capacidades produtivas próprias. Uma ruptura radical se estabeleceu, no Brasil, entre os 50 anos de desenvolvimento e os 40 anos seguintes de estagnação.

Para combatê-la, impõe-se recuperar, em novas bases, o papel do Estado na economia, retomar projetos de desenvolvimento com ênfase na promoção da indústria e dos serviços intensivos em conhecimento. Investir na educação e na cultura, enfrentar a dramática desigualdade e a perda de soberania, agravada nos últimos anos pela alienação do

patrimônio público e a dilapidação dos recursos ambientais. Equacionar tais dilemas constitui uma questão em aberto e politicamente conflitiva. Mudanças complexas, mas nem por isso menos urgentes e imprescindíveis, para superar de vez a herança colonial.

Ricardo Carlos Gaspar · Mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor-doutor do Departamento de Economia da FEA-PUC-SP. É pesquisador do Observatório das Metrópoles - Núcleo São Paulo.

Créditos da linha do tempo: Independência do Brasil Acervo Museu do Ipiranga | Decreto da Lei Áurea Arquivo Nacional, domínio público via Wikimedia Commons | Proclamação da República Benedito Calixto, domínio público via Wikimedia Commons | I Guerra Mundial Fortepan / Moravec János, domínio público via Wikimedia Commons | Revolução de 30 Galeria dos Presidentes, Governo do Brasil | Grande Depressão National Archives at College Park, domínio público via Wikimedia Commons | II Guerra Mundial Força Expedicionária Brasileira - Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália domínio público / Acervo Arquivo Nacional | Getúlio Vargas domínio público / Galeria de Presidentes - Governo do Brasil | Plano de Metas domínio público / Acervo Arquivo Nacional | Ditadura Militar domínio público / Acervo Arquivo Nacional | Crise do Petróleo The Central Intelligence Agency, domínio público via Wikimedia Commons | Plano Real domínio público, Avelludo via Wikimedia Commons | Financeirização Rafael Matsunaga, via Wikimedia Commons | Mudanças Climáticas Amazônia Real, Manaus AM, Brasil, via Wikimedia Commons | Deslocamentos Forçados Refugees Media Center/ACNUR

“Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.
(...)
Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.”

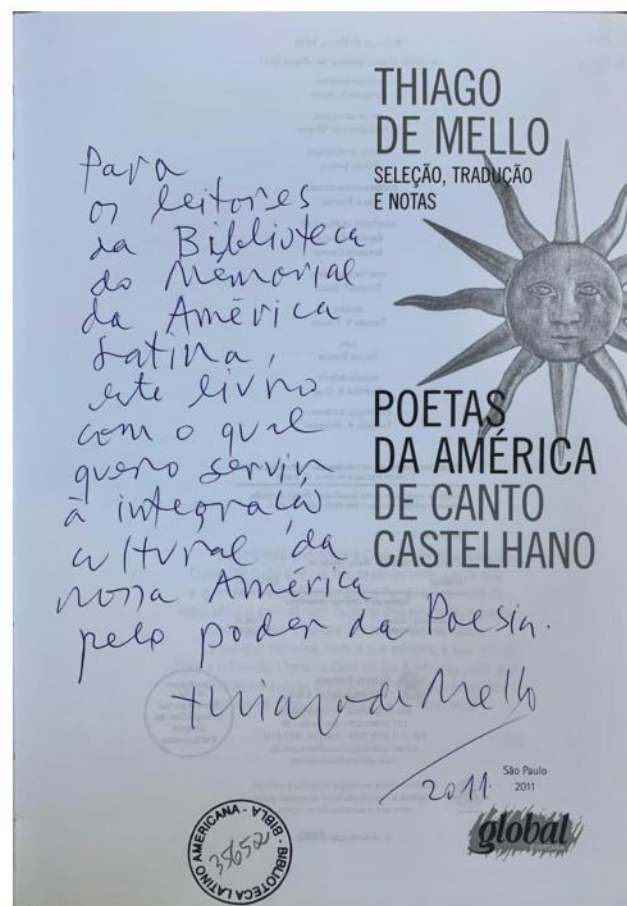
Thiago de Mello

A floresta perdeu um grande defensor em 14 de janeiro deste ano. Nesse dia, em Manaus, morria Thiago de Mello aos 95 anos. O poeta amazonense de vocação latino-americana e poesia universal escreveu, entre outros livros, *Os Estatutos do Homem*, *Mormaço na Floresta e Amazônia – A menina dos olhos do mundo*. No texto a seguir, publicado originalmente no jornal amazonense *Em Tempo*, em 14 de maio de 2018, Almino Afonso, presidente do Conselho Curador do Memorial da América Latina e amazonense como Thiago de Mello, ressalta o legado e a atualidade da obra do bardo. E, como o poeta, também ousa cantar “diante desse quadro desolador que o país está vivendo” — porque “a manhã vai chegar”.



O grande bardo amazonense faleceu em 14 de janeiro deste ano, deixando saudades no Memorial da América Latina, onde lançou *Poetas da América de Canto Castelhana*

Arquivo do Memorial da América Latina



O escritor acreditava que “pelo poder da Poesia” servia à causa da integração cultural latino-americana

Margarida Quintal | Acervo da Biblioteca Latino-Americana do Memorial da América Latina

Para os que virão

Homenagem a Thiago de Mello, o poeta que cantou a Amazônia, patrimônio brasileiro, e a integração latino-americana

Almino Afonso

Do poeta, em suas diversas dimensões, todos o sabem. Na verdade, desde sempre Thiago de Mello recebeu do Amazonas os louros que lhe cingem a fronte. Em plena juventude, a Academia Amazonense de Letras lhe abriu os espaços da imortalidade. Mas não fora ele que lhe batera às portas as aldravas da ansiedade, como a tantos acontece. Viera pelas mãos de Péricles de Moraes, cujo patrocínio o iluminara desde logo; e como se fora pouco, o destino lhe reservara a cadeira de Castro Alves.

Já trouxera consigo dois livros festejados: *Silêncio e palavra* (1951) e *Narciso cego* (1952). Álvaro Lins, à época consagrado crítico literário, saudara sua estreia com indisfarçada admiração: “O senhor Thiago de Mello bem demonstra que já se acha em condições de situar-se na primeira linha de nossa poesia contemporânea”. E desde então os livros se sucederam – na poesia e na prosa – numa fluência de correnteza que não se esgota.

Como se tivesse as luzes de um predestinado, o caboclo de Barreirinha – sem deixar de ter ali suas raízes fincadas – ganhara renome nacional e cedo atravessara as fronteiras do país. Deu seus primeiros passos na Bolívia, projetou-se no Chile e logo mais em Cuba. Mas já agora, Thiago de Mello dá-nos acesso à poesia da América Latina, em primorosas traduções pelas quais se entregara, durante anos, em amoroso empenho.

Tenho à frente a obra que as enfeixa: *Poetas da América de Canto Castellano*¹. Já não temos porque nos deter só em Pablo Neruda², Jorge Luiz Borges, Ruben Dario, Nicolás Guillén, César Vallejo... Pela façanha literária de Thiago de Mello, passamos a ter à mão a própria alma da América Latina. Custa acreditar: uma antologia de 400 poemas, de 120 poetas latino-americanos! E como se fosse uma árvore que se esgalha, Thiago de Mello a recriá-los pelo encanto e sonoridade de nosso idioma.

Mas de toda a obra consagrada do poeta – como todos a reconhecemos – dou especial grandeza ao luminoso livro que eu vi nascer em Santiago, nos idos de 1965: *Faz escuro mas eu canto*. Porque a partir daquele momento, Thiago de Mello deixou que sua alma falasse por nós: pelo povo pisoteado, pelas liberdades sufocadas, pelo amanhã sem horizonte. Naqueles versos singelos, ele teve a audácia de assumir a voz coletiva do protesto contra a Ditadura Militar. Por isto o releio hoje com redobrada emoção.

E diante desse quadro desolador que o país está vivendo, ousou dizer como ele: “*Faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar*”.

Há muitos anos, ao festejar esse verso, Otto Maria Carpeaux teve a sabedoria de escrever: “Numa paisagem noturna deu-nos ele o exemplo luminoso. O relógio angustioso de sua poesia bateu as últimas horas de escuridão e vislumbremos num horizonte incerto os primeiros sinais da aurora.”

Mas as palavras não lhe bastaram. Carpeaux – num gesto sem igual – estendeu suas mãos de companheiro a Thiago de Mello. Faço o mesmo agora, como fiz no passado quando li pela primeira vez esse poema.

¹ *Poetas da América de Canto Castellano*. Thiago de Mello (seleção, tradução e notas). Editora Global. Este livro foi lançado no Memorial da América Latina em 2011, com palestra e sessão de autógrafos do poeta amazonense.

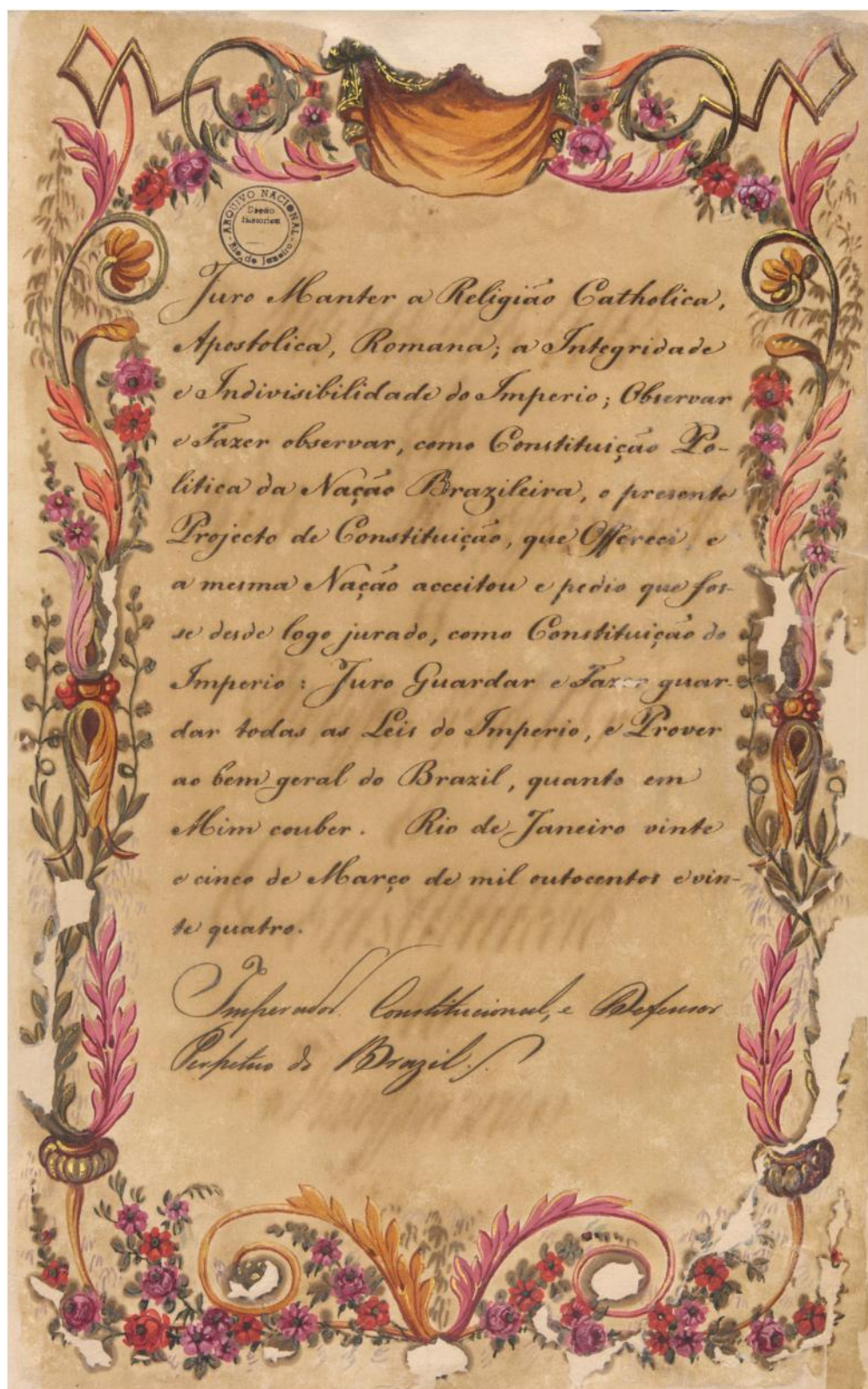
² Em 2004, por ocasião do centenário de Pablo Neruda, o governo do Chile indicou Thiago de Mello para coordenar as comemorações no Brasil. No Memorial da América Latina, ele organizou a Semana Nerudiana, com exposições, shows musicais, mesa redonda e sarau.

Almino Afonso • Atual presidente do Conselho Curador da Fundação Memorial da América Latina, Almino Afonso foi ministro do Trabalho do presidente João Goulart e vice-governador de São Paulo, deputado federal, entre outros cargos na administração pública



Acesse e conheça outras
edições da *Nossa América*:
<http://biblioteca.sophia.com.br/6350/>

A fonte utilizada no texto é a Merriweather.
A tiragem de 1500 exemplares foi impressa no
papel couché fosco 210 e 115g/m²



Juramento de Sua Majestade o Imperador
D. Pedro I à Constituição do Império (verso)

Juro manter a Religião Catholica, Apostolica, Romana, a Integridade e a Indivisibilidade do Império; Observar e fazer observar, como Constituição Política da Nação Brasileira, o presente Projecto de Constituição que offereci a mesma Nação aceitou e pedio que fosse desde logo jurado, como Constituição do Império: Juro Guardar e Fazer guardar todas as Leis do Império, e Prover ao bem geral do Brazil, quanto em Mim couber. Rio de Janeiro vinte e cinco de Março de mil oitocentos e vinte e quatro.
Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

**O visível, o apagado e o político
dos corpos femininos nas lutas
de Independência**

**Uma viagem pelos sons do
primeiro Brasil**

**Modos de viver e vestir no
período da Independência
do Brasil**

**Por trás da mistificação, uma
heroína da independência
latino-americana**

**Fotos e relatos de indígenas
sobre os 200 anos da
Independência**

